USP - Faculdade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Mestrado em Geografia Humana

Jociane Trindade dos Santos

*Violência contra a mulher nos espaços urbanos
da cidade de Manaus(AM):
dois anos antes e dois anos depois da
Lei Maria da Penha*

São Paulo
2011

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-Graduação em Geografia Humana

Jociane Trindade dos Santos

Violência contra a mulher nos espaços urbanos da cidade de Manaus (AM): dois anos
antes e dois anos depois da Lei Maria da Penha

São Paulo

2011

JOCIANE TRINDADE DOS SANTOS

Violência contra a mulher nos espaços urbanos da cidade de Manaus (AM): dois anos
antes e dois anos depois da Lei Maria da Penha

Dissertação apresentada ao Departamento de
Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre, na
área de Geografia Humana.

Orientador: Dr. Élvio Rodrigues Martins

São Paulo

2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

SANTOS, Jociane Trindade dos Santos

Violência contra a mulher nos espaços urbanos da cidade de Manaus (AM): dois anos antes e dois anos depois da Lei Maria da Penha/ Jociane Trindade dos Santos; orientador Dr. Élvio Rodrigues Martins. - São Paulo, 2011.

141f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Violência. 2. Mulher. 3. Espaço. 4. Cotidiano.

I. MARTINS, Élvio Rodrigues Martins. Orient. II. Título

Dedico este trabalho as Marias, as Terezinhas, as Beneditas, as Aparecidas e a todas as mulheres manauenses de coração que, mesmo sofrendo o estigma da violência, lutam para conquistarem seus espaços e buscam serem Donas de suas Vidas.

Jociane Trindade dos Santos

Violência contra a mulher nos espaços urbanos da cidade de Manaus (AM): dois anos antes e dois anos depois da Lei Maria da Penha

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre, na área de Geografia Humana.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Élvio Rodrigues Martins

Instituição: Universidade de São Paulo – FFLCH – USP

Assinatura:_____

Prof. Dra. Sônia Maria Vanzella Castellar

Instituição: Universidade de São Paulo – FFLCH – USP

Assinatura:_____

Prof. Dr. Jorge Luiz Barcellos da Silva

Instituição: Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Assinatura:_____

AGRADECIMENTOS

Depois da dor vem à alegria, neste momento, é chegada a hora de dizer muito obrigada a todas as pessoas que contribuíram para que eu pudesse realizar o meu trabalho. Nesta caminhada encontrei pessoas especiais que me ajudaram a fazer deste sonho, realidade.

*Primeiro agradeço a **Deus** e a **Nossa Senhora**, fontes iluminadoras de minha caminhada e exemplo de vida, de justiça e igualdade.*

*Agradeço, em especial, a minha família que foi meu berço forte, as minhas filhas **Yanna** e **Yasmin**, que aguentaram sofrendo a ausência da mãe durante o estágio em São Paulo e também durante a coleta de dados e redação final do trabalho. Não posso me esquecer de meu companheiro, amigo e amado marido, **Rosinaldo**, que segurou minha mão nos momentos mais difíceis e foi meu conselheiro e parceiro na realização deste trabalho e, também sonhou comigo; logo este trabalho é fruto nosso. As minhas irmãs **Josilene** e **Jozinete** e aos meus pais **Ulisses** e **Terezinha** por terem-me dado apoio neste processo de conclusão deste trabalho.*

*A professora **Graça Barreto** que desde a graduação me apoiou e foi minha incentivadora na realização deste trabalho.*

*Aos Colegas e companheiros do mestrado e doutorado que estiveram junto comigo nesta caminhada, as minhas amigas **Cristiane**, **Simone**, **Aldenéia**, **Arliene**, **Nonata**, **Margarida**, **Dilza**, **Eliane**, **Kátia**, **Tereza**, **Yolanda** e **Dilma**, que foram minhas parceiras durante o estágio em São Paulo e, em especial, a **Nazaré** que foi muito mais que amiga, foi mãe, segurou minha mão nos momentos difíceis, fazendo com que saudade da família fosse menos dolorosa. Não posso esquecer também os amigos **Hudson**, **Eliton**, **Alexandre** e **Emerson**.*

*Agradeço também as instituições que me acolheram nesta pesquisa, em especial, a Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania, via a coordenação dos Serviços de Atenção em Defesa aos Direitos da Mulher – SADDM representados por **Andreza Carla**, **Keyth Bentes** e **Maressa Marinho**, coordenadora, assessora técnica e assistente administrativo respectivamente e também a toda a equipe do SAPEM e da DECCM.*

*Gostaria de agradecer a professora Dra. **Sônia Maria Vanzella Castellar** que aceitou fazer parte da minha banca desde o exame de qualificação e muito contribuiu*

*com meu trabalho, então poderia esquecer meu orientador e conselheiro Dr. **Elvio Rodrigues Mastins**, que também suportou minhas angústias.*

*Agradeço especialmente a todos os professores Pós-graduação em Geografia Humana que fizeram parte do convênio junto a UEA e estiveram em Manaus ministrando as disciplinas: **Mônica, Marcelo Martinelli, Glória, Vanderli, Wagner, Neli, Sônia, Hervê, Dieter, Élvio** que contribuíram com minha formação.*

*Agradeço ainda a Universidade do Estado do Amazonas – **UEA** que me proporcionou esta oportunidade e também a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas – **FAPEAM**.*

*Agora, um agradecimento muito especial a Professora **Ester Rossini**, mentora do convênio da USP com a UEA, que nos acolheu em São Paulo, cedeu-nos sua casa para nossos almoços de caboclos amazonenses, enfim, foi uma grande companheira nesta caminhada.*

Te perdôo
Por fazeres mil perguntas
Que em vidas que andam juntas
Ninguém faz
Te perdôo
Por pedires perdão
Por me amares demais

Te perdôo
Te perdôo por ligares
Pra todos os lugares
De onde eu vim
Te perdôo
Por ergueres a mão
Por bateres em mim

Chico Buarque – Mil Perdões

RESUMO

SANTOS, Jociane Trindade dos Santos. Violência contra a mulher nos espaços urbanos da cidade de Manaus (AM): dois anos antes e dois anos depois da Lei Maria da Penha, 2011. 141fl. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011.

A presente dissertação tem como objetivo apresentar um levantamento do quantitativo de violência ocorrido no decorrer de quatro anos na cidade de Manaus, sendo de dois anos antes e de dois anos após a criação da Lei Maria Penha, como também pontuar o espaço geográfico com maior concentração de mulheres vítimas dessas violências. Reconhecemos que violência é um problema que sempre esteve presente nos espaços sociais, e que, ao longo do tempo, vem deixando suas marcas nas vidas dos indivíduos, ela invade o cotidiano das pessoas de diversas formas e independente da classe ou do meio social, constitui-se como um dos fenômenos psicossociais de singular relevância. Muitos estudiosos de diversas áreas aos longos dos séculos vêm colocando em pauta este assunto no sentido de tentar entender e, assim, bloquear seu avanço na sociedade, porém percebemos que, mesmo diante de tantos de esforços, não estamos conseguindo encontrar soluções satisfatórias, ora porque não compreendemos o fenômeno em si ora porque as políticas públicas de prevenção à violência são deixadas de lado. O que se nota principalmente nos grandes centros urbanos é o crescimento dos casos e das variedades de agressões, diariamente nas grandes mídias (escrita e televisa) são veiculadas notícias envolvendo o tema da violência, portanto, com todas essas nuances ela tem sido um problema que cresce em grande escala e, Manaus como cidade em potencial de crescimento está no rol das metrópoles que convive com este problema, que também é presente no espaço familiar, na qual a mulher é alvo, por este motivo esta pesquisa priorizou o estudo deste fenômeno nos espaços urbanos de Manaus. Visando atender aos objetivos propostos, os dados da pesquisa foram coletados diretamente junto aos serviços de atenção aos direitos da mulher, neste caso a DECCM e o SAPEM. Os dados foram analisados e alocados num banco de dados que serviram para construir gráficos e mapas, este segundo com uso do programa Philcarto. A partir dos dados coletados, foi possível construir um perfil das vítimas e dos agressores, como também diagnosticar qual o bairro e a zona de maior procedência das mulheres vítimas de violência. Os resultados deste estudo apontam que não houve um aumento significativo de denúncias de casos de violência com a implantação da Lei Maria da Penha, mas foi possível verificar que ocorreu uma grande variação nos tipos de violências denunciadas, e também que a zona que concentra maiores números de mulheres vítimas de violência é a Zona Norte.

Palavras chaves: Violência, mulher, cotidiano e espaço

ABSTRACT

This dissertation has as objective show a survey the amount of violence occurring in the course of four years in Manaus, being two years before and two years after the creation of the Law Maria Penha, like also punctuate on geographical space the victims of these violence. We recognize which violence is a problem that was always present in the social spaces, and what along the time is leaving his marks in the lives of the individuals, the violence invades the daily life of the persons in several forms and independently of the social class, sets itself as a psychosocial phenomena of singular relevance. Many scholars from several areas along the centuries has observing putting in list this subject in the sense of trying to understand and block his advancement in the society, however we realize that even before so many of efforts we are not managing to find satisfactory solutions, it prays because we do not understand the phenomenon in you now because the public politics of prevention the violence is set aside. What is noticed principally in the great urbane centres is the growth of the cases and of the variety of aggressions, daily in the great mediae (written and it televises) news is conveyed wrapping the subject of the violence, so, with all these nuances it has been a problem that grows in great scale and, Manaus as city in potential of growth is in the roll of the metropolises that coexists with this problem, which also is present in the familiar space, in which the woman is white, for this motive this inquiry priorizou the study of this phenomenon in the urbane spaces of Manaus. Aiming to pay attention to the proposed objectives, the data of the inquiry were collected straightly near the services of attention to the rights of the woman, in this case the DECCM and it SAP. The data were analysed and allocated in a database that they served to build printers and maps, this second with help of the program Philcarto. From the collected data it was possible to build a profile of the victims and of the aggressors, I eat also victims of violence diagnose which the district and the zone of bigger origin of the women. The results of this study point that there was no a significant increase of denunciations of cases of violence with the introduction of the Law Maria da Penha, but it was possible to check what took place a great variation in the types of violence.

Key words: Violence, women, daily life e space.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Taxas (%) Médias Anuais de Crescimento da População no Estado do Amazonas, entre 1872 a 1940, no intervalo de 10 em 10 anos	27
Gráfico 02- Taxas (%) Médias Anuais de Crescimento da População na Capital e no Interior do Estado do Amazonas, entre 1872 a 1940, no intervalo de 10 em 10 anos....	28
Gráfico 03- homens e mulheres no Amazonas no período de 1872 a 1920	32
Gráfico 04- Taxas (%) Médias Anuais de Crescimento da População na Capital e no Interior do Estado do Amazonas, entre 1872 a 1940, no intervalo de 10 em 10 anos....	48
Gráfico 05- Denúncias de violência contra a mulher nos anos de 2004 e 2005	105
Gráfico 06- Estatísticas da violência contra a mulher em quatro anos: dois anos antes e dois anos depois da Lei Maria da Penha	106
Gráfico 07- Naturalidade das vítimas em 2007	107
Gráfico 08- Naturalidade (Estados) das vítimas em 2008.....	108
Gráfico 09- Naturalidade (cidades) das vítimas em 2008	109
Gráfico 10- Idade das vítimas em 2007	110
Gráfico 11- Idade das vítimas em 2007	110
Gráfico 12- Idade dos agressores em 2007.....	111
Gráfico 13- Idade dos agressores em 2008.....	112
Gráfico 14- Escolaridade da vítima em 2007	113
Gráfico 15- Escolaridade da vítima em 2008	113
Gráfico 16- Escolaridade do agressor em 2007	114
Gráfico 17- Escolaridade do agressor em 2008.....	115
Gráfico 18- Estado civil das vítimas	116
Gráfico 19- profissão/ ocupação das vítimas em 2007	117
Gráfico 20- profissão/ ocupação dos agressores em 2007	117
Gráfico 21- profissão/ ocupação da vítima em 2008	118
Gráfico 22- profissão/ ocupação dos agressores em 2008	119
Gráfico 23- Grau de parentesco do agressor em 2007	120
Gráfico 24- Grau de parentesco do agressor em 2008	120
Gráfico 25- Tipos de violência em 2004	122
Gráfico 26- Tipos de violência em 2008.....	122

LISTA DE MAPAS

Mapa 01- Planta da cidade de Manaus em 1915	40
Mapa 02- Manaus urbana de 1915.....	44
Mapa 03- Planta da cidade de Manaus com divisões em zonas de 1951.....	45
Mapa 04- População de Manaus por Zona em 2007	56
Mapa 05- População do Estado do Amazonas em 2007	57
Mapa 06- Municípios do Estado que possui delegacia ou posto de atendimento a Violência contra a Mulher.....	78
Mapa 07- População feminina no Estado do Amazonas no ano 2000.....	81
Mapa 08- Mulheres no Mercado de Trabalho no ano de 2000.....	83
Mapa 09- Homens e Mulheres com empregos no ano de 2000	84
Mapa 10- Homens e Mulheres responsáveis pelo domicílio em 2000	85
Mapa 11- Homens e Mulheres responsáveis pelo domicílio em 2000	89
Mapa 12- Localização dos Serviços de atenção aos direitos da mulher	92
Mapa 13- localização da cidade de Manaus no Estado do Amazonas.....	94
Mapa 14- Bairros de origem das mulheres vítimas de violência no ano de 2004	124
Mapa 15- Bairros de origem das mulheres vítimas de violência no ano de 2008	124
Mapa 16- População de Manaus em 2010	125
Mapa 17- Zona com maior incidência de violência em 2004	126
Mapa 18- Zona com maior incidência de violência em 2008	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- casos de violência Contra a mulher no ano de 2004	103
Quadro 02- casos de violência Contra a mulher no ano de 2005	104
Quadro 03- casos de violência Contra a mulher no ano de 2007 e 2008.....	106

LISTA DE FIGURA

Figura 01- Igarapé do Mestre Chico e Avenida Sete de Setembro antes do PROSAMIM	60
Figura 02- Igarapé do mestre Chico e Avenida Sete de Setembro depois do PROSAMIM.....	61
Figura 03- Conjunto Cidadão XII.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BO	Boletim de Ocorrência
CREAM	Centro Estadual de Referência e Apoio a Mulher
DECCM	Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher
FAPEAM	Fundação de Amparo a pesquisa do Estado do Amazonas
NAEM	Núcleo de Apoio a Mulher Vitima de Violência Doméstica e Familiar da Defensoria Pública do Estado do Amazonas
SADDM	Serviços de Atenção em Defesa aos Direitos da Mulher
SAPEM	Serviço de Apoio Emergencial à Mulher
SEAS	Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania
SEJUS	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos do Amazonas
SEMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SSP	Secretaria de Estado de Segurança Pública

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
INTRODUÇÃO.....	21
CAPÍTULO I – MANAUS, A REDE URBANA E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA.....	24
1.1 O crescimento e o desenvolvimento urbano da cidade de Manaus: a formação dos espaços urbanos (bairros)	24
1.2 Dinâmica sócio-econômica e demográfica do período áureo da borracha	25
1.3 Zona França e a expansão urbana de Manaus: formação e espacialização dos bairros (dados demográficos)	46
1.4 O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM a formação de novos espaços	58
CAPÍTULO II - A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, UM DESAFIO COTIDIANO.....	68
2.1 Entendendo conceitualmente a violência	68
2.2 Violência contra a mulher e a violência doméstica	70
2.2.1 Violência física	72
2.2.2 Violência Psicológica.....	73
2.2.3 Violência Sexual	74
2.2.4 Violência Moral.....	75
2.2.5 Violência Patrimonial	75
2.3 A Lei Maria da Penha – sua intervenção na garantia dos direitos.....	76
2.4 Cotidiano feminino e o espaço ocupado pelas mulheres	79
2.5 Movimentos feministas em Manaus	87
2.6 Políticas públicas em Manaus e a Delegacia da Mulher	89
CAPÍTULO III - MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA CIDADE DE MANAUS	93
3.1 Manaus como lócus da pesquisa:.....	93
3.2 Campo de investigação	95
3.2.1 Rotina do SAPEM	96
3.3 Percurso metodológico.....	97
3.4 Coleta de dados.....	100
3.5 Procedimentos para análise dos dados.....	101

3.6	Análise dos resultados.....	102
3.6.1	Panorama dos anos de 2004, 2005, 2007 e 2008 – dois anos antes e dois anos depois da Lei Maria da Penha	102
3.6.2	Caracterização dos sujeitos da pesquisa (vítimas e agressores).....	107
3.6.2.1	Naturalidade das vítimas	107
3.6.2.2	Idade das vítimas e dos agressores	110
3.6.2.3	Tipo de união entre vítimas e agressores	116
3.6.2.4	Profissão ou Ocupação de vítimas e agressores	117
3.6.2.5	Grau de parentesco dos agressores com as vítimas	120
3.6.3	Tipos de violências cometidas às mulheres	121
3.6.4	Mapeamento da violência contra a mulher na cidade de Manaus, nos anos de 2004 e 2008, antes e depois da Lei Maria da Penha.	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS		129
REFERÊNCIAS		131
ANEXOS		135

APRESENTAÇÃO

A inquietação frente ao problema da violência iniciou na graduação, quando tive oportunidade de fazer parte de um grupo de pesquisa onde uma das linhas versava sobre a violência contra a criança na escola, pesquisa que culminou com meu trabalho de conclusão de curso. Na condução desta pesquisa tive oportunidade de perceber, nas conversas com as crianças que este era um problema vivenciado por elas nas suas residências e que influenciavam no processo ensino-aprendizagem. Então percebi a dimensão do problema da violência doméstica, que extrapola os limites sociais, as relações afetivas e se faz presente no meio familiar de diversas formas em todos os níveis e classes sociais.

Na Universidade do Estado do Amazonas – UEA, trabalhando na Pró-reitoria de Extensão, presenciei em 2008 um apelo e incentivo da Secretaria de Políticas para Mulheres, para a realização de um diagnóstico da violência contra a mulher no Estado do Amazonas, considerando que esta universidade está presente nos 62 municípios do Estado e que o Amazonas é um dos Estados que não possui uma sistematização científica que apresente um diagnóstico do problema da violência contra a mulher nesta região. Na época tive oportunidade de fazer parte das primeiras discussões para elaboração do projeto, o mesmo foi aprovado e até final de 2011, não havia sido concretizado por conta da burocracia do Estado.

Na oportunidade das discussões do projeto, convivi diretamente com representantes dos movimentos organizados de mulheres que discutiam com a Universidade e tinham bastante interesse em participar pesquisa e contribuir com ela. Nas discussões eram perceptíveis que, enquanto o Estado como instituição de poder, não colabora satisfatoriamente com esses movimentos, as representantes dos mesmos faziam questão em dar ênfase a este fato. Percebi ainda que o Amazonas precisava avançar nas reflexões acerca da problemática da violência contra a mulher. Em 2009, tive oportunidade de propor um projeto, junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, da USP em convênio com a Universidade do Estado do Amazonas, que se propunha a investigar e mapear o problema da violência contra a mulher nos espaços urbanos da cidade de Manaus, considerando dois anos antes e dois anos depois da Lei Maria da Penha. A escolha da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas

deu-se porque esta concentra mais da metade da população de todo o Estado, o que representa uma amostra significativa da realidade dessa problemática.

A violência é um fato presente em todas as classes sociais, precisa ser vista pela sociedade como um mal a ser combatido, de forma que os direitos humanos sejam garantidos a todas as pessoas, principalmente as mulheres que ainda são as maiores vítimas desta atrocidade humana.

A pesquisa foi realizada junto à Secretaria Estadual de Assistência Social – SEAS, por meio do Serviço de Apoio Emergencial à Mulher e junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública, por meio da Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher. Ambas trabalham em parceria visando garantir atendimento às mulheres vítimas de violência.

INTRODUÇÃO

A violência é um tema complexo que tem ocupado um lugar de destaque dentro da pauta dos problemas sociais. Para a sociedade contemporânea, é objeto de estudos para muitos pesquisadores, considerando que ela está presente nos diversos espaços sociais e, que ao longo do tempo deixa suas marcas na vida dos indivíduos. Nestes últimos anos, a violência apresenta-se como um fenômeno psicossocial de singular relevância, por não ter hora e local certo para suceder.

Visto que a violência é um problema que atinge todas as classes sociais, dela não escapam as mulheres com ascensão social, mas que ainda são as principais vítimas deste fenômeno principalmente no meio familiar, que deveria ser o lar ou lugar de proteção e aconchego. A violência contra a mulher sempre esteve presente no cotidiano das famílias, e foi preservada pelo silêncio de muitas mulheres; que assim, garantiram a omissão da sociedade em nome da moral e dos bons costumes.

Século XXI sociedade moderna, leis avançadas, mundo globalizado, mulheres no mercado de trabalho, novas oportunidade de formação para mulheres, ainda assim a violência contra a mulher é destaque em rede mundial.

Em 08 de março de 2010, Dia Internacional da Mulher, era uma data bem propícia para comemorar as conquistas femininas, mas as informações que foram apresentadas causaram desespero e uma grande angústia em todas as mulheres do mundo. Uma alta comissária da ONU anuncia quatro dias antes ou mais precisamente no dia 04 março de 2010¹, que:

Cinco mil crimes contra as mulheres são cometidos a cada ano, e ainda justificados, em todo o mundo, sob o arcabouço jurídico de "legítima defesa da honra". "Em nome da defesa da honra da família, mulheres e meninas são mortas a tiros, apedrejadas, queimadas, enterradas vivas, estranguladas, asfixiadas e apunhaladas até a morte, num ritmo assustador. No entanto, "a maior parte desses 5.000 crimes registrados a cada ano no mundo não aparecem nos jornais, assim como as inúmeras violências infligidas às mulheres e às meninas por seus maridos, pais, irmãos, tios ou outros homens - às vezes, até, por outras mulheres - membros da família". "Estima-se que uma mulher em cada grupo de três no mundo é agredida, violentada ou vítima de outras espécies de abusos durante sua vida. E esses atos são cometidos, na maioria das vezes, na família".

A partir das declarações pontuadas pela ONU, podemos visualizar a dimensão do problema da violência contra a mulher no mundo, fato que cobra uma ação mais

¹ONU denuncia cinco mil crimes contra mulheres em nome da defesa da honra.
http://www.agenciapatriagalvao.org.br/images/stories/PDF/noticias/not_viol/afp040310.pdf. Acesso em agosto de 2010.

enérgica da sociedade, não basta somente ter leis, urge tirá-las do papel. De acordo com a ciência os homens se diferenciam dos outros animais por sua capacidade de pensar sua ação, será que isto é tão verdadeiro? Não existe certa dicotomia nesta afirmação? Pois de acordo com as declarações pontuadas pela ONU, os crimes, os assassinatos são praticados em nome da honra, mas que honra é esta que pode justificar a perda da vida?

Frente ao problema da violência no mundo, não podemos deixar de lembrarmos mulheres da região Norte, em especial da cidade de Manaus, que são vítimas de violência e que certamente não aparecem expressas nas estatísticas apontadas, mas, é necessário reafirmar que elas existem e também clamam por socorro.

Baseada nos altos índices de violência contra a mulher no Brasil e no mundo esta pesquisa ganhou incentivo para ser concretizada, visto que Manaus é uma cidade com características de cidades metropolitanas, por isso (modelos de outras) convive diariamente com este problema, basta abrir os pequenos jornais de circulação nesta cidade e ler manchetes do tipo “marido espancou sua esposa por ciúme” ou “homem matou sua mulher a facadas, e depois a esquartejou”, estes são apenas alguns dos exemplos que são noticiados nas páginas principais ou páginas policiais.

Durante a pesquisa, percebemos ainda o quanto, muitos folhetins de banca de revistas, periódicos baratos e de grande circulação apresentam ironicamente a violência praticada contra as mulheres, pois este tipo de “notícia trágica” ganha destaque na página principal e alavanca a venda desses periódicos.

Dois aspectos merecem maior destaque nesta pesquisa: primeiro, o espaço onde a violência acontece o segundo, a relação entre o agressor e a vítima. Percebe-se que no meio familiar, em casa e no lazer, a presença da violência é forte, e na maioria das vezes, praticada por conhecidos.

Esses fatores acima explicitados serviram de motivo para a realização deste estudo, que garantiu a busca dedados sobre a violência contra a mulher em Manaus. Isto não foi tarefa fácil, pois ainda há muitos tabus que impedem as pessoas de comentar sobre este assunto. Este estudo também esbarrou na superação das instituições que guardou informações acerca da violência contra a mulher, por vezes tivemos que ir a um mesmo local várias vezes na perspectiva de coletar dados.

Na realização da pesquisa, apareceram alguns entraves, pois ao apresentar o tema, nas instituições de trabalho com atendimento a mulher vítima de violência, as mesmas forneciam planilhas prontas apenas com dados quantitativos, dados este que não proporcionavam maiores análises sobre o problema a ser pesquisado, fato este que

gerava angústia ao pesquisador, que por vezes questionava se tinha clareza sobre o seu trabalho, ou então não estava sabendo expor seus interesses. Frente a sua angústia foi necessário mudar de estratégia, resolvendo procurar os representantes de organizações e movimentos sociais que participaram das discussões do projeto do diagnóstico da violência junto a Universidade e, que se encontram apreensivos pela não realização deste projeto. Nestas organizações a pesquisadora encontrou apoio que proporcionaram a abertura a outros espaços, oportunizando a mesma um maior conhecimento sobre os serviços existentes em Manaus de apoio a mulher vítima de violência, via este apoio chegou-se ao Serviço de Apoio Emergencial a Mulher – SAPEM, que forneceu seu banco de dados para a realização da pesquisa e também proporcionou o acesso aos bancos de dados da Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher – DECCM, por serem parceiras no trabalho de atendimento a mulher vítima de violência.

A escolha da cidade de Manaus se deu porque, como capital e conseqüentemente maior cidade em termos populacionais, representaria em termos percentuais um número significativo para o Estado do Amazonas e, também porque, infelizmente somente nela estão presentes alguns dos serviços básicos de proteção aos direitos da mulher.

O trabalho está organizado em três capítulos: no primeiro, relata-se como se deu crescimento e o desenvolvimento urbano da cidade de Manaus, a formação dos espaços urbanos (criação bairros). No segundo, trata-se da parte conceitual da violência contra a mulher, ou mesmo da violência doméstica, pontuando a trajetória da mulher na luta por conquista de espaços; no terceiro, apresenta-se os resultados da pesquisa, mapeando o problema da violência contra a mulher na cidade de Manaus, caracterizando os sujeitos envolvidos e pontuando as regiões com maior incidência de mulheres vítimas de violência.

Por último, nas considerações finais, foram apresentadas conclusões prévias do trabalho, indicando alguns aspectos que podem ser explorados e trabalhados com maior profundidade em investigações futuras, visto que muitas informações, ainda não foram trabalhadas e analisadas.

CAPÍTULO I – MANAUS, A REDE URBANA E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA.

1.1 O crescimento e o desenvolvimento urbano da cidade de Manaus: a formação dos espaços urbanos (bairros)

“A origem da cidade de Manaus data do século XVII, quando os portugueses passaram a explorar a região amazônica em busca de escravos indígenas” (Mesquita, 1999, p.23) ². Na segunda metade desse século, no período inicial da colônia (1669), Manaus inicia uma trajetória diferenciada e contraditória dos destinos das sociedades indígenas. Mesquita, baseado nas informações de Sampaio (1825, p. 25, apud Mesquita, 1999, p. 23) ³, indica a localização do povoamento inicial na enseada do rio Tarumã, onde se agrupavam índios das mais diversas nações da Amazônia. Só mais tarde, segue o autor, a povoação constituída pela colonização migrou e se estabeleceu à margem esquerda do Rio Negro, quando foi instalado um “destacamento de Resgate”, conforme informações registradas por Martius (1975, p. 35, Tomo 3, apud, Idem). Mas, foi somente em torno de 1669, que o Forte, então denominado de *Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro*, foi construído, agrupando índios Barés, Banibás, Passés, Manaós, Aroaquis, Juris e de outras tribos.

Desde então, os lugares antes habitados por inúmeras populações indígenas receberam diferentes denominações. As nominações, de modo geral, identificam as formas de vida citadina implantadas pelos colonizadores: inicialmente os espaços são denominados povoados, quando Manaus ainda era constituída por uma população nativa e alguns poucos brancos, administradores nomeados pelos portugueses, segundos os seus propósitos; posteriormente a constituição de vilas, por força das determinações políticas, mesmo considerando que os espaços conservavam as mesmas características do momento anterior; finalmente, Manaus alcançou a categoria de cidade, embora sem ter ainda adquirido algum distintivo entre ela as demais vilas existentes no Amazonas. As denominações, sempre referidas à edificação militar construída pelos portugueses (Fortaleza do Rio Negro, Fortaleza da Barra, Barra do Rio Negro, Barra e Vila da Barra) (Cf. Idem, p. 24) indica as medidas iniciais do processo colonizador, que se traduz na redução ostensiva das tribos que habitavam a região, propósito que começa a realizar-se

² MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus, História e Arquitetura(1825-1910)*, Manaus, VALER, 1999.

³ SAMPAIO, Francisco Xavier de Sampaio (1825). *Diário da Viagem que em visitação e correição das povoações da capitania de São José do Rio Negro, fez o ouvidor e intendente – geral da mesma*. Lisboa: TYP. Da Academia.

em 1668 e 1669, quando, simbolicamente a fortaleza começa a ser construída sobre um cemitério indígena: [...] fato sugestivo carregado de simbolismo que sintetiza por si todo o processo colonial (Freire, 1987, apud Mesquita, p. 24).

Desde sua criação, Manaus passou por três importantes momentos econômicos, principalmente no que diz respeito à dinâmica populacional: o primeiro momento, de caráter mercantil, fundado no comércio colonial das drogas do sertão, com a utilização de mão de obra indígena, foi bastante promissor para o colonizador, mas de extremo sofrimento para os nativos, que, não suportando o peso da escravidão, fugiam em direção às fronteiras de outros países latino-americanos; no segundo, o momento “áureo da borracha”, quando Manaus ostentou o fausto e a opulência dos dirigentes à custa da aviltante exploração da mão-de-obra proveniente do nordeste; o terceiro, quando a Política de Integração Nacional do Governo Militar dá uma forma mais acabada às funções e papel que a Amazônia iria desempenhar no plano nacional e internacional, que se estende aos dias atuais com o processo de Desenvolvimento Auto-sustentável.

1.2 Dinâmica socioeconômica e demográfica do período áureo da borracha

Foi no período áureo da borracha que os conflitos entre índios e brancos se acentuaram e Manaus ganhou uma estrutura diferenciada, adquirindo feições urbanas: o Teatro Amazonas, o traçados das primeiras avenidas, a construção de alguns prédios públicos etc.. Finalmente, no momento posterior, as medidas adotadas pela a Política de Integração Nacional, com a implantação de uma zona de livre comércio (Zona Franca de Manaus) associada a um parque industrial de pré-montados, deram a cidade à fisionomia urbana moderna. Manaus transformou-se no centro de atração econômica, competindo com Belém, onde as modificações centradas em torno das atividades rurais foram dirigidas mais intensamente para o interior do estado. Todavia, cabe ressaltar que tanto o extrativismo como os projetos realizados pela Política de Integração da Amazônia atingiram definitivamente toda a estrutura de povoamento e a demografia da região.

Na era do látex, em meados do século XIX, após o declínio da produção agrícola⁴, quando a Amazônia passa a ser o foco dos interesses do mercado

⁴ Durante o governo de Lobo D’Almada no Rio Negro e de Souza Coutinho no Pará, a experiência agrícola atingiu seu ponto mais alto com a produção de cacau, café, cana-de-açúcar, algodão e outros produtos. As experiências agrícolas, porém chegaram a termo por diversas razões: administrativa; retenção da mão-de-obra nos serviços militares, em função dos conflitos de fronteiras (Amapá e Guiana

internacional⁵, exatamente entre 1840 e 1910, fase da expansão gumífera, um grande contingente de imigrantes nordestinos, além de estrangeiros é atraído para a região (Cf. Engrácia, 1983, p. 217). O processo migratório alterou significativamente a fisionomia demográfica da região, principalmente do Amazonas, que até a época crescia em termos vegetativo. Até esse evento, a população do Amazonas era estimada em 29.798 pessoas, que viviam dispersas ao longo do rio Amazonas e alguns afluentes: o rio Negro, onde antes existia a maior concentração de grupos humanos, no período colonial, estava cada vez mais reduzido em população; o rio Solimões, passara a ser o principal lugar de ocupação; e os rios Purus e Juruá, eram quase inexplorados.

Algumas medidas, em meados de 1800, contribuíram para alterar a demografia do estado do Amazonas: a introdução do navio a vapor (Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas e a Companhia Fluvial do Alto Amazonas) e a abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira (1866) (Cf. Ibidem, 220-222). Com a procura crescente da borracha no mercado mundial, o governo intensificou o povoamento e os migrantes começaram a chegar às crescentes levadas: em 1820, o número de habitantes da Amazônia chegou a cerca de 137 mil habitantes; em 1870, 323 mil; em 1900, 695 mil; e, em 1910, 1.217.000 indivíduos (Cf. Ibidem, 223); em 1920, conforme o IBGE, a população alcança 1.439.052 pessoas. Esses dados indicam que, entre, aproximadamente, 1870 e 1920, período em que vigorou a economia da borracha, o aumento populacional foi da ordem de 1.302.052 habitantes, o que significa um acréscimo médio anual de 11.837 pessoas, um número suficiente para impor aos povos indígenas os novos padrões da “civilização”.

Os efeitos da migração sobre o Amazonas podem ser vistos nos dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Gráfico 01), na série histórica compreendida entre 1872, final do século XIX, e 1940, momentos marcados pela ascensão e queda da economia gumífera, e pelos esforços feitos pelo Estado no sentido de revitalizar a economia extrativa de monocultura:

Francesa); queda do preço do cacau, sustentáculo da economia do Norte do Brasil; o movimento Cabano etc. (Cf. ENGRÁCIA, Adélia. I” Ocupação Humana”. In: SALATI, Eneas, SHUBART, Herbert Otto Roger, JUNK, Wolfgang e ENGRACIA, Adélia de Oliveira. Amazônia. Desenvolvimento, Integração. Ecologia, São Paulo, BRASILIENSE, 1983, p. 217.

⁵Esses interesses estão associados ao desenvolvimento da indústria pneumática, em meados do século XIX. Logo a atividade extrativista do látex na Amazônia conquistou um lugar de destaque nas indústrias da Europa e da América do Norte, alcançando elevado preço.

Gráfico 01: Taxas (%) Médias Anuais de Crescimento da População no Estado do Amazonas, entre 1872 a 1940, no intervalo de 10 em 10 anos

Fonte: IBGE. Repertório Estatístico do Brasil. Quadros Retrospectivos, N° 1. (Separata do Anuário Estatístico do Brasil – Ano V – 1979/1940), Rio de Janeiro (estimativas a partir dos Censos anteriores).

De modo geral, em termos de valores absolutos, entre 1872 a 1950, a população do Amazonas cresceu de 57.610 pessoas (1872) para 514.099, em 1950; o que significa, em termos de taxas (%) médias anuais de crescimento populacional, na série observada, uma variação entre 6,89 e 0,60 de crescimento demográfico (Gráfico 1). Observa-se que nas primeiras décadas da economia gumífera (1872 a 1890) ⁶, com o incentivo da migração a população do Estado tem os maiores índices de crescimento, chegando ao auge entre 1890 e 1900, quando o ritmo de crescimento populacional diminui substantivamente (de 6,89 para 1,92). Há uma época de estiagem (1910 a 1940) e mesmo com todo esforço de revitalizar a economia da borracha (1942 a 1945), o crescimento populacional não tem o mesmo curso inicial.

⁶ O período áureo da borracha compreende 1879 a 1912.

Em termos de concentração demográfica, em Manaus e no Interior do Estado, os dados apresentados pelo IBGE (1941) ⁷, apresentam o seguinte movimento em termos de crescimento populacional:

Gráfico 02: Taxas (%) Médias Anuais de Crescimento da População na Capital e no Interior do Estado do Amazonas, entre 1872 a 1940, no intervalo de 10 em 10 anos.

Fonte: IBGE: Repertório Estatístico do Brasil. Quadros Retrospectivos, N° 1. (Separata do Anuário Estatístico do Brasil – Ano V – 1979/1940), Rio de Janeiro (estimativas a partir dos Censos anteriores (Cálculos nosso)).

No interior do Amazonas, o crescimento da população, se intensifica entre 1872 e 1890, representando, em termos de valores absolutos, um crescimento da ordem de 28.275 pessoas para 109.195, com uma taxa de crescimento médio anual, no intervalo de aproximadamente três décadas (28 anos) de 10,22%. Após esse período, no intervalo de 1890 a 1900, observa-se que, mesmo mantendo uma taxa de crescimento elevado

⁷INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Repertório Estatístico do Brasil. Quadros Retrospectivos, N° 1. (Separata do Anuário Estatístico do Brasil – Ano V – 1979/1940), Rio de Janeiro (estimativas a partir dos Censos anteriores).

(7,27), há uma diminuição do ritmo migratório. Entre 1900 e 1910 e nas décadas seguintes tendem a decrescer em razão da queda da economia.

Manaus, na mesma época acima citada, mesmo tendo suas taxas de crescimento elevadas, alcançando 5,31% de crescimento médio anual, não teve o mesmo ritmo do interior. Mas, como o arrefecimento da economia gumífera, o fluxo de retorno dos imigrantes nordestino provocou o crescimento populacional, principalmente entre 1940 e 1950. Esse crescimento só não foi maior em razão de que o fluxo migratório de retorno também foi direcionado para os estados vizinhos, como o Acre.

A expansão, que gerou esse aumento demográfico deve ser compreendida a partir de uma visão ampla de inserção da economia amazonense na economia internacional tendo como base a monocultura extrativista. Esse movimento envolveu vultosos empréstimos feitos, principalmente, por meio das companhias de navegação que, conforme Engrácia (Ibidem, p. 223), “[...] possuíam um capital cuja origem não era nacional”.

Com a economia em alta, a cidade de Manaus atraiu visitantes europeus que prometeram mudar o destino desta cidade no meio da selva, torná-la a uma capital com *status* de cidade moderna, uma “réplica” da Paris, símbolo de cidade cosmopolita.

O governador da época, Eduardo Ribeiro, incentivado pelo intenso movimento monetário, organizou um plano para coordenar o crescimento da cidade. Esse plano contemplou os serviços de transporte coletivo de bondes elétricos, telefonia, eletricidade e água encanada, além de um porto flutuante para receber navios de outros países. Dias (1999, p.19)⁸ observa que,

O governo deu prioridade do ponto de vista dos investimentos, ao aterro dos igarapés, aberturas de ruas, construção de prédios públicos, construções de pontes, saneamento iluminação, construção das escolas, limpeza, etc. Neste período, portanto Manaus passou por um expressivo processo de transformação, que se estabeleceu também com as novas relações sociais implantadas. Dias (1999, p.19)

A metrópole ganha outra dinamicidade e alavanca, nos anos de 1900, com uma população que atinge cerca de 20 mil habitantes; ruas de traçados retilíneos e longas; calçadas feitas de granito e pedras de liós, importadas de Portugal; as praças e jardins bem cuidados; belas fontes e monumentos; um teatro suntuoso, que até os dias atuais é visitado por pessoas do mundo todo; novos hotéis e cassinos luxuosos, para proporcionar lazer à “população”; estabelecimentos bancários; e palacetes com todos os

⁸ DIAS, E. M. **A ilusão do Fausto**: Manaus 1890 -1920. Manaus: VALER, 1999.

requintes. Manaus se transforma numa cidade moderna, nos moldes europeus. Idealizada para abrigar, no centro da floresta amazônica, a suntuosa elite do látex.

A respeito, Souza (2009 – p.134)⁹ observa:

O cosmopolitismo do “ciclo da borracha”, face sinal a uma alienação, parece algo forçado, produto de um salto brusco. A Amazônia na historiografia esquemática que se escreve sobre ela, parece ter experimentado um vigor inesperado que a retirou do silencioso passado colonial, com suas vilas de poucas casas, para um ritmo trepidante e voraz. Uma nova psicologia obrigava as elites a já não se satisfazerem com a vida pacata e Provinciana. O comércio da borracha vinha proporcionando inquietudes inéditas. Souza (2009 – p.134)

De fato, muitos foram os escritos que registraram o clima de euforia que agitava a “Paris dos Trópicos”: prostitutas polonesas foram importadas, para dançar e assistir as elites nos grandes cassinos; prostitutas de “baixa escala” enviadas e aviadas nos seringais. O “ouro negro” anunciava a possibilidade de existência do Eldorado, tão sonhado e procurado pelos viajantes. A propaganda de uma terra promissora e farta atraíram incontáveis levas de sertanejos que serviram de mão de obra barata a ser explorada pelos poderosos do local em nome do desenvolvimento: a cidade ganhava seus contrastes: ao lado da opulência, a pobreza se espalhava nos sítios esquecidos traduzindo-se em casebres pobres feito de taipa nos bairros e nas palafitas que campeavam os rios.

De acordo com Dias (1999)¹⁰, a modernidade dessa época pode ser considerada uma modernidade “manca” considerando que a herança escravista perdurava numa sociedade cuja elite projetava como “modelo de civilizações”. Para contextualizarmos esta afirmação diz a autora:

Na Manaus do início do século, a imensa população de 50 ou 60 mil habitantes era mal remunerada, desempregada ou subempregada. O espaço urbano, segregado, reflete essa desigualdade e torna-se palco de tensões sociais. Não por acaso surgem os códigos de posturas, com suas restrições e proibições. É que a cidade higienizada e policiada, enfim, civilizada não pode atender a todos, daí as leis restritivas para os mendigos, ambulantes, boleiros, cocheiros, etc. (Dias, 1999, p.13)

A atividade extrativista do látex com sua divulgação para o mundo, ganha altos índices de exportação, e a economia da borracha de Manaus propicia uma excelente receita ao Estado, representando aos olhos do governo do Estado, uma cidade com

⁹SOUZA, M. **Breve História da Amazônia**. São Paulo: Ed. MARCO ZERO, 1994. (p.134).

¹⁰DIAS, E. M. **A ilusão do Fausto**: Manaus 1890 -1920. Manaus: VALER, 1999. (p.13)

grande potencial econômico, considerando que as crescentes arrecadações financeiras poderiam favorecer a cidade grandes investimentos e também um maior desenvolvimento com as construções de novos e grandiosos empreendimentos, atendendo assim as exigências dos investidores que projetavam Manaus a um estilo de cidade moderna para acompanhar o crescimento das grandes cidades no mundo. Neste sentido, Dias¹¹ (1999) assegura:

Modernizar, embelezar e adaptar Manaus às exigências econômicas e sociais da época da borracha passa a ser o objetivo maior dos administradores locais. Era necessário que a cidade se apresentasse moderna, limpa e atraente, para aqueles que a visitavam a negócios ou pretendessem estabelecer-se definitivamente. A política seria a transformação de Manaus, defendendo a dominação do grupo que vai geri-la. Este grupo será constituído pelos extrativistas e aviadores, todos ligados ao capital financeiro internacional, com estreita conexão com poder público local.

A cidade, antes espaço comum, modifica-se, estratifica-se segundo uma nova configuração, a de classe. Para tal, adequando-se a uma função social nova. A modernidade traria um novo estilo de vida e grandes transformações, não só materiais, como também espirituais. (Dias, 1999 p.30)

A ideia de modernidade é antiga e muito presente, principalmente aos olhos da sociedade capitalista. A ideia de transformar, modificar a natureza faz parte do discurso e da prática do capitalismo, não importam os indivíduos que compõem este espaço, mas sim, o que a economia pode proporcionar a este espaço. No caso de Manaus não foram consideradas as condições geográficas, mas o movimento econômico proporcionado pela produção e exportação da borracha.

Em relação à questão de gênero, objeto deste trabalho, neste mesmo período, entre 1872 e 1920, conhecido como a Ilusão do Fausto¹², a figura da mulher esteve presente nos espaços urbanos da cidade, foram atraídas pelo modelo econômico promissor que prometia riqueza e luxo na “capital da economia da borracha”. O gráfico três mostra o quantitativo de homens e mulheres, nesta época:

¹¹ Ibidem, p. 30.

¹² DIAS, Edinéia Mascarenhas. **A ilusão do Fausto**. Manaus: Editora VALER, 1999.

Gráfico 03: homens e mulheres no Amazonas no período de 1872 a 1920

Fonte: IBGE: Repertório Estatístico do Brasil. Quadros Retrospectivos, N° 1. (Separata do Anuário Estatístico do Brasil – Ano V – 1979/1940), Rio de Janeiro.

O gráfico aponta que embora em menor número, as mulheres também migravam para esta região em busca do sonho do eldorado. A “Paris dos Trópicos” era atrativa para muita gente, inclusive para as mulheres que sonhavam com riquezas e com melhoria da qualidade de vida. Mas riqueza para muitas dessas só permaneceria no sonho, pois, ao mesmo tempo em que chegava o “progresso” e o “desenvolvimento”, também adentrava na vida das mulheres a violência traduzida na exploração sexual e nas formas de vida que teriam que se submeter na cidade dos sonhos. Muitos foram os problemas sociais ligados ao desenvolvimento econômico, social e urbano do período da borracha, as mulheres passaram a ser um deles com grande proporção.

O artigo “Pobreza e prostituição na Belle Époque manauara: 1890 – 1917”, de Santos¹³, aponta que muitas mulheres abandonavam a segurança do lar e a vida tranquila das pequenas cidades para tentar fazer “fortuna” em Manaus, o sonho era

¹³ SANTOS, P. M. J. **Pobreza e prostituição na Belle Époque manauara: 1890 – 1917** [online]. In: Revista de História Regional 10 (2):87-108. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path%5B%5D=247&path%5B%5D=203>. Acesso em 10 de agosto de 2010.

aguçado pelas propagandas que se fazia de uma cidade no meio da Amazônia onde o dinheiro existia em grande quantidade, onde os homens acendiam seus charutos com nota de cem réis. Então, como ficar fora deste tão reluzente progresso financeiro? Como não se deixar contagiar pela busca de uma melhor condição de vida?

De acordo com o autor do texto acima citado, nos registros policiais da época, que era encontrado um grande número de informações sobre a realidade das mulheres em Manaus, principalmente das que viveram em condições subumanas e que não foram sequer citadas na historiografia da cidade, no período em que esta cidade representava a “Paris dos Trópicos”. Nesses registros, são encontradas as maiores fontes de identificação sobre a migração de varias mulheres do interior do estado, do nordeste, do Oriente, da Bolívia, do Peru, da África e das mais diversas regiões da Europa para a cidade de Manaus, seus nomes, nacionalidades e naturalidades foram registrados nos livros de registros das delegacias da cidade e, às vezes, repassados ao público via páginas policiais do Jornal do Commercio.

Chegando a Manaus, estas mulheres competiam por moradia e por trabalho com as que já estavam no local, e desempenhavam as mais diversas funções, sejam permanentes, temporárias, casuais e domiciliares. As que não se adaptavam ao mercado prostituíam-se, pois as dificuldades do cotidiano da cidade contrastavam com a prosperidade propagada mundo a fora.

Na prostituição também existia divisão de classe, havia os bordéis de luxo onde também aconteciam as reuniões para tomada de decisões políticas e econômicas, e havia a prostituição do baixo meretrício, aquela às sombras das ruas, das moradias precárias, dos cortiços e da vila dos operários. Para os bordéis e cassinos de luxo iam as “cocotes”, “polacas” e “francesinhas”, acompanhadas dos seringalistas, políticos, oficiais, ou homens endinheirados. Os jornais da época dão ênfase ao perfil e a fama destas mulheres, pois, a prostituição era considerada um fator que contribuía para a civilização do local. Em contrapartida a este fator são enfatizados os problemas casados pelas mulheres do baixo meretrício, conhecidas como “marafonas, mariposas, patuscas, regateiras, decantadas”, que não ganhavam o suficiente para seu sustento, e que eram obrigadas a envolver-se no furto para sua sobrevivência e que desprotegidas nas esquinas das ruas, praças e botequins, ficavam a mercê da violência masculina.

As mulheres neste período não deixaram de ser escrava, ora do sexo, ora dos afazeres domésticos, as polacas e francesas atendiam aos coronéis, para os momentos de prazer, as senhoras de respeito eram guardadas nos palacetes, cercadas de criadas para

cuidar dos afazeres e naturalmente atender aos seus senhores. De acordo com Souza¹⁴, (1994, p.138 e 139), o sexo nesta sociedade carente de mulheres também era privilégio, claro para quem tinha dinheiro, “*para os seringueiros confinados nas florestas, [...] a contrapartida feminina chegava sobre a forma degradante da prostituição. Mulheres velhas, doentes, em número tão pequeno que mal chegavam para todos os homens, eram comercializadas a preços aviltantes*”. As mulheres eram produtos prontos para o abate, mas só podiam tê-las aqueles que tivessem condições de pagá-las. Esta era uma forma cruel de explorar os trabalhadores, pois para terem uma mulher os seringueiros, tinham que trabalhar muito, mesmo assim muitos deles não conseguiam pagar seus patrões, pois estavam sempre devendo. Neste período, existia um caderno onde todas as despesas eram anotadas, e um trabalhador só saíria, por isso permaneciam no local por muito tempo, e outros nunca saíam.

Se os homens eram explorados, como devia ser a situação da mulher que nem como pessoa era vista? Estas eram tratadas como objeto, um produto destinado a atender aos interesses do capital, considerando que tudo nesta época estava voltado para esta finalidade, afinal está falando da sociedade dos coronéis da borracha. Neste sentido, Souza (1994, p.139)¹⁵, nos diz que:

Na sociedade tribal Amazônica, a mulher estava integrada sob diversas formas de submissão. Com o extrativismo da borracha, em que a procura era maior que a oferta, ela seria transformada em bem de luxo, objeto de alto valor, um item precioso na lista de mercadorias, um móvel.

A sociedade do látex tornar-se-ia uma sociedade falocrata, que daria a mulher uma utilização tão aberrante quanto à forma de explorar a força do trabalho do seringueiro. Adornaram sua terra exótica com a vulnerável cultura européia, mas não admitiram uma mulher como pessoa. Mulheres e Victor Hugo estavam no mesmo carregamento, como o parnasianismo parecia constar na mesma lista de panacéias contra a gonorréia. Souza (1994, p.139)

A partir dos relatos de Souza, podemos verificar como o desrespeito físico e moral à mulher traduz formas de violências imensuráveis. Os relatos da época, encontrados em jornais e registros policiais, ora focam a beleza das senhoras de respeito ou polacas e francesinhas, ora focam o escândalo das mariposas ou mulheres do baixo meretrício. Esses relatos evidenciam a mulher apenas como um “produto de consumo”. Vale salientar que muito se escreveu sobre história da Amazônia, mas poucas, informações encontramos a cerca das mulheres, exceto no caso acima citado.

¹⁴SOUZA, M. **Breve História da Amazônia**. São Paulo: Ed. MARCO ZERO, 1994.

¹⁵ Idem, Ibidem. p.139

Nos registros policiais que falam sobre as mulheres, apontam-se os nomes de muitas delas, dizendo que estas se encontravam na desilusão, carestia, segregação e arrependimento, pela condição de vida que lhes era oferecida e, algumas vezes, chegavam a tentar o suicídio, pois não tinham mais condições financeiras para voltar à sua região de origem. Assim, quando se encontravam na miséria, repressão e marginalidade total, a melhor opção era a morte.

Os lugares onde as mulheres do baixo meretrício moravam e se prostituíam eram conhecidos como “zona estragada”, ali estava um dos maiores desafios do papel feminino ao desempenhar uma profissão “socialmente” aceita, isto, quando se tratava dos bordéis de luxo, pois, para as mulheres de baixa condição social, a profissão de prostituta era vista como ameaçadora, turbulenta, onde não existia tranquilidade; nestes espaços, a prostituição era associada à violência e à criminalidade. Ao contrário das “cortesãs” dos luxuosos bordéis, as meretrizes pobres eram vistas como degeneração social da mulher, como falência da moral e da família, representavam riscos e malefícios à saúde pública, isto pela condição social que o espaço por elas ocupado lhes proporcionava, onde não atendia à lógica do capital, logo, aos interesses dos governantes.

Eram nos espaços do mercado e do porto de Manaus, que as mulheres do baixo meretrício desenvolviam suas atividades, primeiro por serem locais públicos, segundo por serem locais onde havia uma boa concentração masculina de carregadores, ambulantes, barraqueiros do mercado público, marítimos, catraieiros, estivadores, peixeiros, maquinistas de embarcações, seringueiros, agricultores, pequenos comerciantes e trabalhadores populares, ou seja, homens, de baixo nível social, ambos no mesmo padrão social, na visão capitalista. Os bordéis do porto mesmo estando num espaço público tinham seus agenciadores, as mulheres ocupavam esses espaços para a prática dos “serviços prestados”, mas davam aos agenciadores um percentual de todo faturamento, continuando assim a serem escravas do mesmo ciclo vicioso do capitalismo.

Outro fator preponderante a ser ressaltado envolvendo o capital são os valores dados aos “serviços prestados” pelas mulheres da prostituição, isto é, os valores correspondiam ao valor social do espaço, assim o porto sendo o lugar do povo, não teria uma boa valorização. Nestes espaços o custo é bem mais baixo, tendo inclusive nome diferenciado socialmente. No porto, as casas de prostíbulos eram conhecidas como “cabarés”, mas na área central os mesmos recebiam o nome de “cassino de luxo”,

lugares da elite da sociedade, lugares com bom valor social; logo, não é eram um espaços para todos, mas para um público seletivo.

De acordo com Carlos¹⁶ (1994):

O espaço como produto do trabalho do homem sobre o processo de produção do espaço social, o tipo de trabalho, o seu desenvolvimento, o modo como determinado produto é produzido. A questão é como se dá a configuração específica do processo de produção do espacial através das relações capitalistas de produção. Em seu conjunto o capital aparece como uma relação social fundamentada nas lutas e contradições de classe, o que nos obriga a entender esse processo em seu dinamismo, isto é, no de suas contradições iminentes. Carlos (1994, p.23)

Assim, podemos pontuar que os espaços urbanos podem ser produzidos a partir das desigualdades sócio-espaciais, em Manaus, no auge da borracha, o cotidiano das mulheres permite compreender as relações sociais que produzem a sociedade e seu espaço, podemos verificar que o espaço onde estavam localizados os bordéis, ganhavam valores, de acordo com sua localização, valores atribuídos pela sociedade. Ali as mulheres não eram vistas como as dos bordéis de luxo, o espaço determinava sua posição social e o tipo de atividade que ela desenvolvia que era o mesmo, mas com menos valor capital. Infelizmente, a produção social do espaço ainda é caracterizada pelas desigualdades sociais, e de certa forma acentuada pelo conflito entre o capital e o trabalho.

Quando a lógica capitalista produz um espaço, este obedece à padronização individualista que objetiva atender a lógica do capital, logo são espaços contemplativos baseados na estética e qualidade visual e, não deixam de ser um produto social que serve como uma mercadoria pronta para consumo. Para Lefebvre¹⁷, (1980, p.47) a *cotidianidade moderna se resume a uma constante programação de hábitos sempre direcionados para a produção e o consumo, produzindo uma “sociedade burocrática de consumo dirigido”*.

Como vimos anteriormente, Manaus foi construída aos moldes de “Paris”, portanto ficou conhecida como a cidade das avenidas, dos cafés, do teatro, dos palacetes, de um urbanismo higienizado e organicista, fruto de uma racionalidade que se estabelece a partir da abertura de ruas e de aterro de igarapés. Com novas funções urbanas, a infraestrutura e os equipamentos urbanos, buscavam dar conta dos problemas

¹⁶ CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994. (p.23)

¹⁷ LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ed. ÁTICA, 1980. (p.47)

aparentes, principalmente no caso de aterro de igarapés. Vale ressaltar, porém que os melhoramentos de infraestrutura urbana não incluíam as periferias onde proliferavam os casebres de palha e os flutuantes às margens do rio Negro, onde crescia aumentava a pobreza, a miséria.

A exploração do látex se intensificou e a paisagem urbana de Manaus entra num processo de produção e reprodução do espaço, tomando formas, funções e estruturas com suas significações (Lefebvre 1994)¹⁸, verifica-se, com a periodização (borracha), uma espacialidade desigual, Manaus dinamizou a economia e a sociedade manauara em detrimento ao homem e a natureza, numa proposta no que diz respeito ao espaço-tempo do cotidiano histórico.

Na concepção de Oliveira (2003),¹⁹ estudioso da cidade de Manaus: a produção do espaço nesta cidade se deu promovendo áreas de reprodução do capital, espaços que foram construídos em detrimentos de outros, a destruição da natureza e o desprezo pela cultura do local. Neste sentido, a cidade passa a ser algo que se pode medir, localizar, e o urbano, tornou algo subjetivo, sinônimo de pessoas, modo de vida e modo para atender aos interesses da sociedade capitalista.

O espaço urbano aparece como resultado de processos geradores de formas e funções modificadoras da cidade encravada no meio da selva. No entanto, jamais significou, tanto num período como no outro, o espaço transformado para todos. Tratava-se apenas do benefício de uma minoria. Os pobres não eram levados em conta, a cidade era sempre apresentada em largo cenário, onde só a paisagem que interessava era mostrada.

É importante observar que muitos igarapés resistiram às intervenções e mantiveram-se presentes nas formas do espaço da cidade, mesmo poluídos, o importante é que a hidrografia resistiu exercendo forte influência na configuração do sítio urbano, permanecendo até os dias atuais visíveis em algumas partes da cidade.

Manaus produziu e reproduziu o espaço, de cidade ribeirinha foi à cidade urbana, viveu a era da riqueza, traduzida nos palacetes, mas experimentava a pobreza traduzida nas palafitas e nas ocupações da periferia. O processo de urbanização da cidade configura-se em relações conflituosas nos níveis econômico, social, cultural e espacial.

¹⁸ LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. MORAES, 1991.

¹⁹ OLIVEIRA, J. A. **Manaus de 1920 a 1967: cidade doce e dura em excesso**. Manaus: EDUA. VALER, 2003.

O papel do estado na produção e reprodução do espaço na cidade de Manaus, no período da borracha dá-se em defesa dos interesses capitalistas, em nenhum momento essa construção vai ao encontro dos interesses da população local, que é sempre postos em segundo plano. O desenvolvimento urbano que ocorre neste período, não considera os espaços utilizados pela população, não importava se faziam uso de algum espaço para suprir as necessidades humanas. DIAS²⁰, (1999, P. 37) mostra como a urbanização foi utilizando-se dos espaços em Manaus:

A borracha propicia a Manaus o alargamento do seu espaço e a redefinição de sua organização. Pela cidade passavam milhares de toneladas do produto para a exportação, vinda dos mais distantes seringais da região amazônica e circulavam variados tipos de mercadorias e pessoas. A capital do látex adquire uma nova fisionomia, corrigem-se acidentes de terrenos, organiza-se diagrama do nivelamento da cidade a fim de estabelecer normas aos novos projetos de construção, aterra-se igarapés, estes muitas vezes usados como via de comunicação, fonte de abastecimento d' água e local de lazer. (Dias, 1999, p.37)

Neste contexto, os espaços são produzidos sempre em função de novas necessidades, neste caso em especial para atender as relações capitalistas do estado, não interessa se vidas são colocadas para segundo plano, se a natureza é destruída, não importa a forma como as modificações serão feitas, o que importa é se estas estão dando retorno ao Estado. Daou apud Oliveira (2003, p. 75)²¹ enfatiza que:

O caráter regulador do Estado estabeleceu a separação social que espacialmente se explica por meio das diferenças socioeconômicas e culturais configuradas numa complexa hierarquia social que se evidencia em hierarquia espacial. “As obras concretizadas na administração de Eduardo Ribeiro e mesmo as que serão finalizadas nos anos subsequentes alteraram a concepção do espaço urbano e a relação com a natureza” (Daou, 1998, p.191).

Um fato interessante que Oliveira pontua nesta relação de caráter regulador do Estado diz respeito à construção das obras na cidade de Manaus. Ao mesmo tempo em que se constrói o suntuoso Teatro Amazonas, também se constrói a penitenciária, e outros novos espaços, que são diferenciados apenas com função social das atividades ligadas a estes espaços.

Na mesma linha de reflexões, Dias (1999), pontua-nos que as funções do espaço foram redefinidas, ou seja, para cada igarapé aterrado, há o surgimento de uma avenida

²⁰ DIAS, Edinéia Mascarenhas. **A ilusão do Fausto**. Manaus: Editora VALER, 1999. P. 37

²¹ OLIVEIRA, J. A. **Manaus de 1920 a 1967: cidade doce e dura em excesso**. Manaus: VALER, 2003.

ou o alargamento de uma antiga viela. Uma forma de arruamento harmônico e uso do espaço são impostos nos planos de embelezamento de Manaus. O tecido urbano configura um novo desenho de cidade, contando com novos grupos sociais nas mais diferentes relações, situações e conflitos.

A crise da borracha acentua bem os problemas habitacionais, mesmo que o crescimento urbano não tenha sido tão relevante, mas a falta de políticas públicas que pensasse o problema da habitação ocasionou a proliferação de espaço com moradias precárias às margens dos igarapés, considerando que esta população, em sua maioria migrante do interior do Estado, teria uma forte relação com os rios.

A ausência de moradia neste período obriga a população a criar uma vila de casas no rio em frente à cidade que ficou conhecida como “cidade flutuante”. Oliveira (2003, p.79) pontua que Salazar (1985) realizou estudos nesta área e detectou:

O surgimento da cidade flutuante resulta das precárias condições de vida e da falta de moradia na cidade de Manaus, não se constitui uma questão cultural, ou seja, da relação do homem da Amazônia com a água. A cidade flutuante representou uma alternativa mais barata de moradia àqueles que não tinham condições de habitar em terra. [...] o surgimento e ampliação da cidade flutuante é que a água, ao contrário da terra, não se constitui como propriedade privada, portanto não é, no sentido da moradia, mercadoria. Como tal, o surgimento de moradia sobre a água foge a lógica da produção da moradia na perspectiva do capital. Isso representa para a população um meio de diminuir os custos da moradia, visto que não havia necessidade de compra de lotes (Oliveira, 2003, p. 79).

De acordo com os estudos de Valle²² (2003 p. 153), é perceptível a partir da planta de 1852 a existência de sete igarapés que drenavam o núcleo central e os primeiros bairros da cidade: igarapé de Manaus, São Vicente, Monte Cristo, Bica da Boa Vista, Aterro ou Remédios, Espírito Santo e Ribeira das Naus. A cidade estava localizada nas faixas de terrenos entre os igarapés, apontando a produção do espaço urbano em direção norte.

²²VALLE, A. S. A cidade de Manaus: análise da produção do espaço urbano a partir dos igarapés. In: OLIVEIRA, J. A.; ALECRIM, J. D. (Orgs.). **“Cidade de Manaus: visões interdisciplinares”**. Manaus: EDUA, 2003. P. 153

Mapa 01 - Planta da cidade de Manaus em 1915

Fonte: FILHO. V. R. Tese de doutorado

Na obra *Manaus: História e Arquitetura*, Reis apud Mesquita (2006, p. 25)²³, pontua que,

Até o final do século 18, o lugar da barra não passava de um obscuro povoado da Capitania de São José do rio Negro, cuja capital funcionava, desde 1758, na vila de Barcelos; contudo, em 1791, o governador Manoel Lobo D'Almada, sem autorização do governador do Grão-Pará, ao qual estava subordinado, transferiu a sede do governo para o lugar da barra, o que gerou um repetino progresso para a região. D'Almada construiu prédios para os serviços públicos e fez funcionar vários “estabelecimentos industriais – de pano de algodão, de fécula de amido de cordoalha”.

É perceptível que o desenvolvimento urbano para os governantes da época, e, até para os dos dias atuais, é sempre pensado na lógica do mercado, ou seja, o desenvolvimento vem ligado à ideia de lucro para os cofres públicos. As políticas públicas de moradia não representam desenvolvimento, é preferível expulsar “os

²³MESQUITA, O. M. **Manaus, História e Arquitetura**. 3ª ed. Manaus: VALER, 2006. P. 25

casebres” que poluem o visual da cidade do que pensar em melhoria para as moradias da população, considerando que estas só trazem gastos aos cofres públicos.

Na mesma obra Mesquita (2006, p.191) ²⁴fala que: *o historiador italiano Leonardo Benevolo explica que as obras projetadas por Haussmann, em Paris, recortaram, em todos os sentidos o núcleo medieval, destruindo muitos dos antigos bairros, principalmente os mais perigosos, que eram focos de revolta. Para reforçar, temos o relato do próprio historiador Benevolo apud Oliveira*²⁵ (2000) que apresenta o desenvolvimento urbano nos seguintes termos:

Na prática, Haussmann sobrepõe ao corpo da antiga cidade uma nova malha de ruas largas e retilíneas, formando um sistema coerente de comunicação entre os principais centros de vida urbana e as estações ferroviárias, garantindo, ao mesmo tempo, eficiência direta ao trânsito, por cruzamento e por anéis; ele evita destruir monumentos importantes, mas faz com que fiquem isolados e adota-os como ponto de fuga para as novas perspectivas viárias (BENEVOLO, 1986, P. 29-30).

A partir da obra de Mesquita, (2006, p. 192), é possível visualizar que, ao final do século XIX, Haussmann, difundia pelo mundo ocidental um modelo dito “eficiente” que era baseado nos moldes de Paris, pensado, propagado e difundido para que as cidades “modernas” adotassem e tivessem bons serviços. O novo modelo urbanístico estava inserido no rol das grandes cidades na lógica de atender o hábito da modernidade. Esse modelo francês teve grande influência em reformas de algumas cidades brasileiras, dentre elas Manaus, isto quanto ao traçado organizado de forma, preocupação com o alargamento das avenidas e o aspecto visual de beleza, principalmente nas fachadas dos prédios. Nas obras localizada na área central de Manaus, que resistiram ao tempo é possível visualizar bem estes detalhes, que representam a marca de uma época, vivenciada pela população local.

A distribuição e o uso do espaço urbano em Manaus apresentam algumas características da organização luso-brasileiras, Mesquita (2006, P.193):

Estas características imprimiam um traçado de aparência pouco organizado, apesar de estar muito mais de acordo com as condições da natureza local; o desenho da cidade era definido pelos acidentes naturais, ou seja, as ruas com suas edificações subiam e desciam nas ondulações das colinas, seguiam a sinuosidade dos igarapés que serpenteavam a cidade e determinavam os limites do bairro.

²⁴ Ibidem, p.191

²⁵ OLIVEIRA, J. A. **Cidades na Selva**. Manaus: EDUA, 2000.

O mapa da cidade de Manaus do ano de 1852 representa bem o que o autor enfatiza nas reflexões acima pontuadas, pois neste mapa se pode verificar como a malha urbana representa suas ruas, curtas e estreitas, com os traçados obedecendo ao curso da cidade.

Na obra “Cidade na selva” de Oliveira (2000, p. 21) ²⁶ são pontuadas, as formas como as cidades na Amazônia vão se constituindo. Podemos verificar nas reflexões, a seguir:

O espaço que se produz no interior da Amazônia, influenciada pela expansão do capital, ocorre num contexto de uma mais abrangente visão de produção em que os homens enquanto seres sociais produzem sua história, sua consciência e seu mundo para além da produção natural. Nada existe na história e na sociedade que não seja produzido, mesmo a natureza tal como se apresenta foi também modificada, fazendo parte de um espaço social que é produzido de múltiplos aspectos e de movimentos significantes e não significantes, percebidos e vividos, ligados a prática social.

Para o autor o espaço é um palco onde se localizam e se desenrolam as atividades do homem por meio do trabalho. Ele fala de um espaço organizado e de uma exterioridade em relação ao homem, igualmente de um espaço como um produto social, primeiro por ser produto e depois ser condição de produção. Não é somente um espaço habitado, mas também construído, modificado.

O Estado exerceu papel principal na produção do espaço urbano no período da borracha. O projeto urbanístico proposto pelo Estado apresentava sua posição diante dos interesses da população local que não era na perspectiva da mediação, mas na defesa dos seus interesses que estavam também voltados para os interesses do capital. Portanto, o Estado fixou sua racionalidade, explodiu as dimensões pretéritas, quer fossem naturais ou sociais e produziu o espaço urbano em função das novas necessidades de expansão das relações capitalistas e, por isso, um urbanismo pretensamente moderno apareceu como o elemento privilegiado, revelador do papel imanente do Estado, assinalado pelo signo da violência contra a natureza e especialmente contra a cultura. Neste sentido a produção do espaço urbano pelo Estado ocorreu como interventor e instrumento de reprodução social diferenciada, por meio de construção de pontes, de rede de esgoto, do porto e de edifícios suntuosos, bem como pela instalação de energia elétrica, trilhos de bondes.

²⁶ Idem, Ibidem. (p.21)

A espacialidade de Manaus com a crise da borracha [...] se produz a partir da margem. Aparece a cidade dos pobres e os charcos dos terrenos baldios que serviram de aterro para os igarapés. A elite se vai e a que fica passa a ocupar os casarões degradados, é a divina decadência. (Oliveira, 1999, p.48 e 49)²⁷

A Manaus da época da borracha é a cidade dos poderosos, no auge ou na crise, é sempre a cidade harmônica. É a “cidade do Fausto” (Dias, 1999)²⁸, do poder, da harmonia. É a cidade sem problemas, aspirada, desejada e imaginada e, em alguns casos, vivida pela elite extrativista, mas para a classe trabalhadora, esta cidade era uma utopia, existia uma enorme contradição no discurso da elite dominante, podemos verificar este discurso dúbio nas análises de Dias (1999):

“O espaço urbano atrai os mais diferentes tipos de pessoas vindas de diversos pontos do país e do mundo e que passam a fazer parte do cotidiano da cidade, não tendo as mesmas condições de sobrevivência daqueles que vão usufruir da vida do “fausto” que a borracha propicia. Este outro lado do “fausto”, é o aspecto que o imaginário da elite extrativista não registra, nem a historiografia produzida sobre a época, mas não é por isso que não tenham existido e exigido dos setores dominantes, políticas que dessem conta dos marginalizados da opulência dos desassistidos da fortuna, política rigorosa de controle sobre a vida, hábitos, costumes, trabalho e lazer. Tudo que fosse ameaça à imagem de uma cidade civilizada, impossibilitando os possíveis investimentos de capitais e o desenvolvimento do trabalho, passa a ser objeto de preocupação por parte dos setores dominantes. Dias (1999, p. 131e 132)

É importante salientar que o tecido urbano durante a época acima referida 30 a 60 não apresentaram mudanças significativas no espaço urbano da cidade de Manaus, Oliveira (1999). A Planta da cidade, em 1951, apresentava uma Manaus dividida em três zonas territoriais, de acordo com a Lei Municipal 367 de 28 de julho de 1951: Zona Central; Zona Urbana e a Zona Suburbana. De modo geral, essa expansão espacial perdurou até a implantação da Zona Franca de Manaus, em 1967, quando os limites da cidade foram significativamente modificados.

Na malha urbana de 1915 e de 1951 é possível verificar e comparar como se deu o desenvolvimento urbano e o traçado desta malha nos 36 anos subsequentes:

²⁷ OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus, permanências e transformações: 1920-1967**. Relatório de Pesquisa - UFAM, Manaus, 1999. (p. 48 e 49)

²⁸ DIAS, Edinéia Mascarenhas. **A ilusão do Fausto**. Manaus: Editora VALER, 1999.

Mapa 02 – Malha urbana de Manaus em 1915

Fonte: FILHO. V. R. Tese de doutorado

Mapa 03 - Planta da cidade de Manaus com divisões em zonas de 1951

Fonte: FILHO. V. R. Tese de doutorado

Partindo dos estudos de Benchimol (1994) e Oliveira (1999), é possível observar que a Planta da cidade de Manaus de 1915, identifica as principais características do centro comercial da “Belle époque”, localizado na parte sul da cidade, conforme apresenta o mapa 3. Os estabelecimentos mais importantes no período do ciclo da borracha se concentravam nas poucas e principais vias da cidade, ou seja, nas áreas consideradas com valor “social” e “comercial”.

1.3 Zona Franca e a expansão urbana de Manaus: formação e espacialização dos bairros (dados demográficos)

Manaus após 30 anos de grande riqueza e luxo no período áureo da borracha inicia um período de decadência em virtude da produção do látex de forma racional, na área que acarretou na quebra do monopólio e da produção, com isso passa por um longo período de lamuria com uma economia estagnada, só ressurgindo com um novo vigor em 1967, por meio de um decreto presidencial que transforma Manaus em Zona Franca, caracterizando um novo momento que promete grandes transformações, desta vez inserida uma política de integração nacional dos governos militares.

A criação da Zona Franca foi baseada numa proposta de política de “desenvolvimento regional” e, seus principais objetivos estavam pautados na ocupação populacional; desenvolvimento econômico e “melhoria da qualidade de vida da população”. O desenvolvimento desta política indicava uma área de livre comércio de importação e exportação de mercadorias e de incentivos fiscais que tinha por expectativa de duração 30 anos, com a previsão de deixar de funcionar em 1997. Com a Constituição de 1988, a Zona Franca foi mantida com as mesmas características e objetivos e ganhou uma prorrogação de vigência até 2013, mas o ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva numa reforma tributária prorrogou o prazo por mais dez anos, ou seja, até 2023. Em 2011 a então presidenta Dilma Rousseff, anuncia em um evento de comemoração ao aniversário da cidade de Manaus que apresentaria ao Congresso uma proposta de emenda constitucional para prorrogar a Zona Franca por mais cinquenta anos. Não podemos esquecer que as Zonas Francas fazem parte de uma política mais global, ou seja, estão prevista dentro da conjuntura mundial.

A Zona Franca, exerce importante papel na economia regional, principalmente em Manaus, local onde foi implantado o polo industrial. As indústrias implantadas na cidade absorveram e continuam absorvendo um percentual significativo de mão de obra local (naturalmente para as áreas que exigia menos qualificação). A força feminina também foi requisitada, sem nenhuma exigência de qualificação profissional para que as mulheres pudessem atuar nas diversas fábricas instaladas no polo. Assim sendo, as exigências restringiam-se a ordem pessoal, como, em não ter filhos, não ser casadas e não estar grávidas, nada que pudessem atrapalhar sua atuação no desenvolvimento de

suas atividades dentro das fábricas. Neste contexto elas representavam uma mão de obra fácil de ser explorada. Este fato podemos verificar nos estudo de Ramos (2003)²⁹:

No período de 1973 a 1978, a força do trabalho feminino predominava no distrito industrial, constituindo-se no seu total 87,8%. O acesso ao trabalho nas empresas da Zona Franca contemplava basicamente as mulheres jovens, solteiras e sem filhos. Muitas mulheres, para serem aceitas no Distrito Industrial, tinham que fazer exame de urina, para provar que não estavam grávidas; e sofriam muitas vezes o assédio dos chefes e caso não aceitassem eram demitidas do setor. As funções mais qualificadas eram para os homens, e as menos qualificadas, eram para as mulheres, o que refletia também nos salários e no acesso a uma hierarquia mais extensa de cargos, onde os maiores beneficiados eram os homens. Ramos (2003, p. 110)

A desigualdade salarial entre homens e mulheres perdura até hoje nas fábricas do Distrito Industrial. As mulheres, na visão dos chefes das fábricas, não são provedoras das famílias, por isso não se justifica ganharem mais. As mulheres manauaras estão inseridas e participando ativamente do processo de produção e reprodução, nas fábricas do polo industrial de Manaus, lutando diariamente pela conquista do espaço.

A grande oferta de empregos foi despertou interesse da população na busca pelos mesmos. Para Souza (2005)³⁰, a Zona Franca representava um bom modelo de desenvolvimento econômico, principalmente para a região Norte que sempre foi esquecida no âmbito das políticas de desenvolvimento. Portanto, ela seria responsável por grandes transformações nos aspectos urbanísticos, arquitetônicos e sócio-culturais da vida cotidiana de Manaus, dado a forte presença de capital financeiro na cidade acarretou a vinda de milhares de pessoas para esta região.

Semelhante ao período áureo da borracha, a Zona Franca, como novo modelo de desenvolvimento, também foi um atrativo para muitas pessoas das mais diversas regiões do país, que buscavam empregos e, naturalmente, melhor qualidade de vida. Souza³¹ (2005, p. 37) em seus estudos apresenta importantes dados quantitativos, quanto à diversidade de migrantes na cidade de Manaus, segundo estatísticas: “*as unidades da Federação mais expressivas quanto à naturalidade dos imigrantes são: Pará (8,08%) e Acre (1,14%), ambos na Região Norte, Ceará (2,10%) e Maranhão (1,64%), na Região Nordeste. Registrou-se, também, 0,28% de pessoas de países estrangeiros*”.

²⁹RAMOS, J. G. B. **A representação social da mulher no contexto da relação conjugal violenta na cidade de Manaus**. Recife: BAGAÇO, 2003.

³⁰SOUZA, M. J. L. O território sobre espaço e poder: Autonomia e desenvolvimento. In: TORRES, I. C. “**As novas Amazônidas**”. Manaus: ed. EDUA, 2005.

³¹ Idem, Ibidem p. 37.

O gráfico abaixo traz dados populacionais da quebra da economia borracha, onde a taxa (%) de crescimento de 4,28 subiu até atingir 10,33, no seu auge da economia da Zona Franca, visualiza bem como foi alto o índice de pessoas que migraram tanto do interior do estado como de outras regiões, atraídas pelo modelo promissor de desenvolvimento industrial.

Gráfico 04: Taxas (%) Médias Anuais de Crescimento da População na Capital e no Interior do Estado do Amazonas, entre 1872 a 1940, no intervalo de 10 em 10 anos.

Fonte: IBGE: Repertório Estatístico do Brasil. Quadros Retrospectivos, N° 1. (Separata do Anuário Estatístico do Brasil – Ano V – 1979/1940), Rio de Janeiro (estimativas a partir dos Censos anteriores (Cálculos nosso))

O crescimento da população se intensifica em Manaus entre 1970 a 1980, período forte da implantação do modelo Zona Franca, esse crescimento representava em termos absolutos, um montante da ordem de 137.119 pessoas para 321.770, com uma taxa de crescimento médio anual, no intervalo de 10 anos de 79,40%. Após esse período, no intervalo de 1980 a 2010, observa-se que a taxa de crescimento começa a declinar. Esse formato de expansão que comandou a urbanização acelerada do município de Manaus.

Motivados por uma política que alardeava a modernidade, prometendo uma mudança inigualável de melhoria de vida com o processo de industrialização, a

população amazonense tem suas esperanças renovadas depois de ter que amargurado uma dura crise do que restara da época do eldorado da borracha. Aos olhos dos ribeirinhos, dos seringueiros, dos castanheiros e do caboclo abandonado nas terras firmes e na várzea, a Zona Franca de Manaus com todo seu aparato industrial representava uma nova época de prosperidade.

Com o modelo zona franca, a cidade de Manaus passa a concentrar 50% da população, 98% da arrecadação dos Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e de Produtos Industrializados (IPI) e 90% dos veículos do estado. Também cresce o investimento em educação, ressaltando a criação da ETFAM (Escola Técnica Federal do Amazonas) e ampliação da UA – Universidade do Amazonas, hoje, Universidade Federal do Amazonas, dentre outras iniciativas, mantidas com os incentivos das empresas do distrito industrial.

De acordo com Souza (1994, p.163), as indústrias aproveitaram a legislação brasileira de implantação da Zona Franca e,

se estabeleceram numa área da cidade de Manaus, no chamado distrito industrial, onde receberam terrenos a preços irrisórios, totalmente urbanizados, como nenhum conjunto habitacional supostamente para pessoas de baixa renda recebeu. E, assim entrou em atividade um parque industrial de “beneficiamento” produzindo em toda sua capacidade e operando numa área onde as facilidades eram, na verdade, uma conjuntura favorável. Souza (1994, p.163)

Com essa nova força de trabalho constituída de um processo intenso de migração, a cidade enfrenta uma nova dinâmica e sua fisionomia se modifica, surge à necessidade de um processo de urbanização, considerando-se o crescimento populacional; e, assim, novos bairros são formados pela intensa dinâmica da região que exige uma nova configuração. Surge, assim, às áreas que ficam conhecidas como a periferia da cidade.

Nos anos 70 a ocupação do espaço urbano distribuía-se nas seguintes zonas administrativas: Sul, Centro Sul, Oeste e Centro Oeste, existindo um grande aglomerado de pessoas vivendo às margens dos igarapés que cortavam estas zonas da cidade. Com o advento da Zona Franca e um fluxo contínuo de migração para a capital do estado, dá-se a expansão da cidade em direção as zonas leste e norte, e surgem várias ocupações irregulares, considerando que não havia nenhum planejamento publico e/ou políticas públicas de habitação que pudessem atender a esta demanda. Um exemplo, dessa nova forma de ocupação dos espaços é o bairro coroado que surge nos inicio dos anos 70,

com a ocupação de uma parte do terreno pertencente à Universidade Federal do Amazonas.

A forma urbana que Manaus foi ganhando baseou-se no padrão topográfico limitado por vales afogados, e ainda com o rio Negro penetrando cidade adentro, neste sentido a cidade foi se adaptando aos igarapés que isolavam os blocos urbanos, e sua forma foi estruturada pelo conjunto de sistemas naturais, igarapés, áreas alagadas e a margem do rio Negro. Até o fim século XIX foram os igarapés que condicionaram a direção do crescimento da cidade, a partir do início do século XX, os fatores naturais delimitadores da cidade foram sendo sobrepujados por aterramentos e pela construção de pontes.

O espaço da cidade de Manaus foi sendo moldado a partir de um sistema de objetos artificiais e por um sistema de ações (Santos, 1997) ³² igualmente artificiais, a exemplo: construções de pontes, os aterros e as ocupações das margens dos igarapés. As pontes construídas para ligarem um local a outro se constituíram como novos vetores da expansão da cidade; neste sentido, o espaço urbano construído artificialmente dá novas formas à cidade. Ao refletir sobre o desenvolvimento urbano da cidade de Manaus, Oliveira (2003) enfatiza que as análises das relações sócio-espaciais explicitam as contradições resultantes da produção da cidade numa sociedade desigual, considerando que:

Compreender o espaço urbano significa identificar não apenas os mecanismos que colocam em funcionamento o sistema social se especializa bem as várias dimensões por meio das quais o sistema social se especializa na cidade. Ao se identificar o modo como os vários agentes produtores do espaço urbano se especializam na cidade, é possível ver o que se esconde atrás da paisagem visível, ou seja, compreender a inter-relação processo e forma. Oliveira (2003, p.30)

Os igarapés, marcas registradas da paisagem da cidade, são considerados lugares unificados aos modos consecutivos e simultâneos para as novas lógicas e dimensões de construção da cidade, que são traduzidas pelas contradições e pelas desigualdades sociais, gerando, assim, as desigualdades sócio-espaciais. Essas contradições implicam a estruturação do espaço urbano, considerando que os indivíduos constroem no seu imaginário significados que dão sentido à vida e garantem formas espaciais que tendem a desaparecer com a tendência homogeneizante do espaço urbano, mas que não deixam de permanecer no imaginário coletivo.

³² SANTOS, M. *A natureza do espaço urbano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

A hidrografia, sempre exerceu forte influencia na vida dos indivíduos e consequentemente na configuração do sitio urbano, o aterro dos igarapés e construções das pontes nos locais de afirmação do cotidiano e do reforço de um modo de vida, da população local, era nestes espaços que a vida acontecia, ali era espaço de festa, do lazer, um espaço que fugia ao controle das estruturas de poder, considerando que a elite não frequentava estes lugares que eram espaços da população pobre.

De acordo com os estudos sobre o desenvolvimento urbano de Manaus, até o momento de instalação da Zona Franca, a cidade possuía natureza em abundância. Ainda hoje ouvimos dos moradores mais antigos, relatos dos tempos dos igarapés limpos, de águas cristalinas, dos banhos nas cachoeiras do Tarumã, que hoje é uma área poluída, portanto o que restou foi apenas o saudosismo no imaginário da população local de uma época em que os igarapés eram espaços de lazer e reunião das famílias manauaras.

Valle (2003,) ³³ enfatiza que:

Com a chegada da colonização e o crescimento da cidade, o banho e os vários usos dos igarapés pela população local, passaram a ser condenados inclusive com o estabelecimento de punições para as pessoas que tomassem banhos fora dos pontos estabelecidos. (Valle p. 156)

As ações de urbanização para atender a modernidade desconsideram a importância dos igarapés para a vida da população, Valle (2003), fala de uma urbanização imposta onde às obras alteraram as dinâmicas das águas e os impactos ambientais, para os urbanistas da época, o aterro de igarapés representavam soluções para atender as barreiras naturais e, a cultura do povo era desprezada para agradar ao visível. A aparência, ou seja, o que agrada os olhos, sempre foi motivo para agradar ao capitalismo, neste sentido, os indivíduos que representam este capital não tinham uma preocupação com a vida das pessoas. Valle (2003) confirma isso a dizer que o,

embelezamento urbano obedecia a objetivos que na essência, nada tinham a ver com a situação concreta da população desprovida de recursos. O termo embelezar tem enorme ressonância do no discurso da época. Designa mais do que a imposição de novos valores estéticos, a criação de uma nova fisionomia arquitetônica para cidade, encobre por assim dizer, múltiplas estratégias. A segregação urbana determina a erradicação da população trabalhadora que reside na área central, transferindo para a periferia, mudando a função do centro,

³³ VALLE, Arthemisia de Sousa. A cidade de Manaus: análise da produção do espaço urbano a partir dos igarapés. In: OLIVEIRA, José Aldemir de; [et. al.]. **Cidade de Manaus: visões interdisciplinares**. Manaus: EDUA, 2003.

visando atender as exigências do capital comercial e financeiro da época.

Os planos urbanísticos executados na cidade foram causadores de graves problemas ambientais, criando um verdadeiro caos urbano, sendo levadas em consideração apenas as prioridades econômicas, o que teve como consequência as perdas dos valores ambientais. (Valle, 2003, P. 173)

O desenvolvimento de Manaus, nos últimos 20 anos, preocupa principalmente pela falta de compromisso com a preservação ambiental. O crescimento da cidade para as zonas Leste e Norte provocou perdas ambientais sem precedentes, como a destruição de nascentes, ameaça de extinção de espécies nativas, maior vulnerabilidade a problemas de erosão, destruição da cobertura vegetal, poluição dos corpos d'água, alagamento e aumento de temperatura ocasionada pelo desaparecimento de espécies vegetais que tinham a função de proteger o solo das agressões do sol e da chuva; de modo geral, causando a alteração do espaço físico. Hoje o que resta nestas áreas são fragmentos de floresta, acarretando uma temperatura elevadíssima, por falta de áreas verdes no entorno dos bairros. Nota-se também o distanciamento cada vez maior de espaços públicos de lazer.

Portanto, temos que remeter a discussão sobre a ocupação desse espaço, ressaltando a produção social do espaço, que segundo Lefebvre (1991) se desdobra em três momentos:

- Primeiro o que ele chama de espaço concebido que é a representação abstrata traduzido no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real, este pode ser o saber técnico do indivíduo e, ao mesmo tempo, ideológico, pois as representações do espaço privilegiam a ideia de produto devido à supremacia do valor de troca na racionalidade geral. No desenvolvimento urbano de Manaus sempre estiveram em primeiro plano as obras que poderiam gerir recursos para os cofres públicos e para a elite, restando para a classe pobre à conformidade e a sorte.

- Segundo, ele conceitua de espaço percebido, aquele que aparece como uma intermediação da ordem distante e a ordem próxima referente aos desdobramentos de práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social. Deste modo, atribui às representações mentais materializadas funcionalidades e usos diversos, que correspondem a uma lógica de percepção da produção e da reprodução social, onde se dão as percepções individuais e coletivas.

- Terceiro, ele denomina de espaço vivido denota as diferenças em relação ao modo de vida programado. Enquanto experiência cotidiana dos indivíduos (ordem

próxima) está vinculada ao espaço das representações através da subversão de usos contextuais, tornando-se um vestígio de clandestinidade da obra e do irracional. Podemos dizer que a maior representação do espaço vivido é o espaço social, pois nele as representações do homem denotam a possibilidade da construção de um espaço diferenciado, pois o próprio cotidiano favorece uma dinamicidade na vida dos indivíduos.

O espaço concebido e o espaço vivido possuem uma relação dialética que se concretiza no momento que as temporalidades e as espacialidades ligadas à irredutibilidade do uso se fazem presente quando da apropriação da cidade. Essa dinâmica pode ser percebida, principalmente, nos espaços urbanos que reagem à forma metropolitana; mesmo assim, isto não é exclusividade destas cidades. A vida cotidiana dos indivíduos nestes lugares proporciona atividades fecundas por meio da construção individual e coletiva, diante da reprodução do espaço pelos indivíduos.

Lefebvre (1991) enfatiza que o direito a cidade deve ser visto como algo inalienável à vida, pela valorização da obra e do uso, isto só é possível por meio da construção de análise da cidade mais voltada para um novo humanismo, onde a vida das pessoas seja colocada em primeiro plano. Portanto, o espaço (social) não é apenas uma condição e um produto, mas meio para as relações conflitantes dentro do capitalismo. Assim, é preciso apreender como a reprodução das relações do capitalismo moderno se desdobra para a vida cotidiana de uma sociedade urbana.

No período áureo da borracha e no período mais recente da Zona Franca, as vozes dos simples (menos favorecidos) e os conflitos são contidos. Todavia, as especificidades dos lugares da cidade determinam contradições e modos diferenciados de relacionamento dos novos sujeitos com o seu espaço. A espacialização que se constrói num período e noutro corresponde às reações coletivas e aos conflitos que passam pela cultura e pela memória, ou seja, por ações concretas dos vários sujeitos sociais que constituem a resistência coletiva à tendência homogeneizante que se lhes impõe. Simultaneamente a ocorrência das mudanças com a construção de novos equipamentos urbanos e redes, possibilitaram a circulação de pessoas e dos objetos.

Em nome do desenvolvimento, o mercado cobrou das cidades a modernidade via processo de urbanização, modernidade que se deu de forma tão acelerada que não foram levadas em conta as pessoas pobres que moravam na cidade, estes foram sendo expulsos para locais mais distantes dos centros urbanos, pois deixavam a cidade feia e representavam perigo, para ela urgia, assim, mantê-los distantes, criando as grandes

periferias ou favelas como foram denominados. Para atender a economia do mercado as cidades tornaram-se reprodutoras de desigualdades sociais.

Na cidade de Manaus, até a década de 80, o número de bairros era de 37, mais o Distrito Industrial. Hoje esse quadro é outro, com 56 bairros, e há ainda inúmeras comunidades que são conhecidas como sub-bairros, e que foram criadas em sua grande maioria a partir de ocupações irregulares, em terrenos com áreas verdes.

Nesta mesma década os poderes público, municipal e estadual, criaram uma série de loteamentos como os bairros de São José (um dos mais populosos da zona Leste), Zumbi do Palmares, Armando Mendes e Cidade Nova (um dos maiores da zona Norte). O objetivo era entregar à população uma área asfaltada, com luz elétrica, água encanada e lotes demarcados, no caso da Cidade Nova, um conjunto habitacional popular.

Para Maricato (2000, p.214) ³⁴, não é por falta de planos urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves, com relação a fluxos, rede de esgoto e outros, e nem devido à má qualidade desses planos, mas sim porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos.

As zonas Norte e Leste cresceram numa velocidade extraordinária, a partir do desenvolvimento da Zona Franca, que atraiu pessoas de todas as partes do interior do estado e também de outras regiões. Portanto, foi natural o inchaço da cidade gerando a necessidade de expansão para estas zonas, únicas com capacidade de expansão por possuírem áreas verdes. Com esta expansão, os impactos ambientais foram muito significativos, pois ocasionaram grandes perdas de cobertura vegetal, assoreamento e poluição de igarapés. Enquanto que na década de 1970, boa parte dessas áreas mantinha-se fora do processo de urbanização, sendo utilizadas frequentemente como áreas de lazer para a população.

A zona Leste cresceu bastante, mas não de forma planejada, e sim a partir de várias ocupações irregulares, muitas incentivadas de forma disfarçada pelo próprio governo local que logo após a ocupação, desapropriava a área, pagando valores maiores que praticados pelo mercado. É bom ressaltar que estas ocupações viveram momentos de violência plena, no início, com capatazes e jagunços pagos para expulsar os que dali se aproximavam, depois pela ação da própria polícia militar, que, na maioria das vezes,

³⁴MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O. [et.al.]. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000.

agia com tremenda repressão, levando o caos e o terror aos pobres que ali estavam. Essas ocupações ocasionaram uma série de problemas; a saber: ambiental - como poluição dos igarapés, desmatamento, retirada dos animais silvestre de seu habitat; de saúde- pois a região por ser de mata virgem era um espaço com altos índices de malária entre outras doenças locais; de infraestrutura - grandes partes das habitações foram construídas em terrenos irregulares com riscos de alagamento e desabamento; social - pois o que se via na maioria destas ocupações era um amontoado de moradias sem saneamento básico, luz elétrica, transporte, escolas, etc. De acordo com alguns estudiosos, a falta de planejamento para o uso do espaço gerou disfunções espaciais e ambientais, que repercutiam na qualidade de vida das pessoas que habitaram nesta área, que, no geral, eram de baixa renda. A zona Leste apesar de possuir uma imensa área ainda não ocupada efetivamente, não dispõe mais de espaços, pois a área que pertence a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA representa aproximadamente 45% do total da zona leste.

A zona Norte de Manaus, atualmente, é a maior e mais populosa, e a única que ainda tem potencial de crescimento. Mas com o crescimento populacional intensivo que sofreu, essa região padece com uma enorme degradação ambiental, embora em grande parte, o desenvolvimento urbano desta zona tinha acontecido diferentemente da zona Leste, marcado por ocupações irregulares, ao contrário da Zona Norte surgiu a partir de construções de conjuntos habitacionais pelo poder público e privado e estes foram os principais responsáveis pelo desmatamento nesta área nos últimos 18 anos. Porém, em seu entorno surgem várias ocupações irregulares, como Novo Israel, Rio Piorini, Santa Etelvina... As zonas Leste e Norte foram as que mais sofreram perdas ambientais, seja em relação ao desmatamento de florestas urbanas, seja na poluição da maioria dos igarapés que cortam a cidade.

Quando pontuamos que o desenvolvimento do espaço urbano de Manaus se concentrará em direção a Zona Norte, apoiamo-nos nas seguintes razões: As zonas Sul, Centro Sul e Centro Oeste estão estabilizados enquanto espaço urbano em todas suas extensões. A Zona Oeste, maior área ainda não ocupada e que ainda não foi desmatada, é um dos espaços de interesse da especulação imobiliária para futuros empreendimentos habitacionais de alto custo financeiro, além disso, passa por um intenso processo de ocupações irregulares.

O processo de ocupação para a construção de moradias tem como principal característica a retirada das árvores e a “limpeza” do terreno. A intensificação desse

processo transformou essas duas zonas em áreas com pouquíssimo verde, e com sérios problemas de alagamento, desabamento, vulnerabilidade a fortes ventos, etc.

Abaixo o mapa das zonas administrativas demonstra como as zonas norte e leste, cresceram nos últimos anos em termos populacionais.

Mapa 04 - População de Manaus por Zona em 2007

Fonte: IBGE

O município de Manaus, de acordo com o censo de 2007, apresentado pelo IBGE possui uma população de 1.646 602 habitantes, e uma área territorial de 11.401 km², de acordo com os dados econômicos é a segunda maior região metropolitana do norte e a décima segunda do Brasil e ainda responde por 1,4% da economia brasileira. Como capital do Estado do Amazonas concentra mais da metade da população e com isto tudo gira em torno dela, os demais 61 municípios deste Estado ficando à margem do processo, como podemos ver no mapa a seguir.

Mapa 05 - População do Estado do Amazonas em 2007

Fonte: IBGE

Este mapa mostra o disparate populacional concentrado na capital do estado, pois a maior cidade depois de Manaus de acordo com o censo de 2007 é a cidade de Parintins com 102.044 habitantes, os demais 60 municípios possuem abaixo de 100.000. Se o Estado possui 3.221.939 habitantes é notório que só Manaus com 1.646.602 habitantes concentra mais da metade da população de todo o Estado. Atualmente ela é a maior cidade da região norte, ocupando uma área de 11.401,058 km², faz limite com os municípios de Presidente Figueiredo, Careiro, Iranduba, Rio Preto da Eva e Itacoatiara, fica situada na margem esquerda do rio Negro, na sua geografia apresenta uma cidade cortada por vários igrapés, alguns deles já aterrados em nome do desenvolvimento urbano da cidade.

O crescimento urbano mostra-se como condição “sinequa non” para que Manaus seja cidade metropolitana. Este processo proporcionou grandes modificações na

configuração do espaço urbano, como por exemplo: as ocupações as margens dos igarapés, que foram consequência da inexistência de políticas públicas habitacionais quando da implantação das políticas econômicas, portanto com o enorme inchaço populacional de pessoas oriundas do interior do Estado e de outras regiões, a melhor alternativa foi à ocupação das margens dos igarapés da margem central da cidade, pois estas áreas eram vantajosas, primeiro por serem áreas de igarapés, espaços que não romperiam as relações culturais dos ribeirinhos com a água e depois por estarem numa área central, visto que as atividades econômicas giravam em torno das áreas centrais portuárias, ali as pessoas poderiam ter algumas alternativas para ganhar o seu sustento.

As moradias em torno dos igarapés causaram muitos danos ao meio ambiente, primeiro pela poluição dos leitos dos rios, pois ali no cotidiano ribeirinho, na sua relação com o ambiente, os espaços eram deles, eles usavam da forma que achavam convenientes, não havia por parte das autoridades nenhuma preocupação com a qualidade de vida deste povo, somente com as enchentes dos rios, fenômeno típico da região, o mau cheiro, as doenças, oriundos dessas áreas poluídas, que passaram a incomodaras elites que ocupavam as áreas centrais, o governo resolveu tomar uma atitude, optou por “expulsar” grande parte desta população para áreas mais distantes, longe dos olhos das elites, pois estes moradores tiravam a beleza destas áreas. Assim, foram retirados novamente de seu habitat e transferidos para regiões mais distantes, como a zona norte e leste da cidade.

Visando modificar a paisagem que se encontrava destruída e que lhe causava mal estar aos olhos do governo, busca de recursos na capital internacional para revitalizar estas áreas, claro que não no seu estado natural, seria uma espécie de maquiagem para esconder as marcas deixadas pela falta de políticas públicas de moradias para a população.

1.4 O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM a formação de novos espaços

Em meados da década de 2000, houve uma série de pressões do capital internacional para que a cidade ganhasse um novo visual e que desse um melhor destaque ao bairro do “centro”, principal via comercial da cidade, foram feitos altos investimentos nessa área, onde se programou uma política de revitalização dos igarapés e construção de casas populares chamada de PROSAMIN.

O projeto PROSAMIN I e II foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIRD. Esses programas proporcionam investimentos em moradia, serviços básicos e restauração ambiental para melhorar as condições de vida de populações pobres em áreas sujeitas a enchentes. No desenvolvimento do programa são oferecidas às famílias que moram na área de intervenção do PROSAMIM três opções para o pagamento da moradia a margem do igarapé: Indenização, Bônus Moradia e Transferência para os conjuntos como Nova Cidade e João Paulo II.

O igarapé do mestre Chico retrata bem a realidade das moradias nas margens dos igarapés de Manaus. De modo geral, todas eram marcadas pelas sujeiras debaixo das palafitas, havia um forte mau cheiro no local. Os moradores conviviam naturalmente com esta realidade, e mostravam resistência em sair do local.

Algumas dessas áreas de igarapés também sofriam muito com os temporais, uma vez que padeciam nos alagamentos das ruas próximas e a destruição de casas. O volume de água no Amazonas em dados momento é muito grande e, por falta de política de saneamento, acaba por prejudicar a vida das pessoas.

Para melhor visualizar esta realidade serão apresentas imagens do antes e do depois com o processo de revitalização chamado PROSAMIM.

Figura 01: Igarapé do Mestre Chico e Avenida sete de setembro antes do PROSAMIM

Fonte: <http://chicobatata.blogspot.com/2010/03/antes-do-prosamim-o-igarape-de-manaus.html>

As infraestruturas proporcionadas pelas obras do PROSAMIM mudaram consideravelmente o espaço do entorno dos igarapés, as fotos acima demonstram bem esta mudança. As obras recuperaram vias públicas e pontes, promoveram melhoria no transporte, facilitando as idas e vindas dos pedestres, considerando que as pessoas circulavam em pontes de madeiras montadas nos pequenos becos. A área recebeu um novo paisagismo, as palafitas, em condições subumanas e de espaço físico deteriorado, deram lugar a prédios com novos apartamentos, apesar da beleza aparente dos conjuntos não há esgotos e a população continua jogando os dejetos nos igarapés.

Figura 02: Igarapé do mestre Chico e Avenida Sete de Setembro depois do PROSAMIM

Fonte: <http://chicobatata.blogspot.com/2010/03/antes-do-prosamim-o-igarape-de-manaus.html>

Para ilustrar outros espaços criados pelo PROSAMIM, serão apresentadas imagens dos conjuntos populacionais criados para atender a uma demanda de pessoas retiradas das margens dos igarapés:

Figura 03: Conjunto Cidadão XII

Fonte: SANTOS, J.T. Manaus, 2010.

As imagens acima são dos conjuntos habitacionais chamados de CIDADÃO, construídos para moradia, são 12 conjuntos com as mesmas infraestruturas, este é o mais recente, Cidadão XII. Antes de serem espaços de moradia eram áreas verdes, como vegetação foi totalmente eliminada em nome da urbanização. Percebemos na construção destes espaços de moradia, ocorreram profundas modificações paisagísticas, criadas foram espaços que parecem “campos de concentração”, sem beleza, sem vida, pela eliminação da natureza, principalmente por se tratar de uma região da Amazônia. Na

construção destes novos espaços, não houve respeito nem pela natureza, nem pela vida das pessoas.

Na composição do espaço geográfico temos todos os tipos de espaços sociais, que originalmente, são criados pela natureza e continuamente transformados pelas relações sociais. Se o espaço representa a realidade, então ele se desdobra na vida cotidiana, que é uma esfera de todos os homens, a realidade é experienciada por todos sem nenhuma exceção e por ela os homens são preponderantemente absorvidos. “A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade”. Nela colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. É na cotidianidade que os indivíduos constroem toda uma bagagem de conhecimentos, valores, hábitos e representações forjadas na heterogeneidade das vivências cotidianas.

Os espaços e as relações vivenciadas na cotidianidade não são homogêneos, a vida cotidiana é em grande medida heterogênea sobre vários aspectos, principalmente no que se referem aos conteúdos, às significações e à importância dos tipos de atividades que se realizam nesses espaços. Os acontecimentos nos ambientes das comunidades “São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres, o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e as purificações” e, também, a construção da violência (HELLER, 2008, p.32) ³⁵.

Os espaços dos conjuntos cidadão, frutos do PROSAMIM, em nome da modernidade, da beleza paisagística, não respeitou a natureza. Os igarapés e córregos foram soterrados, sem nenhuma preocupação com a fúria da natureza, áreas imensas desaparecem e reaparecem com um novo visual, que modifica a paisagem natural que já estava modificada. Estas modificações estão para atender as exigências de um mundo globalizado e, Manaus precisa incorporar-se aos novos mercados, considerando que ela é uma cidade em ascensão econômica e social. Não houve preocupação com o homem que constrói suas relações na cotidianidade.

As relações sociais de produção na Amazônia, segundo Oliveira³⁶ (2000), têm sido produzidas e reproduzidas numa espacialidade concretizada e criada para possibilitar a expansão do capitalismo que avança, fragmentando-a e homogeneizando-a, estabelecendo condições para inseri-la na escala global. Em nome da globalização

³⁵ HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

³⁶ OLIVEIRA, J. A. **Cidades na Selva**. Manaus: EDUA; VALER, 2000.

muitas modificações vão ocorrendo nos espaços urbanos, mas não para atender as necessidades da sociedade e sim a lógica de um sistema.

O crescimento urbano é visto como algo essencial ao desenvolvimento, não importando como esse desenvolvimento aconteça, importa atender a lógica do mundo globalizado. De acordo com Sachs³⁷, (2004 p. 14): “[...] o crescimento mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades e também exige que se evite a armadilha da competitividade espúria e, em última instância, autodestrutiva, com base na depreciação da força de trabalho e dos recursos naturais”.

Oliveira³⁸ (2003, p.73) destaca que “a espacialidade da cidade decorre de conflitos entre os vários sujeitos, em que prevalecem os interesses de setores ou segmentos de classes mais poderosas e atuantes que impõem ao Estado mecanismos de controle capazes de garantir suas necessidades em prejuízo dos demais segmentos da sociedade”.

Assim, o espaço urbano que se produz num lugar qualquer da Amazônia não é único, ele está contido em e contém uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento crescente para região como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira de espacialização de outras cidades brasileiras, assinaladas pela contradição: de um lado, riqueza e bem estar, e de outro, pobreza e miséria.

A cidade é uma produção e/ou construção humana que reúne as culturas, os sentimentos, as representações do imaginário social, os conflitos, as classes e todos os outros elementos das relações do cotidiano. Isto implica um esforço de compreensão da complexidade das relações homem e meio; natureza e relações sociais, região e sítio, numa dimensão isenta de qualquer conotação de tribo, ou de grupo linguístico, nação, lugar e mundo. Implica, igualmente, a compreensão das relações entre Estado e sociedade; empresas privadas e sociedade; empresas estatais e de economia mista e sociedade; empresas públicas e privadas em interlocução com a sociedade, terceiro setor e sociedade local.

É neste cenário que a cidade se coloca como o espaço da produção dos conflitos e das sangrias desatadas que se estabelecem em meio aos interesses antagônicos. A

³⁷ SACHS, I. “Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado”. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

³⁸ OLIVEIRA, J. A. *Manaus de 1920 a 1967: cidade doce e dura em excesso*. Manaus: EDUA; VALER, 2003.

cidade é o palco da luta de classes sendo, pois, o Estado à instância mediadora das contendas sociais capaz de pactuar as relações de conflito, colocando-as em patamares seguros sem retirar dos indivíduos o direito à cidade.

Para Lefebvre³⁹ (1991), a reivindicação da natureza e o desejo de usufruir dessa natureza distanciam-nos do direito à cidade, considerando que esta reivindicação pode se manifestar indiretamente, como arranjo para sair da cidade modificada, destruída e não reconstruída. A necessidade de fazer uso da natureza como “direito” contestam o direito à cidade. É evidente que os espaços naturais não devam ser preservados, mas dever existir consonância com a proliferação da cidade, como novos espaços.

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana. Transformando, renovada. Não importa as modificações que ocorram no espaço em estado natural, desde que estas modificações estejam em prol do valor da utilização do espaço urbano (Lefebvre p.108).

A situação das cidades do Amazonas é marcada pela invisibilidade e segregação sócio-espacial. A cidade foi induzida por um Estado que, no passado, investiu pesadamente no fomento e estruturação de um desenvolvimento urbano industrial, voltado para as necessidades produtivas do capital e para o consumo das classes hegemônicas.

As políticas públicas que só servem para concentrar de renda em detrimento do investimento ostenta um quadro de déficit habitacional e de precariedade dos serviços de educação, saneamento básico, atendimento médico, transporte, creches e abastecimento de água principalmente nas áreas periféricas da cidade.

O direito à cidade é o elemento inexorável da cidadania, sem o qual, não poderá haver distribuição equitativa da riqueza e emancipação social. A cidadania não pode ser reduzida a aspectos geográficos e/ou físicos das construções materiais e paisagísticas, antes, porém, deve ser o símbolo complexo da existência humana, como sugere Calvino⁴⁰ (1990). A cidade de Manaus contém momentos diversos da produção do espaço na Amazônia. Para Oliveira (2003, p.104), o processo de produção da paisagem urbana é contínuo e descontínuo no espaço e no tempo. O contínuo-descontínuo afeta as relações sociais que se concretizam em espacialidades. Ao longo do processo de

³⁹ LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

⁴⁰ CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

desenvolvimento urbano, algumas formas desaparecem, outras se transformam e/ou são recuperadas passando a ter novos conteúdos, embora não percam algumas das características pretéritas.

A cidade deve ser uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas. As pessoas guardam no imaginário esta recordação do ficar nas ruas, nas calçadas, nas praças. Mas com o mundo moderno tudo se transforma tão rápido que as percepções que marcam são os aglomerados urbanos.

Do mesmo modo que existem formas de entendimento da cidade, criações de imagens da cidade também existem formas de ruptura e os moradores percebem que a cidade é também um campo privilegiado de lutas de classe e movimentos sociais de toda a espécie que questionam a normalização da cidade e da vida urbana.

A concentração urbana na cidade de Manaus e o seu desenvolvimento têm sido realizados de forma pouco planejada, em meios a conflitos institucionais e tecnológicos. A tendência atual deste tipo de planejamento urbano está levando as cidades a um caos ambiental com custo extremamente alto para a sociedade. A visão limitada de tratar os processos de forma isolada ou compartimentada é uma das primeiras causas dos problemas provocados. É necessário tratar esses problemas de forma interdisciplinar. A minimização e o controle dos problemas relacionados com os impactos ambientais são interdisciplinares e exigem diferentes visões para buscar soluções adequadas.

Oliveira (2003, p.71) aponta que “a estrutura da cidade não está dissociada das práticas sociais e dos conflitos entre os vários agentes produtores do espaço urbano (...). Essa luta reflete-se no controle e apropriação do espaço, marcando as maneiras como a cidade vai sendo produzida”. Carlos⁴¹ (2001, p.45) ressalta que a construção de um pensamento sobre a cidade repousa na necessidade de elaborar a problemática urbana, que se revela em uma articulação que ilumina as relações entre a cidade e o urbano. Diferentemente da prática sócio-espacial, a problemática urbana se constrói no plano teórico.

As cidades representam os modos de vida da população ali residente e são resultantes de ações culturais continuamente produzidas, reproduzidas, criadas e recriadas, contendo as dimensões da sociedade de cada tempo. Neste sentido a cidade de Manaus guarda na memória apenas os tempos passados, pois a conjuntura arquitetônica

⁴¹ CARLOS, A. F. A. **Espaço – Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: CONTEXTO, 2001.

e a infraestrutura foram profundamente modificadas, junto a tudo isto mudou a terra, a floresta e os rios, que foram substituídos pela urbanização e mudou também os costumes da população que sofreram as influências de outras culturas.

As dimensões sócio-espaciais da cidade de Manaus, sobretudo nas três últimas décadas, têm sido produzidas e reproduzidas numa espacialidade concretizada e criada para possibilitar a expansão do capitalismo. Essas mudanças não atingiram apenas a paisagem urbana, mas o modo de vida das pessoas. Este modo de vida, que estava baseado no extrativismo vegetal, é agora influenciado por uma nova forma de produção nas fábricas do Pólo Industrial de Manaus e no livre comércio (OLIVEIRA, 2000) ⁴².

O crescimento do espaço urbano de Manaus, atualmente, está concentrado em direção à Zona Norte, essa tendência se deve a várias razões, dentre elas podemos afirmar que as zonas Sul, Centro Sul e Centro Oeste são áreas consolidadas enquanto espaço urbano em toda sua extensão. A zona Leste, apesar de possuir uma imensa área verde ainda não ocupada efetivamente, não dispõe mais de espaços, pois esta área pertence a Superintendência da Zona Franca de Manaus e representa aproximadamente 45% do total da Zona Leste. A Zona Oeste que possui a maior área ainda não ocupada é um dos espaços de maior especulação imobiliária para futuros empreendimentos habitacionais de alto custo, logo espaço fora de cogitação para habitação popular⁴³.

As análises feitas em torno do desenvolvimento urbano da cidade de Manaus será base para compreendermos a distribuição do fenômeno da violência contra a mulher nos espaços urbanos da cidade de Manaus, objeto desta pesquisa.

⁴² OLIVEIRA, J. A. **Cidades na Selva**. Manaus: EDUA; VALER, 2000.

⁴³ NOGUEIRA, A. C. F; SANSON, F; PESSOA, K. **A expansão urbana e demográfica da cidade de Manaus e seus impactos ambientais**. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 5427-5434.

CAPÍTULO II - A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, UM DESAFIO DO COTIDIANO.

2.1 Entendendo conceitualmente a violência

Neste primeiro momento vamos pontuar alguns conceitos sobre o que vem a ser a violência. Etimologicamente significa “força” que é sinônimo do verbo violar, violentar e forçar, deriva da palavra latina *vis* que é um comportamento no qual se aplica força, vigor, potência, mas também quantidade, abundância, ou seja, é o recurso de um corpo para exercer sua força vital⁴⁴. Para Chauí⁴⁵, violência significa toda força contra a natureza de algum ser, força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém, é violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade, é transgressão contra aquelas coisas e ações que determinada sociedade define como justa e como um direito. Assim sendo, representa um ato de brutalidade, abuso físico e ou psíquico contra alguém, fazendo que as relações sociais tenham como base a opressão, intimidação, medo e terror. Neste sentido podemos dizer que a violência está sempre ligada ao uso da força, ou mesmo, que o indivíduo se apodera da força para causar um dano a outro indivíduo no intuito de subjugar-lo a sua vontade ou ao seu desejo.

Para Vilela⁴⁶(1977), violência é,

toda iniciativa que procura exercer coação sobre a liberdade de alguém, que tenta impedir a liberdade de reflexão, de julgamento, de decisão e que termina por rebaixar alguém ao nível de meio ou instrumento num projeto, que absorve e engloba, sem tratá-lo como parceiro livre e igual. A violência é uma tentativa de diminuir alguém, de constranger alguém a renegar-se a si mesmo, a resignar-se à situação que lhe é proposta, a renunciar a toda a luta, a abdicar de si. Vilela (1977, p.19).

Mediante os conceitos apresentados, é possível perceber que a violência é uma a negação, usurpação e violação das condições físicas, psíquicas, intelectuais, morais e de liberdade do indivíduo, ou seja, retirar tudo que justifica a existência humana individual e coletiva, uma vez que as ações de violência se identificam por ferir valores e princípios de convivência coletiva, e podem suscitar injustiça, infelicidade, exclusão,

⁴⁴ MICHAUD, Y. **A Violência**. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

⁴⁵ CHAUÍ, M. **Ética e violência**. Teoria&Debate.São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 1998. N.39, p.32-41. Out/Nov/dez.

⁴⁶ VILELA, O. **A violência no mundo atual**. São Paulo: LOYOLA, 1977.

discriminação, privação material ou a privação de qualquer forma de liberdade, impedindo assim o exercício da cidadania.

Ao estudarmos a violência, não se podemos deixar de lado as considerações de Foucault sobre as relações entre poder, saber e violência, que mostra como, a pretexto de educar, as ações institucionais podem ganhar conformações particulares, arquitetadas por uma genealogia moral e científica que dá uma justificativa e uma legitimidade aos atos de violência. Na obra *Vigiar e Punir*⁴⁷, Foucault desvenda o processo pelo qual nos séculos XVII e XVIII surgiram as técnicas de poder centradas ou articuladas sobre o corpo dos indivíduos e analisou os procedimentos pelos quais se assegurava nas escolas, no exército, nas oficinas, nos hospitais a destruição espacial dos corpos; sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e a vigilância que se exercia sobre eles na perspectiva do adestramento. Ele expõe a racionalidade econômica que age no interior dos sistemas de poder e de vigilância, de hierarquia e de controle da vida em prol dos discursos racistas das lutas de raças e das lutas de classe. Na genealogia desse poder estão postas as questões que envolvem desde o poder pastoral ao poder do Estado, desvendando, sem dúvida a teia de violência inclusa nos diferentes espaços e legitimada nas instituições sociais. Foucault chega mesmo a dizer que o principal problema da atualidade é o poder, um problema de todos os sujeitos e, ao mesmo tempo, de cada um.

É a partir dessa condição que a violência tangencia a constituição de micropoderes, que não passam estritamente pelo controle do Estado, mas se tornam perceptíveis e eficazes na solidificação das estruturas hierárquicas das sociedades: a vida familiar e escolar, o corpo, a sexualidade. O poder, portanto, não é uma instituição, nem uma estrutura, nem exclusivamente estatal, e sim um lugar estratégico onde se realizam historicamente as relações de forças. A soberania do Estado, as leis, os aparelhos coercitivos, as instituições são formas terminais do sistema de poder. Há um tipo particular de poder e de violência nas relações entre indivíduos que se expressa nos espaços cotidianos. São essas relações de poder que se constituem como micro-física que interessa identificar na cotidianidade dos ambientes institucionais, como é o caso do ambiente familiar ⁴⁸.

Ao examinar as dimensões dos micro-poderes Foucault observou que as relações entre poder e saber podem ser traduzidas pela compreensão de uma multiplicidade de

⁴⁷FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramalhete. 32ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁴⁸ MATTOS, Manuel de Barros. In FOUCAULT, Michel. **Problemática do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p.. XIII.

correlações de forças que envolvem as organizações em jogos onde os sujeitos coletivos e particulares se defrontam e afrontam-nos nos mais diferentes espaços sociais. Essas ações de confronto podem ser vistas como violência. A ação de conquista de poder e de preservação desse poder cria, estrategicamente, um tipo particular de relações entre os indivíduos que implica em sujeição, mas, contraditoriamente, não há poder sem recusa ou revolta potencial.

Já para Arendt (1994), poder e violência são termos opostos,

[...], pois é a desintegração do poder que enseja a violência, pois quando os comandos não são mais generalizadamente acatados, por falta do consenso e da opinião favorável, implícita ou explícita, de muitos, os meios violentos não têm utilidade. É esta situação-limite que torna possível, mas não necessária, uma revolução. Arendt (1994, p. 8)⁴⁹

Portanto, segundo Arendt, a violência é caracterizada como instrumental e distinta do poder [*capacidade de agir em conjunto*]; do vigor [a energia liberada por movimentos físicos e sociais]; e da autoridade [o reconhecimento inquestionado que não requer nem coerção nem persuasão, e que não é destruído pela violência, mas pelo desprezo].⁵⁰ Ou seja, a violência está condicionada pela frustração do desejo na sua trajetória de realização e é movida por um sentimento de impotência diante da opressão social, da miséria material e espiritual, produzindo sentido para uma existência vazia e alienada, é o que Foucault chama de “*não poder*”, quando o indivíduo vê sua capacidade de poder declinando, o controle sobre o outro escapando as mãos, então recorre à violência.

2.2 Violência contra a mulher e a violência doméstica

Na última década aumentou consideravelmente o número de registros sobre atos delituosos e de pequenas ou grandes “incivilidades”⁵¹ nas famílias, nas escolas, nos ambientes comunitários indicando insegurança dos que frequentam esses espaços. Fato destacado, principalmente, nas relações familiares e acentuadamente voltado à mulher.

A violência é um fato histórico, e, infelizmente, como elencam vários estudiosos, a mulher por sua fragilidade corporal é sua principal vítima. Ela remonta à Antiguidade e atravessa todas as épocas históricas. Desde mitologia greco-romana, onde há vários relatos de sedução, estupro e outros tipos de violência, a figura heroica é

⁴⁹ Cf. ARENDT, Hanna. **Sobre a Violência**. RJ: RelumeDumará, 1994, p.8.

⁵⁰ Cf. Ibidem p. 8 e 9.

⁵¹ PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

sempre masculina, por outro lado a figura feminina é quase sempre maléfica, levando os homens à perdição, desta forma, é justificada a violência contra ela desferida. Até o relato bíblico da perda ou expulsão do homem do paraíso, a mulher aparece como grande vilã: Eva descumprindo ordem de Deus toma o fruto proibido, seduz Adão, e leva-o a comer o fruto, fato que marca para sempre a vida da mulher como figura de pecadora que deve ser submissa ao homem (Gen. 3, 1-16) ⁵².

Saffioti(1997)⁵³, descreve que a violência contra a mulher está presente desde tempos imemoriais. É na família, sendo o grupo primordial, que vamos encontrar as primeiras manifestações desta violência entre seres humanos. Tais práticas tornaram-se universais, presentes em toda história humana.

Os atos de violência se perpetuaram no meio familiar, a casa, o lugar que deveria ser de acochego, carinho, conforto e segurança, é para muitas mulheres o lugar do medo, da humilhação e da opressão. Isto porque herdamos uma sociedade denominada como patriarcal, onde o homem é reconhecido como o chefe da família, e por isso superior posição. Saffioti(1995)⁵⁴, pontua que, entre quatro paredes de uma casa, que são guardados os segredos da humilhações e dos atos libidinosos, e tudo isto graças posição subalterna da mulher e da criança frente ao homem e à ampla legitimação desta supremacia masculina. De acordo com a autora, “ *a família é uma das instituições sociais mais autoritária e castradoras, não em virtude da sua organização interna e do papel que desempenha na sociedade como um todo, mas também por que perdura ao longo de toda a vida do socius*” (SAFFIOTI, 1995, P. 34)⁵⁵.

As estatísticas atuais mostram que a violência contra a mulher, na sua grande maioria, ocorre no espaço familiar, dentro dos lares e é praticada por pessoas do convívio, é a “violência doméstica”, ou seja “aquela que ocorre dentro de casa, na relação entre as pessoas da família, entre homens e mulheres, pais/mães e filhos, entre jovens e pessoas idosas” (TELES, 2002, p.19)⁵⁶. Este formato de violência comum no meio familiar é uma das formas mais invisíveis do fenômeno da violência, por estar totalmente restrita ao lar, o que, na maioria das vezes, torna-se algo comum, banal e acaba sendo vista algo natural.

⁵² **Bíblia Sagrada** – Edição Pastoral – Editora Paulus, 1990.

⁵³ SAFFIOTI, Heleith I. B. **Violência em Debate**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1997. 160p.

⁵⁴ SAFFIOTI, H. I. B., ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, GECEN/NIPAS- UFRJ, 1995.

⁵⁵ Idem, ibidem, p.34.

⁵⁶ TELES M. A. A.; MELO M. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense, 2002. p. 19

A lei 11.340, Lei Maria da Penha⁵⁷, criada especificamente para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, determina em seu art. 5º, que: *Configura-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseado no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, dano moral ou patrimonial.*

Como este trabalho versa sobre a violência doméstica, é importante refletirmos sobre o que é esta violência de acordo com os parâmetros legais. Para isso temos que compreender as diversas formas de manifestações desta violência e como elas são desdobradas na Lei Maria da Penha, de acordo com art. 7º:

I - violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade física ou saúde corporal;

II – violência Psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

2.2.1 Violência física

A violência física geralmente começa com pequenas lesões, chegando a traumatismos graves que podem levar à morte, fato que neste nos últimos anos tem acontecido em grande escala como podemos ver no mapa da violência de 2011⁵⁸. Entre 1998 e 2008, foram assassinadas, no país, 42 mil mulheres número quase equivalente

⁵⁷ BRASIL. Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006. Dispõe mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União. Brasília, 8 de agosto de 2006.

⁵⁸ Waiselfisz, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2011**. Os Jovens do Brasil. Brasília, Ministério da justiça, Instituto Sangari, 2011.

aos do crescimento da população feminina, numa média anual de 4,25 homicídios para cada 100 mil mulheres.

Este é uma estatística, triste, mas denota a realidade do Brasil. De acordo com os dados do mapa da violência 2011, o Amazonas, figura na 18º posição entre os Estados da federação brasileira no índice de homicídio de mulheres.

Para Saffioti, 1998⁵⁹ os motivos que levam a violência física estão ligados ao rompimento na relação hierárquica, estabelecida entre os gêneros, *“pois na medida em que o poder é essencialmente masculino e a virilidade é aferida, frequentemente pelo uso da força, estão reunidas nas mãos dos homens as condições básicas para o exercício da violência.”* (p.57)

Durante a coleta, ao alocar os dados, no banco de informações, e, ao ler as falas registradas das mulheres vítimas de violência, é possível conferir as reflexões aferidas por Saffioti, que retratam bem essa relação de poder. Conforme podemos verificar:

Convive em união estável há 17 anos com seu companheiro, a partir do um ano de convivência começaram as agressões físicas, verbais e ameaças de morte, o mesmo é usuário de drogas e álcool, atualmente não pede ajuda, mas não aceita a separação, considerando que não sabe viver sem seu parceiro, pois a mesma não trabalha. (33 anos)

Relata que seu companheiro invadiu a casa dos pais e a estropou quando tinha 19 anos, daí então ela passou a ser sua mulher, na época ninguém quis acompanhá-la a delegacia. Atualmente ele por conta da bebida, chega em casa gritando, não deixa ninguém dormir, anda nu pela casa, põe as crianças contra ela, agride física e verbalmente, ele tem outra mulher na rua, esta vai até sua casa pedir coisas. (29 anos)

Essas falas das mulheres vítimas de violência que estão registradas no banco de dados do SAPEM, lócus da pesquisa, reforçam as análises de Saffioti, elas possuem um sentimento de inferioridade por dependem dos seus parceiros, para gerir seu sustento e também de seus filhos, e, se permitem viver em situação de violência.

2.2.2 Violência Psicológica

Segundo Traquette (2007)⁶⁰, violência psicológica é caracterizada pela *“ação ou omissão destinada a degradar ou controlar comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo a saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal.”* (p.40)

⁵⁹ SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classe: Mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1998.

⁶⁰ TRAQUETTE, S. R. (Org.) [et. al.]. **Mulher adolescente/jovem em situação de violência: propostas de intervenção para o setor saúde.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2007.

Esta forma de violência ocorre com maior frequência, fato comprovado com os dados desta pesquisa, e, pode ser considerada até mais prejudicial do que a violência física, pois atinge o emocional da vítima. Trata-se de uma agressão que não deixa marcas visíveis, mas que emocionalmente pode deixar cicatrizes permanentes na vida de uma pessoa. As sequelas deixadas pela violência psicológica podem destruir a auto-estima de uma pessoa, gerando um estado de doença mental, estresse, depressão, fobia e, até, perda do gosto pela vida, podendo levar ao suicídio.

A violência psicológica apresenta-se de diversas formas como: intimidação, que se traduz no ato de amedrontar o outro; humilhação traduzida pelo ato de desprezo, algo inferior; cárcere privado, o que tira a liberdade do outro, mantendo-o aprisionado; a ameaça, traduzido na promessa de ferir, a de tirar a vida do outro, de levar consigo algo importante para o outro; negligência e abandono, expressa pelo ato de omissão; e maus tratos, que são uma forma de desrespeito pelo parceiro.

2.2.3 Violência Sexual

A violência sexual segundo Traquette⁶¹ é uma ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual físico ou verbal, ou participar de outros tipos relações sexual com o uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule o limite da vontade pessoal. Manifesta-se como expressões verbais ou corporais que não são do agrado da pessoa; toques de carícias não desejados; exibicionismo e voyerismo; prostituição forçada; participação forçada em pornografia; relações sexuais forçadas (coerção física ou por medo do que venha ocorrer).

Esta forma de violência abala com as estruturas familiares, e os vitimados por vergonha dos outros, por medo de seus agressores silenciam-se, fato comum em caso de estupro, que, conforme o código penal, art. 213 a violência sexual é caracterizada como “*constranger à mulher a conjunção carnal, mediante a violência ou grave ameaça.*” Ou seja, é um ato sexual forçado, onde a mulher é obrigada ter relações sexuais com o companheiro ou com outrem quando este o assim desejar. Em casos que envolvem relação de convivência marital, o sexo é visto como dever conjugal, a mulher é induzida ao sexo independente de sua vontade, apenas para satisfazer o desejo do macho, esta herança é fruto da sociedade patriarcal.

⁶¹ Idem, ibidem p. 70

De acordo com Saffioti⁶², a violência sexual contra as mulheres não decorre do desejo sexual ou amoroso, ao contrário, é uma demonstração extrema de poder do homem sobre as mulheres, na subjugação do corpo feminino, tornado objeto, perdendo a autonomia como sujeito. É também uma forma de agressão entre homens, já que a posse sexual do corpo de uma mulher incorpora o significado simbólico de aviltamento e humilhação dos homens com que esta mulher mantém qualquer tipo de relação. Ou, dito de outra forma, de quem esta mulher é "posse". Não é à toa que, historicamente, o estupro das mulheres tem sido usado em guerras como símbolo de conquista e da barbárie que circunda este tipo de situação. Vale ressaltar que esta forma de violência submete a mulher a uma situação de aprisionamento, tirando-lhe qualquer autonomia que possa ter sobre seu corpo.

Outro tipo de violência que tem ocorrido com bastante frequência no Amazonas, especialmente nas áreas de fronteiras são os casos de tráfico de mulheres, para fins de exploração de sexuais.

2.2.4 Violência Moral

A violência moral reuni, as seguintes formas de violência: calúnia, injúria, difamação; assédio moral e constrangimento ilegal, todas decorrem nas agressões verbais e ocorrem com bastante frequência, onde um indivíduo se utiliza desta forma de violência para aterrorizar a vida de outro, acusando-o de algo, querendo ouvir, obsessivamente, confissões de coisas que não fizeram.

As ofensas morais são comuns em casais que vivem em situação de conflito, ambos costumam agredir-se moralmente, principalmente por conta de ciúme, onde se acusam ou insinuam a presença de amantes no meio do relacionamento. Muitas vezes a intenção dessas acusações é mobilizar emocionalmente o (a) outro (a), fazê-lo (a) se sentir diminuído (a). O mesmo peso de agressividade pode ser dado aos comentários depreciativos sobre o corpo do (a) cônjuge.

2.2.5 Violência Patrimonial

Esse tipo de violência ganha uma nova configuração a partir da Lei Maria da Penha, que invalida os artigos 181 e 182, do Código Penal Brasileiro, que tratavam dos

⁶²SAFFIOTI. H. I. B. **O estatuto teórico da violência de gênero**. In: Santos JVT, Org. Violência em tempo de globalização. São Paulo: Editora HUCITEC; 1999. p. 142-63

crimes contra o patrimônio, onde previam imunidades absolutas e relativas, nos casos de crimes patrimoniais perpetrados entre cônjuges e parentes, neste caso a Lei Maria da Penha refuta a ideia da imunidade configurando esses casos de violência praticados contra a mulher como violência doméstica ou familiar. E de acordo com esta lei, a violência patrimonial caracteriza-se nas seguintes categorias: extravios de objetos e de documentos, expulsão de residência e violação de domicílio.

Conforme os dados aqui apresentados, constatamos que este tipo de violência também ocorre com bastante frequência e principalmente nos casos de separação, onde o parceiro ainda considera-se com total de direito de interferir na vida de sua ex-companheira, e volta sempre ao antigo lar para vigiar, controlar, ou mesmo adentrar sem autorização nos espaços que anteriormente era por ele ocupado e, quando contrariado, faz o uso da força para causar prejuízos a sua antiga companheira.

2.3 A Lei Maria da Penha – sua intervenção na garantia dos direitos

A Lei Maria da Penha ou Lei 11.340/06 foi criada com objetivo de coibir a violência doméstica e familiar, ou seja, ela possui um caráter punitivo. Recebeu este nome em homenagem a biofarmacêutica cearense “Maria da Penha Maia Fernandes” – que foi casada com o professor universitário Marco Antônio Herredia que tentou assassiná-la por duas vezes, este homem, como marido agressor, pode ser considerando um símbolo da impunidade. A Lei Maria da Penha recoloca mais uma vez o tema da legitimação do Direito Penal, desconstruída pelos aportes da criminologia, da reação social e pela criminologia crítica.

Essa legitimação é fundamental para a garantia dos direitos das mulheres, é lamentável saber que esta lei surgiu, por que muitas mulheres perderam suas vidas, quando as dedicavam ou deixaram de dedicar a um homem, o mais grave ainda é saber que ela existe, mas que ainda não é presença na vida de muitas mulheres, principalmente daquelas que vivem nas regiões onde os direitos humanos são esquecidos, ou mesmo, só existem no papel, como podemos citar as comunidades ribeirinhas da Amazônia.

A Lei Maria da Penha essencialmente cobra uma postura mais ativa do Estado perante o problema da violência doméstica, principalmente contra a mulher, pois ela revela a necessidade de medidas urgentes que doem um maior amparo as mulheres vítima de violência doméstica e familiar, ela desafia o Estado a garantir os direitos da mulher considerando que eles são esquecidos, mesmo estando na lei maior de nosso

país que é a Constituição Federal, de certa forma, contesta o Estado quando surge para que os direitos das mulheres sejam assegurados.

A lei é uma poderosa “arma” de luta pelo fim da impunidade, e também representa um instrumento incentivador para que as mulheres vitimadas denunciem os abusos sofridos e se sintam amparadas para não sofrerem consequências piores. Vale lembrar que a própria Maria da Penha ficou paraplégica e quase morreu eletrocutada para que pudesse ser ouvida. E infelizmente esta é a realidade de várias mulheres que tem medo de denunciar, pois a violência está ao seu lado, vivendo com ela.

Citaremos um dos artigos importante desta Lei que é o Art. 2º que fala da Proibição de todas as formas de discriminação:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

A partir do artigo citado, percebe-se que a legislação brasileira não respondia de forma satisfatória à realidade, por não oferecer proteção necessária às mulheres, mesmo tendo na legislação a garantia dos direitos humanos. Neste sentido, sem dúvida, esta Lei é um ganho inovador e grande avanço na sociedade Brasileira, pois ela garante aspectos relevantes na vida das mulheres como: a inclusão das ações de prevenção; proteção e assistência às mulheres em situação de violência; a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher; previsão de afastamento do agressor e sua punição, dentre outros aspectos. Além da complexidade das questões sociais e do grave problema da violência doméstica e familiar, esta Lei pretende ser um instrumento de mudança política, jurídica, cultural e social, principalmente nas regiões mais esquecidas quanto à garantia dos direitos.

Mesmo com todo este avanço legislativo, a sociedade amazonense ainda caminha a passos lentos no cumprimento dos direitos da mulher, pois, no Estado do Amazonas ainda não dá condições para que sua aplicabilidade seja real na vida das mulheres. Fato constatado, já que este imenso estado, com toda sua dimensão geográfica de 1.570.745,680 km², distribuídos entre 62 municípios, apenas a capital Manaus tem uma Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher – DECCM, outros 05 maiores municípios populacionais que são: Itacoatiara, Manacapuru, Parintins

Coari e Tefé disponibilizam apenas de um espaço nas delegacias locais para dar uma maior atenção a esta problemática, caso uma mulher seja presa ela irá ficar no mesmo espaço que os homens. A figura cartográfica abaixo nos dará uma visão do Estado do Amazonas com a distribuição do atendimento a mulher para a garantia dos seus direitos:

Mapa 06 - Municípios do Estado que possui Delegacia ou posto de atendimento a Violência contra a Mulher

Fonte: SEAS

Ao apresentar este mapa com apenas 05 municípios marcados com a existência de uma DECC, percebemos o quanto o Estado precisa avançar para garantir os direitos das mulheres, principalmente às mulheres ribeirinhas e as mulheres dos municípios mais longínquos que levam até 15 dias viajando de barco para chegar até a capital do estado, será que estas mulheres, possuem algum direito? Conhecem seus direitos? Tem acesso a alguma informação que possa garantir sua cidadania? Não temos respostas, pois até o sistema de telefonia destes municípios não funciona com eficácia, muito menos serviços público, como fórum de justiça ou defensoria publica, o que torna o acesso à justiça quase impossível.

2.4 Cotidiano feminino e o espaço ocupado pelas mulheres.

O cotidiano traduz o espaço onde as pessoas vivenciam suas experiências. É na cotidianidade que os indivíduos vão construindo os conteúdos significativos para sua formação enquanto sujeito, ali se constroem conhecimentos, valores e ideologias que forjam as concepções sobre o mundo e que se traduzem em crenças que orientam as condutas, o desenvolvimento de habilidades e assimilação e formas de organização de atividades e aptidões que envolvem relações heterogêneas e que constituem a base dos comportamentos. São nos espaços vividos que todas as capacidades são colocadas em funcionamento. Para Certeau (1996) apud Ramos (1998), o cotidiano,

“é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer este “mundo memória”, segundo a expressão de Péguy. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres. Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história “irracional” ou desta “não-história”... ”Certeau (1996, p.31)

A tentativa de buscar compreender o cotidiano dar-se por reconhecê-lo como tempo e lugar onde os conflitos racionais e irracionais dos indivíduos acontecem e, por vezes, estabelecem-se como problemas de produção da vida real, envolvendo a relação de produção e re-produção, pois neste lugar se constrói as representações do indivíduo enquanto sujeito constituinte de sua história.

É no lugar que acontece à realização da vida, o cotidiano das pessoas, por meio das relações reais entre os indivíduos, as relações produzidas em casa, na rua e no bairro, cria-se uma rede articulada que liga às práticas sociais que conseqüentemente produzem o espaço que dá continuidade à vivência das pessoas, aqui estão envolvidas as realizações da vida humana, que englobam os momentos do lazer, do trabalho, da vida privada, ou mesmo todo o espaço de reprodução da vida.

Partindo destas reflexões percebemos que os espaços vão-se constituindo dependendo do objetivo de cada indivíduo ou grupo, assim sendo a ação de poder de cada um pode configurar uma apropriação na perspectiva de criar territórios. Esse território é um espaço que propicia a relação entre os indivíduos, o que podemos chamar de relação social, e esta se reproduz e mantém-se por meio de uma relação de poder, então o território pode ser uma convenção e ao mesmo tempo uma confrontação visto

que ele possui limites e fronteiras, portanto é um espaço de conflitualidade que conforme o campo em disputa pode ser dominante ou não.

As relações sociais materializam-se num tempo e espaço, ou seja, articulam-se entre essas categorias para sua concretização, nesta dinâmica a vida cotidiana e o lugar de moradia dos indivíduos ganham significado, são as relações construídas nestes espaços que oferecem elementos para a construção da identidade do habitante que mora naquele lugar. As relações sociais produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens, e ao produzirem seus espaços e neles se realizarem, o próprio espaço também produz a relação social, o qual manifesta a propriedade dos espaços e dos territórios em ações, relações e expressões sejam elas materiais ou imateriais.

Partindo do princípio que a dinâmica cotidiana favorece elementos para a construção das relações, como estão às relações construídas a partir do ambiente de violência do qual as mulheres fazem parte, levando em conta o contexto que a violência começa no ambiente familiar? Que significados possuem os espaços vividos em uma realidade em que a violência voltada para as mulheres, são dinâmicas rotineiras? Que identidades são fortalecidas ou construídas nestes ambientes? Seriam necessários estudos bem aprofundados para tentarmos responder a estes questionamentos.

Podemos dizer que o espaço não é algo dado, ele é produzido pelo indivíduo a partir da transformação da natureza pelo seu trabalho, então as relações sociais acabam por constituir os espaços a partir das modificações ocorridas na natureza. Esses espaços constituintes são determinantes para a produção do espaço, aqui ocorre relação de consumo e de produção. O espaço é parte da realidade que se desdobra nas relações sociais entre as pessoas que posteriormente se dimensionam na política, na cultura, na economia entre outros.

Tomando os pressupostos da reflexão sobre o espaço, demonstraremos cartograficamente o quantitativo de mulheres amazonenses e a ocupação dos espaços geográficos. O mapa abaixo representa a distribuição da população feminina, nos 62 municípios do Estado do Amazonas:

Mapa 07 - População feminina no Estado do Amazonas no ano 2000

Fonte: IBGE

É quase imperceptível a diferença na quantidade de homens e mulheres, principalmente na cidade de Manaus. Esta diferença só ganha notoriedade quando nos referimos aos espaços ocupados dentro do mercado de trabalho a ser apresentado posteriormente.

Na obra *metamorfoses do espaço habitado*, Santos (1996), conceitua espaço como a totalidade verdadeira, semelhante a um matrimônio entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade, e ainda afirma: *Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes.* (SANTOS, 1996, p. 77).

Entendemos que esses espaços diferentes resultantes das relações homem x natureza x sociedade, até por que a sociedade vive em constante movimento, essas articulações entre a sociedade, o espaço e a natureza fazem com que o território

constitui-se como espaços particulares, de acordo com o movimento da sociedade nos diversos aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais e outros.

Em 2002 na obra *A natureza do espaço*, apresenta a proposta de uma teoria geográfica do espaço que leva em conta alguns elementos da Geografia que considera o conceito de espaço geográfico como: “*formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações.*” (p.63). Santos, propõe a natureza como origem, dos quais as coisas são transformadas em objetos pela ação do homem por meio da técnica, determinando esta como a principal forma de relação entre o homem e a natureza, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Ainda nesta obra ele destaca a contradição do processo de produção do espaço: “o espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por esse mesmo processo produtivo, os separa”.

No cotidiano as ações violentas contra as mulheres são indicativas da complexa problemática que envolve a organização da vida social atual. Observa-se que todas as formas de manifestação de violência estão presentes na vida das mulheres sem considerar faixas de idade, etnias e outros. No Amazonas existe um índice de violência sexual contra meninas adolescentes que deve ser averiguado no que diz respeito à população indígena, sendo esta uma população grande e protegida por leis específicas, neste sentido o acesso às informações é bem restrito, porém, essas realidades são expostas na reunião da Rede de Proteção a Violência Sexual Contra a Criança e Adolescente, como uma dificuldade a ser superada, pois existem as mulheres nessas comunidades que ficam a mercê da violência por esta ainda ser tida como natural, por ser cultural. Enfim, todos estão sujeitos à violência que se realiza, indicando uma intensa vulnerabilidade social e historicamente construída ainda permanece nas sociedades.

A sociedade via reprodução do capital cria a necessidade da construção de novos espaços e na reprodução desses novos espaços a mulher se configura como alvo de importante relevância, pois este capital exige das mulheres a necessidade de consumo e com isto sua saída para o mercado de trabalho, nasce à ideologia da emancipação da mulher, mas de que emancipação estamos falando? Será que a saída para o mercado de trabalho representa emancipação, quando a mulher não se livra dos trabalhos domésticos, como cuidar da casa, dos filhos, do marido, será que não ocorre apenas o acúmulo de mais trabalho? O fato de a mulher entrar no mercado de trabalho é propagado sempre como uma importante conquista, mas quem ganha com esta

conquista? Vale salientar que até salário por um trabalho igual ao do homem é inferior. No Amazonas a estatística mostra dados crescentes da entrada da mulher no mercado de trabalho, na visão estatal isto é importante para o crescimento, é um “prêmio” para as mulheres, que ganham o direito de trabalhar fora e ainda no final do mês ter um salário garantido, este quantitativo podemos verificar no mapa a seguir que traz dados do ano 2000.

Mapa 08 - Mulheres no Mercado de Trabalho no ano de 2000

Fonte: IBGE

É importante salientar que os municípios do interior do Estado não possuem fábricas, como na capital que tem a Zona Franca, conhecida popularmente como Distrito Industrial, a economia dos municípios interioranos gira em torno do funcionalismo público e pequenos comércios, mesmo assim os dados acima apresentados no mapa mostram que em 2000 já existia uma demanda de mulheres no

mercado de trabalho, mulheres que começavam a construir ou delimitar seu espaço na sociedade.

Para fazer um comparativo de homens e mulheres no mercado de trabalho, apresentaremos a seguir um mapa com informações do ano de 2000 coletadas no IBGE-SIDRA, que apresenta o quantitativo de homens e mulheres empregados, homens e mulheres com carteira assinada, na representação é nítida a relevância da mulher no mercado de trabalho observa-se a presença das mulheres nos 62 municípios do Estado como contribuinte na economia.

Mapa 09 - Homens e Mulheres com empregos no ano de 2000

Fonte: IBGE

A representação cartográfica mostra dados de bastante equivalência, mas é importante salientar que a ida da mulher para mercado de trabalho se deu para atender as demandas do capitalismo, sendo que no plano da vida cotidiana, o capital revela o mundo da mercadoria que invade todos os espaços, este capital media as relações sociais determinando a criação de modelos e padrões ideais para o consumo enquanto símbolo que determina as formas e relações de poder. Podemos dizer que nos lugares

mais simples ou pobres estão as marcas do consumo que estampam a dominação do capital. Os padrões e parâmetros impostos pelo capital e absorvido pela sociedade de consumo cria modelos de comportamento e valores que buscam ser universais.

A entrada da mulher no mercado de trabalho demanda também uma forma de “poder”, mesmo que timidamente, nesta condição de estar assegurando um salário no final do mês, por algumas vezes quando do desemprego do marido, ela assume responsabilidades de chefes de famílias, por vezes assumem as despesas domésticas e todas as outras responsabilidades que uma família necessita para sua manutenção e sobrevivência, em outras situações ela divide as despesas com seu marido.

Apresentaremos na imagem cartográfica a seguir mais uma função assumida pelas mulheres, a de chefe de família, demonstraremos um comparativo entre homens e mulheres responsáveis pelo domicílio, é nítido que mesmos nos menores municípios já existem a figura feminina como chefe de família e, esta amostragem demonstra que o índice tende para um crescimento.

Mapa 10 - Homens e Mulheres responsáveis pelo domicílio em 2000

Fonte: IBGE

É nos espaços do cotidiano que os indivíduos criam e definem modelos e padrões estipulados pelo capitalismo, por meio do consumo de mercadorias que servem

como papel definidor das relações, determinando o detentor de maior poder de consumo também tem maior poder de decisão. Os modelos e padrões de comportamentos criados a partir da sociedade de consumo são postos pela mídia como universais e paradigmas comportamentais a serem seguidos pelos indivíduos, aqui temos como exemplo a beleza feminina que exige padrões para agradar a uma sociedade que preza pelo consumo. Neste contexto, o lugar é compreendido como da vida e um espaço de constituição da identidade determinada na relação de consumo e uso de mercadorias.

São as relações entre os indivíduos que criam condições habitáveis para um determinado lugar, pois elas são determinantes nos valores exigidos por uma sociedade, um lugar através das relações constituídas denota a características dos indivíduos ali residentes, como fatores essenciais para ser ocupado por outras pessoas ou mesmo estas relações ditam se esse lugar é bom ou ruim para a vivência cotidiana de uma determinada sociedade.

Então o homem constrói e usufrui dos lugares, neste processo de apropriação esses espaços vão ganhando significado que são construídos nas relações vicinais, que envolve também relações comerciais, de amizade, de coletividade e outros. Essa cotidianidade dá interatividade às relações dos homens.

Na relação espaço tempo o cotidiano vai modificando, sofrendo transformações, para acompanhar as exigências do capitalismo, como exemplo podemos citar, os meios de comunicação que invadem os espaços de relação das famílias e vizinhanças, chegando, por vezes, a ocupar lugar de honra tirando destas a oportunidade do diálogo e de uma relação de maior proximidade.

Na vida cotidiana, a reprodução das relações sociais desenvolve-se mediante as atividades sociais, até nos pequenos gestos, no ato de habitar e usar os lugares. A prática social reproduz os modos de apropriação dos espaços que vai fornecendo elementos que contribuem diretamente para a construção da identidade dos indivíduos.

A ideia de modernização e progresso das sociedades diversificou as bases sociais e permitiram a introdução da mulher no mercado formal de trabalho, abrindo horizontes antes não permitidos. As mudanças sociais que tal fato ocasionou foram sendo aprimoradas com o passar dos anos e levaram a tão sonhada igualdade de direitos aclamada por uma série de movimentos feministas em todo o mundo.

A legislação promulgada ao longo da história do trabalho da mulher, em especial a Constituição Federal de 1988, possibilitou a abertura de caminhos para sua inserção, nos mais diversos setores, abolindo de vez qualquer espécie de discriminação ou

diferenciação em suas atividades e direitos atinentes ao trabalho. Acerca das conquistas, dentre as mais importantes, pode-se destacar que a mulher passa a ter direito de salário semelhante ao homem, desde que o trabalho que exerça seja de igual valor; lembrando que essa conquista foi imprescindível para a vedação da exploração feminina no trabalho como forma de reduzir custos com funcionários, ou seja, sua mão-de-obra passa a ter o mesmo valor da desempenhada pelo homem.

No Brasil, observa-se o progressivo aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, além da crescente qualificação e capacitação profissional delas que trabalham. A atuação política e a conquista de cargos importantes impulsionaram a mulher para uma visão diferenciada, no entanto, as mesmas bases patriarcais ainda discriminam certos aspectos. Apesar de já ter demonstrado sua capacidade e competência nos mais variados campos, a mulher ainda carrega a concepção de provedora do lar e com esta o dever de dar conta de todos os aspectos a ela associados.

2.5 Movimentos feministas em Manaus

No Brasil, o movimento feminista ganha força entre os anos 60 e 70, na luta cotidiana em favor dos direitos a melhores condições de vida, pela anistia, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, logo também se formaram entidades voltadas a abrigar mulheres vítimas de violência doméstica. Os grupos de ativistas, voluntárias, procuravam enfrentar todos os tipos de violência: estupros, maus tratos, incestos, perseguição a prostitutas, e infindáveis violações dos direitos humanos de mulheres e meninas⁶³.

Manaus também dá delineamento a sua luta no movimento feminista nos 70. De acordo com Ramos, 2003⁶⁴, este delineamento se dá especificamente em 1876, quando algumas estudantes universitárias reuniram-se na universidade, para discutir a questão da mulher, mas somente nos anos 80 surge a primeira organização dentro dos muros da universidade, conhecido como comitê da mulher universitária, que teve como bandeira de luta inicial a não-implantação do plano de controle de natalidade do governo Figueiredo (p. 110, 111).

No ano de 1981 surge a Comissão Provisória da União de Mulheres de Manaus, isto com o apoio do PCdoB, e a partir desta vários outros grupos nos bairros da cidade

⁶³BLAY, Eva Alterman. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Estudos avançados. vol.17 n°.49 São Paulo Set./Dec. 2003.

⁶⁴RAMOS, J. G. B. **A representação social da mulher no contexto da relação conjugal violenta na cidade de Manaus**. Recife: Bagaço, 2003.

que tinham como bandeira de luta a criação de creches para os filhos das mulheres trabalhadoras do Distrito Industrial, o combate à discriminação das mulheres no mercado de trabalho, criação de lavanderias comunitárias coletivas e restaurantes comunitários⁶⁵.

O surgimento de diversos grupos gera também divergências políticas, de modo geral desde o princípio os movimentos de mulheres na cidade de Manaus sempre estão aliados a partidos políticos, isto leva à divergência de ideologias, mas não de objetivos. Ramos (1997)⁶⁶ pontua esta realidade:

Os objetivos principais das lutas feministas são: lutar pela emancipação; lutar por uma sociedade democrática; lutar pela igualdade social entre homens e mulheres; lutar contra todo tipo de discriminação que a mulher é submetida; lutar pelo direito a plena participação da mulher no mercado produtivo, na vida social, política e social do país; promover estudos, debates e pesquisa sobre a condição da mulher em nosso estado; estimular a mulher trabalhadora a participar da vida sindical, criando os departamentos femininos nos sindicatos e incentivar sua participação na direção sindical Ramos (1997, p. 60).

Nos anos 80, o movimento de mulheres realiza um dos seus eventos mais importantes, o dia Internacional da Mulher, 08 de março, neste discutindo sobre a mulher operária no combate a discriminação e ao assédio sexual, este evento por certo período faz sua comemoração em lugares separados pelos dois movimentos, aqui com interferência da ideologia política.

Em 1987, os movimentos de mulheres manauaras alcançam sua mais importante conquista: a criação da Delegacia de Crime Contra a Mulher – DECCM, embora esta não tenha atendido na íntegra os objetivos dos movimentos, considerando que esta não dispunha de psicólogos e assistentes sociais, mas ao mesmo tempo era uma importante conquista considerando que somente Rio de Janeiro e São Paulo possuíam uma delegacia especializada.

Esta conquista foi muito importante, pois os esforços os movimentos feministas lutaram bastante com o objetivo de fazer com que a violência doméstica fosse tratada como um problema social que estava presente em muitos lares e que precisava ser combatido.

Atualmente na cidade Manaus, 45 organizações são reconhecidos como movimentos sociais, isto de acordo com a Secretaria Municipal de Assistência Social e

⁶⁵ Idem, ibidem, p. 111.

⁶⁶ RAMOS, J. G. B. **Violência física contra a mulher na cidade de Manaus**. (a visibilidade através da Delegacia de Crimes Contra a Mulher. Entidades feministas. Clube de Mães e Professora de 1ª a 4ª série do 1º grau/SEDUC. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

Direitos Humanos – SEMASDH, Gerência dos direitos da mulher e estão localizados nos bairro de Manaus como veremos no Mapa 11 a seguir:

Mapa 11 - Homens e Mulheres responsáveis pelo domicílio em 2000

Fonte: SEMASDH

A maior concentração dos movimentos sociais está na zona Norte, concentrado na cidade nova, terra nova, na zona sul, especialmente no centro e depois uma pequena distribuição na zona leste são José e Jorge Teixeira e oeste na compensa. Vale salientar que existem pequenos grupos organizados em clubes de mães que é uma prática antiga, que se unem em torno da aprendizagem e confecção do artesanato com objetivo de gerar renda para as mulheres.

2.6 Políticas públicas em Manaus e a Delegacia da Mulher

As políticas públicas são resultados de muitas lutas dos movimentos de mulheres, dentre elas, a mais importante são as DECCM, que ganham vida nos anos 80 e, em Manaus precisamente em 1987, desde então é a única delegacia especializada em todo o Estado do Amazonas em atendimento de crimes contra a mulher.

Os demais serviços de atendimento as mulheres vítimas de violência, ganham um apoio mais significativo quanto à garantia de políticas públicas quando da implantação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, em 2003, que naturalmente cobra dos Estados um maior compromisso quanto à garantia destes direitos. Assim Manaus adere aos serviços em setembro de 2007, com a implantação dos Serviços de Atenção em Defesa aos Direitos da Mulher – SADDM, na Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania – SEAS e, posteriormente, aliado aos serviços conquista-se o Núcleo de Apoio a Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar da Defensoria Pública do Estado do Amazonas – NEAM.

Para melhor compreensão das políticas públicas em Manaus apresentaremos sucintamente o objetivo dos serviços, e onde os mesmos estão localizados:

- DECCM está localizada na Avenida Mario Ipiranga, 3395 – Conjunto Eldorado – Parque 10, é um órgão da Secretaria de Estado de Segurança Pública que tem o objetivo prevenir, registrar, investigar e reprimir atos que se configurem infrações penais e que tenham sido cometidas contra mulheres.

- SADDM está localizada na Avenida Darcy Vargas, 77 – Chapada, órgão da Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania – SEAS, com o objetivo de articular, no Estado do Amazonas, políticas públicas de defesa dos direitos da mulher. Este órgão também coordena e acompanham suas três unidades:

- SAPEM - Serviço de Apoio Emergencial à Mulher, está localizado na Avenida Mario Ipiranga, 3395 – Conjunto Eldorado – Parque 10, prédio anexo a DECCM, é um serviço emergencial que atende e acolhe mulheres e seus filhos vítimas de violência doméstica e familiar. O mesmo funciona 24h, inclusive nos finais de semana e feriados, com atendimento psicológico, social e jurídico. Esta é uma segunda maior porta de entrada, considerando a parceria existente entre DECCM e SAPEM.

- CREAM - Centro Estadual de Referência e Apoio a Mulher, este, localizado na Avenida Carvalho Leal, 397 – Cachoeirinha, é um serviço de atendimento especializado a mulheres e seus filhos vítimas de violência doméstica e familiar ou em situação de risco, procedentes de Manaus e dos municípios da região metropolitana. Funciona de segunda a sexta de 8h00às 20h00 e sábado de 8 às 12h, com atendimento psicossocial, pedagógico e arte terapia, visitas domiciliares e institucionais, visitas para atendimento de denúncias do 181, realização de Oficinas Populares nos bairros, comunidades, escolas e nas Penitenciárias Femininas, bem como realização de

encaminhamentos a cursos profissionalizantes que prepara as mulheres para o mercado de trabalho.

- Casa Abrigo Antônia Nascimento Priante, este para garantia da segurança das mulheres, possui endereço sigiloso por determinações legais, e permanece em constante rotatividade de espaço físico, na data da pesquisa encontrava-se situado no Aleixo, zona Centro – Sul. Este tipo de abrigo destinado a mulheres e seus filhos vítimas de violência doméstica e familiar procedentes de Manaus, e dos municípios da região metropolitana com funcionamento de 24h, com atendimento psicossocial, pedagógico e jurídico as mulheres e seus filhos, capacidade de acolhimento para mulheres e seus filhos menores de idade, com permanência de 90 dias podendo ser prorrogado de acordo com a avaliação psicossocial e determinação judicial.

O Núcleo de Atendimento da Mulher Vítima de Violência Doméstica da Defensoria Pública do Estado do Amazonas – NAEM, localizado na Avenida Carvalho Leal, 397 – Cachoeirinha, o objetivo deste serviço é de atendimento e acompanhamento jurídico especializado às mulheres em situação de violência. O mesmo fica junto, no predo do CREAM, e atende as mulheres, nas terças e quintas – feiras; no geral, são as mulheres encaminhadas pelo SAPEM ou CREAM.

Para ilustrar a localização dos serviços de atenção aos direitos da mulher apresentaremos um mapa pontuando os bairros onde os mesmos estão situados e realizando seus atendimentos.

Mapa 12 - Localização dos Serviços de atenção aos direitos da mulher

Fonte: SEAS

Como podemos verificar os serviços de atenção aos direitos da mulher estão concentrados todos, na região central, zona sul e centro sul, vale ressaltar que estas duas zonas são as menores em termos populacional e também geográfico, onde há uma boa concentração da população com maior poder aquisitivo e também por ser uma região comercial, logo distante da realidade de muitas mulheres que vivem em situação de violência nas zonas mais distantes, que às vezes são impedidas de chegar a estes serviços por conta da distância e da falta de transporte.

CAPÍTULO III - MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA CIDADE DE MANAUS

3.1 Manaus como lócus da pesquisa:

Manaus, além de ser a capital do Estado, é o maior município em termos populacionais, com área de 11.401Km², está localizada às margens dos rios, Negro e Solimões, faz fronteira com os municípios de Rio Preto da Eva, Iranduba, Careiro, Novo Airão, Presidente Figueiredo. Situa-se à margem esquerda do Rio Negro a 18 km da foz do rio Amazonas, sua topografia é representada por inúmeros igarapés que cortam a cidade. Contabiliza em 2010 1.802.014 habitantes. É a 8ª cidade em população do Brasil. Sua posição é estratégica, pois propicia acesso a uma grande malha hidroviária que permite as idas e vindas de embarcações carregadas de pessoas e mercadorias dos diversos municípios do Estado. Se essa condição lhe dá vantagens, também traz muitos problemas que remontam ao processo de formação da cidade e de condições sociais da população.

Hoje, Manaus é considerada uma cidade metropolitana que se destaca principalmente por dois aspectos: por ser a capital do maior estado em extensão da federação e por está no centro da maior floresta tropical do mundo, fato que atrai as atenções nacionais e internacionais, principalmente em razão do seu potencial de biodiversidade.

Mas, como toda grande cidade brasileira, resguardadas algumas características especiais, a capital amazonense, enfrentam diversos problemas em seu desenvolvimento urbano e social. Destacam-se, como nas demais cidades brasileiras, as ocupações irregulares e desordenadas provenientes das migrações do interior e de outros estados (Manaus concentra mais de 65% da população do estado do Amazonas); a convivência com a produção de tecnologia de ponta em contraposição com as formas tradicionais de produção da cabocla e do caboclo ribeirinhos; o desenvolvimento intensivo de um mercado informal paralelo a um sistema de contravenção e marginalidade social; e, finalmente, o aparato de Estado de ordem acentuadamente oligárquico que dá os contornos das Políticas Sociais que ali se desenvolvem. E é na conjugação desses fatores que a violência tem o seu curso.

O mapa abaixo mostra a localização da cidade de Manaus, na extensão territorial do estado.

Mapa 13 - localização da cidade de Manaus no Estado do Amazonas

Conforme já descrito anteriormente, a cidade de Manaus cresceu de forma desordenada, com o fluxo migratório vivenciado nos processos econômicos de desenvolvimento vivenciados, processos que a tornaram uma cidade com o cunho de cidade metropolitana.

Sendo assim constituída, é natural que Manaus sofra influencia de vários tipos de cultura como: indígenas, caboclos, portugueses, judeus, turcos, entre outros. A forte migração mudou-lhe muito a característica. O nativo perdeu tradições e costumes, a exemplo temos o peixe que era prato diário da população, e hoje, passou a ser pouco consumido pelos manauaras. Nas características físicas alguns homens e mulheres ainda carregam traços de sua cultura nativa. Algumas danças folclóricas ainda são preservadas, principalmente nos interiores, como são as danças indígenas e lendas amazônicas.

Nos bairros mais distantes da área central ainda é possível encontrar taperas indígenas, onde ainda são conservados alguns costumes. A cidade também concentra um bom percentual de povos indígenas que habitam principalmente regiões que ficam

as margens dos igarapés que cortam a cidade e, são locais que ainda podem ser vivenciados alguns dos costumes da população ribeirinha e indígena.

Atualmente, Manaus abarca hoje, de acordo com a última estimativa do IBGE – 2010, uma população de 1.802.014 habitantes, portanto sua escolha como lócus da pesquisa será bem representativa para o Estado do Amazonas, considerando que ela é a capital e também a maior cidade do Estado em termos populacionais.

3.2 Campo de investigação

Pesquisar dados sobre a violência contra a mulher não foi algo simples e nem fácil, ainda há muitas barreiras quando se trata deste assunto. Este tema envolve muito mais que problema de ordem social, envolve a cultura e o cotidiano de muitas famílias manauaras, sendo assim é um assunto delicado para ser tratado.

Inicialmente a proposta era concentrar forças, nos bancos de dados da Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher – DECCM, mas, mediante as burocracias encontradas para ter acesso a esse campo, a pesquisadora buscou novas alternativas para coletas de dados, e encontrou apoio em primeiro plano junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH, especificamente na Gerência dos Direitos da Mulher, mas por causada carência de dados, por esta funcionar ainda precariamente com os seus poucos serviços de atendimento a mulher, a própria gerência recomendou que a pesquisadora procurasse a Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS, pois lá haveria maiores possibilidades da realização da pesquisa, tendo em vista dispor de Serviços de Atenção em Defesa aos Direitos da Mulher – SADDM, com ações diretas de atendimento na cidade de Manaus.

Ao procurar a coordenação do SADDM, houve uma boa receptividade, este tinha disponível um banco de dados não sistematizados, sobre a violência contra a mulher no Estado do Amazonas, a proposta então foi atrativa, logo se cuidou dos trâmites burocráticos para a realização da pesquisa, a pesquisadora assinou um termo de contrato de trabalho voluntário junto a SEAS, lavrado em Diário Oficial do Estado de nº 32.066, do dia 05 de maio de 2011 e portaria nº 106/2011/SEAS/GS, (Anexo 1). Havia interesse desta coordenação que fosse feita um pesquisa em todos os 62 municípios do Estado, mas diante das dimensões geográficas gigantescas e os poucos recursos, aliado ao pouco tempo disponível para a pesquisadora, esta proposta tornou-se inviável; portanto, a pesquisa privilegia a cidade de Manaus, visto que ela concentra mais da

metade da população, fato que qualifica esta pesquisa numa amostra significativa do problema da violência contra a mulher não só em Manaus como também no Estado.

Os Serviços de Atenção em Defesa aos Direitos da Mulher – SADDM, começam a ser implantados em setembro de 2007 com o Serviço de Apoio Emergencial a Mulher – SAPEM, e seguida com o Centro Estadual de Referência e Apoio a Mulher - CREAM, juntamente com o Núcleo de Atendimento da Mulher Vítima de Violência da Defensoria Pública do Estado do Amazonas – NAEM. Por estarem sobre responsabilidade da mesma secretaria estes serviços funciona de forma interligada, o que facilitaria a coleta de dados para a pesquisa.

O SAPEM, foi escolhido como locus central da pesquisa, primeiro por ser a segunda maior porta de entrada dos casos de violência contra a mulher, segundo por está localizado próximo a DECCM, o que facilita o acesso das mulheres que fazem denúncia na delegacia e, terceiro por já possuir um banco de dados sem uma sistematização prévia. Vale ressaltar que os casos atendidos e registrados no SAPEM, no ano de 2008, representavam 30%, dos casos registrados na DECCM, que é a primeira maior porta de entrada dos casos, mesmo reconhecendo que o SAPEM só tinha em dezembro de 2008, um ano e quatro meses de existência, logo este percentual é bem significativo.

O convívio mais direto da pesquisadora durante a coleta de dados com os serviços de atenção aos direitos da mulher proporcionou a abertura de um contato mais acessível à DECCM, por esta trabalhar em parceria com o SAPEM. Neste sentido, buscando de atender um dos objetivos da pesquisa, de fazer um panorama de dois anos antes e dois anos depois da Lei Maria da Penha, tornou-se necessário uma nova solicitação a DECCM, desta vez com apoio da SADDM, o que facilitou o acesso aos arquivos da delegacia. A busca de dados na DECCM foi necessário por que o SAPEM inicia seus trabalhos somente um ano após a lei Maria da Penha, logo a fonte direta das informações era delegacia, somente lá podiam ser encontrados tais registros.

3.2.1 Rotina do SAPEM

O SAPEM, principal campo da pesquisa, funciona 24 horas em regime de plantão, com atendimento psicológico, social e jurídico, atendendo e acolhendo mulheres e seus filhos vítimas de violência doméstica, nos casos de risco de vida, abriga a mulher por até 48 horas, tempo hábil para se tomar as medidas protetórias cabíveis que garantam a integridade física e moral da mulher vítima.

A grande demanda é oriunda da DECCM, ao sair da delegacia, as vítimas são orientadas a procurar o SAPEM caso haja necessidade, não existe uma obrigatoriedade, elas tem liberdade na escolha, ambas caminham em parceria, não tem dificuldade para acesso por estarem localizadas uma próxima a outra.

Para a realização das atividades, o SAPEM conta com seguinte equipe de: 01 gerente, 05 técnicos, (03 assistentes sociais e 02 psicólogos), 02 assistentes administrativos, 01 serviços gerais, 10 monitoras sociais (estas fazem revezamento, em dupla, pois atuam tanto na casa Abrigo, como no SAPEM, são mulheres que cuidam desde a alimentação como outras necessidades materiais das mulheres abrigadas); 02 boys que fazem a entrega das notificações aos agressores, 01 motorista e, mais um grupo de 14 estagiários, 06 na área do Serviço Social, 06 na área de psicologia e 02 na área do Direito. Vale ressaltar que nesta equipe de 36 pessoas, apenas 04 são homens.

Os atendimentos as mulheres vítimas de violência ocorrem diariamente, as mesmas fazem cadastro e registros e são atendidas tanto pelo serviço social como pelo psicológico; e, dependendo do tipo de violência, são encaminhadas a outros serviços necessários como orientação jurídica ou defensoria pública. Os dias em que acontece maior número de atendimentos são, normalmente, na segunda-feira e dia após feriados longos. Em 2011 houve dia de segunda – feira com atendimentos de 160 casos. Nos finais de semana, especificamente no sábado, o serviço psicológico, realiza oficinas junto às mulheres abrigadas.

3.3 Percurso metodológico

Esta pesquisa se propõe a identificar os espaços urbanos com maior índice de violência contra a mulher; investigar as formas de violência a elas cometidas, construir um panorama de dois anos antes e dois anos depois da Lei Maria da Penha, procurando identificar as influências desta lei na vida das mulheres manauaras que são vítimas de violência doméstica.

Partindo dos objetivos propostos consideramos que esta pesquisa é de natureza quantiquantitativa, pois os dados coletados quantitativamente poderão ser examinados qualitativamente. Frente a esta premissa, a coleta de dados ocorreu diretamente nas fontes primárias, onde as informações trabalhadas foram colhidas nos documentos oficiais das instituições (DECCM e SAPEM), Livros de Boletins de Ocorrências – B.Os. e fichas cadastros das mulheres vítimas de violência, que possibilitaram a construção do perfil de vítimas e agressores, e ainda diagnosticar a região com maior

incidência de mulheres vitimadas, como também possibilitar uma maior compreensão do cotidiano vivido pelas mulheres no interior de suas famílias por intermédio da história de vida das mulheres atendidas por estes serviços.

Conforme Diaz (2004) ⁶⁷, os indicadores quantitativos têm sido tradicionalmente mais utilizados pela sua legitimação, quase automáticas, de serem considerados “objetivos” (p.26). Vale ressaltar ainda que estes indicadores são utilizados com maior frequência por conta da enorme disponibilidade de informações oferecidas e necessárias para a construção dos indicadores ou informações que alimentam o sistema de informação oficial, o que possibilita uma elaboração mais ágil e menos onerosa das estatísticas.

Quanto à pesquisa qualitativa, trata-se de uma atividade da ciência que visa à construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2003, p. 16-18)⁶⁸

A partir das reflexões conceituais, a pesquisa quantitativa e qualitativa, mesmo com suas peculiaridades metodológicas são complementares, juntas compõem as ferramentas necessárias para análise do objeto de estudo em questão. O indicador quantitativo proporciona uma visão panorâmica do fenômeno e faz uso de medidas numéricas para tal, são os dados estatísticos, enquanto o indicador qualitativo que busca compreender os processos de um fenômeno mediante percepções ou juízo de um indivíduo, sempre buscando a aprofundar questões relacionadas ao objeto de estudo.

Por utilizar-se de documentos oficiais de uma instituição, os meios técnicos de investigação são natureza documental, que tem por objetivo, selecionar, tratar e interpretar as informações em estado bruto, visando qualificar os mesmos. Deste modo foram trabalhados os registros das mulheres vítimas de violência acumulados no decorrer de 4 anos. Dois anos antes da Lei Maria da Penha que são: 2004 e 2005 dados coletados dos Livros de Boletim de Ocorrência – B. O, do arquivo morto da DECCM e dois anos depois da lei que são 2007 e 2008, dados coletados das fichas cadastros do SAPEM. Os documentos são de fonte primária, foram alocadas num programa de

⁶⁷ DIAZ, M. D. **Indicadores de gênero**. Sevilha. Instituto Andaluz de La mujer, 2004.

⁶⁸ MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

banco de dados, priorizando as informações contidas nos mesmos, que pudessem atender o objetivo da pesquisa.

A pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos. A riqueza de informações que podemos extrair dos documentos, resgatar e justifica o seu método nas diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais, visto que possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural, a partir deles podemos reconstruir uma história, conforme nos diz Cellard (2008)⁶⁹:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2008, p. 295).

De acordo ainda com estudos de Cellard (2008), o uso de documentos na pesquisa permite acrescentar a dimensão do tempo e a compreensão do social, mediante a análise é possível observar o processo de maturação ou evolução dos indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, entre outros. No caso desta pesquisa, os documentos (B.Os e fichas cadastros) das mulheres vítimas de violência remontarão um período histórico de 2 anos antes e 2 anos depois da criação da lei Maria da Penha, apontando suas contribuições na vida das mulheres vítimas de violência na cidade de Manaus, como também a realidade dos serviços de proteção aos direitos da mulher.

À luz das reflexões, este trabalho propõe-se a construir indicadores estatísticos que não se atenham somente aos dados quantitativos, mas que considerem as subjetividades que singularizam as realidades vivenciadas pelas mulheres manauaras vítimas de violência que são os sujeitos desta pesquisa.

⁶⁹CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

3.4 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada no arquivo do SAPEM e também no arquivo morto da DECCM. Durante este processo a pesquisadora teve oportunidade de visitar todos os serviços de atenção aos direitos da mulher, participando como observadora de algumas atividades realizadas pelos serviços, junto às mulheres vítimas de violência, mas se ateve diretamente ao banco de dados do SAPEM, por considerar que cada um destes serviços merecia um estudo em especial.

Para a coleta de dados, foi necessária uma carga horária de 4 horas diária na instituição SEAS, diretamente no departamento da SADDM. Durante um período de 5 meses, o local disponível para a coleta de dados foi a sala do próprio departamento junto a coordenação dos serviços, que mandava buscar as caixas arquivos por ordem alfabética com os cadastros de atendimento individual das mulheres vítimas de violência.

As fichas foram analisadas e computadas uma a uma num banco de dados específico para tal coleta, às mesmas demandaram um longo período no processo de coleta, considerando que todo o banco de dados do SAPEM desde o início de sua criação até o ano de 2010 havia sido construído em formato manual, ou seja, ainda não haviam sido digitalizadas. Durante a leitura e análise das fichas cadastros das mulheres vítimas de violência para a computação dos dados, não foi possível deixar de envolverem-se imaginariamente no cotidiano das mulheres ali retratadas, histórias de vida que clamavam por socorro e mexiam emocionalmente com a pesquisadora que precisava manter-se neutra a qualquer custo, mas não era fácil.

Na DECCM o processo de coleta de dados deu-se de forma diferenciada. Os dados solicitados pela pesquisadora estavam dispostos nos livros de capa preta, conhecidos como livro de Boletim de Ocorrência ou o B. O, o contato com o arquivo necessitou de um processo de garimpagem para localizar os livros de registros. Este processo não foi tão simples, pois no arquivo estão guardados registros desde o ano de sua criação em 1987, além de todos os outros documentos que fazem parte do cotidiano nos atendimentos na delegacia.

A permanência na DECCM foi de dez dias considerando a urgência na coleta dos dados e também os tipos de dados que se restringiam a contagem do número de atendimento nos livros de boletim de ocorrência que correspondem a 12 meses, do ano de 2004 e 9 livros no ano de 2005, pois a partir de 20 de setembro deste mesmo ano, os registros passam a adotar o sistema informatizado.

O contato com o livro empoeirado e envelhecido pelo tempo, com páginas amareladas, proporcionou a pesquisadora uma viagem no tempo, pois foi surpresa encontrar um percentual tão grande de denúncias feitas pelas mulheres, antes da criação da lei e mais encontrar os registros manuscritos um a um, relatando os casos das mulheres vítimas de violência. Todos os casos atendidos diariamente na delegacia do ano de 2004 estavam registrados em 12 livros, cada um correspondente a um mês do ano, cada livro de registro dispunham de 500 páginas numeradas com disposição dos casos também numerados um a um.

Quanto ao ano de 2005, a delegacia dispunha de nove livros, correspondente a 01 de janeiro a 20 de setembro, pois a partir desta data os registros entram num sistema de informatização e, para tristeza do pesquisador, os dados posteriores a este período, ou seja, de 21 de setembro de 2005 a 31 julho de 2006 foram extraviados por uma falha no sistema, não havendo possibilidade de recuperação direta. De acordo com a responsável deste departamento na DECCM, somente a secretaria de justiça dispõe destes dados.

Para atender aos interesses desta pesquisa, os dados quantitativos referente ao ano de 2005 foram tirados a partir dos estudos de WIGGERS (2008)⁷⁰.

3.5 Procedimentos para análise dos dados

Os cadastros das vítimas de violências atendidas no SAPEM são guardados em caixas arquivos, organizadas em ordem alfabéticas, e foram trabalhadas uma a uma na sequência de suas disposições. Por se tratar de uma pesquisa envolvendo as mulheres vítimas de violência doméstica não foram computadas as fichas de “caso a típico”, ou seja, os casos de mulheres que vem aos serviços pedir orientações sobre pensão alimentícia, distribuição de bens, entre outros que não dizem respeito a violências sofridas.

Os dados das fichas (modelo em anexo 2) foram computadas em um programa de banco de dados do ACCESS 2007, produzido especialmente para este trabalho, pois o mesmo possibilita como resultado final a produção de relatório com dados alocados na base de dados, estes podendo ser elaborados em formas de planilhas e gráficos.

As planilhas com os dados foram transferidas a uma base de dados do EXCEL, para servir de dados para a elaboração de mapas no programa *Philcarto*, programa de *cartomática* desenvolvido pelo geógrafo francês Philippe Waniez, disponível em quatro

⁷⁰WIGGERS, Raquel. **Violência contra mulher: o que mudou em dez anos?**Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

idiomas: francês, inglês, espanhol e português. Ele não é um sistema de informações geográficas (SIG), sendo assim, não possui sistema de georreferenciamento. É um programa gratuito que pode ser conseguido por meio de *download* no *site* <http://philcarto.free.fr>. Além do *Philcarto*, também são disponibilizados no mesmo *site* alguns programas que auxiliam na elaboração da base cartográfica.

O princípio básico de funcionamento do *Philcarto* é o cruzamento de uma base de dados com uma base cartográfica, ambos livremente elaborados/adaptados pelo usuário do programa. As bases de dados podem ser elaboradas em qualquer planilha eletrônica e devem estar em formato *texto separado por tabulações*.

Este programa foi uma ferramenta utilizada para elaborar os mapas temáticos desta pesquisa, os recursos por ele oferecidos não dão qualidades cartográficas de um bom programa de confecção de mapas. Para Martinelli (1998)⁷¹, *a construção dos gráficos e mapas se insere num contexto que envolve busca de conhecimento e o esclarecimento acerca de certa questão da realidade que se interessa resolver*. Considerando que os mapas dispostos no trabalho servem para que o leitor possa visualizar as áreas com maior incidência de casos de violência que acontecem com as mulheres manauaras, este programa atende ao objetivo imediato.

Na obra *Cartografia Temática: cadernos de mapas*, Martinelli (2003)⁷² afirma que o mapa é uma expressão do raciocínio empreendido por seu autor diante da realidade, apreendida a partir de um certo ponto de vista, e que pode ser a confirmação de uma postura metodológica na elaboração da cartografia temática.

3.6 Análise dos resultados

3.6.1 Panorama dos anos de 2004, 2005, 2007 e 2008 – dois anos antes e dois anos depois da Lei Maria da Penha

Os dados do ano de 2004 foram coletados diretamente dos doze livros de Boletim de Ocorrência pertencentes à DECCM. Destes foram computados apenas o quantitativo de casos mês a mês. Conforme podemos conferir no quadro abaixo:

⁷¹ MARTINELLI, Marcelo. **Gráficos e Mapas: Construa-os você mesmo**. São Paulo: Moderna, 1998.

⁷² MARTINELLI, Marcelo. **Cartografia Temática: Caderno de Mapas** - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

Quadro 01: casos de violência Contra a mulher no ano de 2004

2004	
MÊS	CASOS
Janeiro	599
Fevereiro	551
Março	563
Abril	625
Maiο	634
Junho	660
Julho	647
Agosto	696
Setembro	699
Outubro	754
Novembro	789
Dezembro	782
Total	7999

Fonte: DECCM

Dos dados apresentados na tabela 01, podemos afirmar que a média mensal das denúncias, foi de 600 casos mensais. Dos 7999 casos registrados na DECCM, avaliou-se um percentual de 10,5 % desse quantitativo, dos tipos de violência e também da procedência geográfica da vítima. Esses dados serão apresentados posteriormente.

Quanto aos dados de 2005, a DECCM só dispunha de nove livros de registros, pois a partir de 20 de setembro deste mesmo ano, os serviços passaram a ser informatizados e, no momento da pesquisa a delegacia não dispunha destes dados, portanto o quantitativo total foi coletado do trabalho de WIGGERS (2008). Apresentaremos na tabela abaixo os meses encontrados na DECCM e complementados com dados da pesquisadora acima referida:

Quadro 02: casos de violência Contra a mulher no ano de 2005

2005	
MÊS	CASOS
Janeiro	753
Fevereiro	618
Março	738
Abril	699
Maio	793
Junho	Livro não localizado
Julho	864
Agosto	889
Setembro	Dados registrados até dia 20. 524
Outubro	Sistema informatizado
Novembro	Sistema informatizado
Dezembro	Sistema informatizado
Total	WIGGERES 9422

Fonte: DECCM e WIGGERS, Raquel. **Violência contra mulher: o que mudou em dez anos?** Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

Quanto aos casos de 2005, apesar de não termos todos os quantitativos mês a mês, os dados dos meses coletados nos livros de B.O da DECCM, fornecem uma boa visualização de como foi a rotina de denúncias dos casos de violência contra a mulher, é perceptível que houve um aumento no número de denúncias, de acordo com o quantitativo total, a média mensal de casos chega a 780 casos por mês. Logo este aumento é significativo em relação a 2004. É importante salientar que os dados destes dois, 2004 e 2005 anos correspondem aos anos que antecedem a Lei Maria da Penha, anos que pouco se falava ou divulgava dados sobre violência contra a mulher, não que ela não existisse, mas que permanecia no anonimato dos lares familiares.

Esses dados poderão ser visualizados no gráfico abaixo, onde se verifica como foi o crescimento de um ano para outro:

Gráfico 05: Denúncias de violência contra a mulher nos anos de 2004 e 2005

Fonte: DECCM e WIGGERS, Raquel. **Violência contra mulher: o que mudou em dez anos?** Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

Em termos quantitativos a diferença de um ano para outro, de 2004 para 2005 chega a 1423 casos, um aumento 15% do número de denúncias de casos de violência cometidas às mulheres. É importante ressaltar que as denúncias são feitas pelas vítimas.

Os dados de 2007 coletados no SAPEM correspondem ao período de sua criação, que inicia suas atividades de atendimento em 27 de setembro deste ano, portanto os dados vão deste período até 30 de dezembro, ou seja, são correspondentes a três meses.

Ao todo foram analisadas 189 fichas cadastros de atendimentos, sendo destas 175 são casos de violência doméstica, as demais, ou seja, 14 atendimentos foram considerados casos atípicos, por não estarem enquadrados como violência doméstica, de acordo como que lei especifica.

Referente ao ano de 2008, 3001 (três mil e um) casos foram atendidos e registrados pelo SAPEM como casos de violência Doméstica, estes dados são referentes aos 12 meses deste ano. Nas fichas cadastros das mulheres vítimas, estão contidos os registros que contam um pouco da história de vida e do cotidiano marcado pela violência.

Vale salientar que os dados de 2007 e 2008, acima expostos, são referentes aos casos atendidos pelo SAPEM, são dados que se encontram nos arquivos da instituição. Visando complementar os dados, destes dois anos, buscamos informações nos bancos de dados da DECCM e, que serão apresentados no quadro abaixo:

Quadro03 – casos de violência Contra a mulher no ano de 2007 e 2008

Ano	Dados - DECCM	Dados – SAPEM
2007	9.965	175 (dados de 03 meses)
2008	9.617	3.001

Fonte: DECCM e SAPEM

Os dados acima expostos representam informações quantitativas de dois anos depois da Lei Maria da Penha, quanto aos dados da DECCM, percebe-se que 2008 houve uma queda 3, 6% no número de denúncias em relação a 2007, com relação aos dados do SAPEM, o aumento foi bastante significativo, num aumento percentual de 94%. Mas é válido ressaltar que os dados de 2007 são de apenas três, referente ao seu período de implantação e de atendimentos. O gráfico abaixo ilustrará o panorama desses quatro anos.

Gráfico 06: Estatísticas da violência contra a mulher em quatro anos: dois anos antes e dois anos depois da Lei Maria da Penha

Fonte: DECCM e SAPEM

As estatísticas apresentadas como panorama de quatro anos que correspondem há dois anos antes e dois anos depois da Lei Maria da Penha, são dados, coletados apenas em dois dos serviços de proteção aos direitos da mulher vítimas de violência. Esses dados nos dão um parecer parcial, considerando que existem outros 19 distritos policiais distribuídos na cidade de Manaus que também atendem aos casos de violência, existem também organizações não governamentais que também lutam pelos direitos da mulher, sem contar com aqueles casos que ainda ficam no anonimato.

3.6.2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa (vítimas e agressores)

Quando das análises dos dados contidos nas fichas do SAPEM, percebeu-se que era possível traçar um perfil de vítimas e agressores, naturalmente que das vítimas possuem maiores informações, pois se percebe nos relatos que elas ainda dizem não saber muito sobre o agressor, apesar de viver anos com ele. Nos boletins de ocorrência da DECCM, as informações se restringem ao fato e a idade, e ao endereço da vítima, estes serão apresentados posteriormente.

Tanto do ano de 2007 como 2008 foi possível traçar uma pequena caracterização deste perfil, vejamos os gráficos abaixo:

3.6.2.1 Naturalidade das vítimas

Gráfico 07 – Naturalidade das vítimas em 2007

Fonte: SAPEM

Dos 175 casos, a grande maioria de mulheres, ou seja, 76% são do Estado do Amazonas, seguido do Estado do Pará com 14%, lembrando que são dados de três meses.

Em 2008 por serem resultados dos casos registrados nos doze meses, os dados ganham maior expressividade, vejamos:

Gráfico 08 – Naturalidade (Estados) das vítimas em 2008

Fonte: SAPEM

No gráfico de 2008 a predominância de mulheres também é do Estado do Amazonas, vindo seguido do Estado vizinho do Pará. Mas é importante ressaltar que há uma enorme distribuição de mulheres oriundas dos interiores destes Estados. Como vimos que nos dois momentos econômicos importantes da cidade de Manaus, houve uma enorme migração de pessoas, ainda podemos perceber este reflexo. No gráfico ainda possuem pessoas de dois países diferentes: Portugal e Venezuela.

O gráfico a seguir apresentará um panorama das cidades de onde são oriundas as mulheres vítimas de violência na cidade de Manaus. Considerando o grande número de cidades dos diferentes Estados acima citados, priorizamos as cidades que possuem acima de 10 mulheres migradas para a cidade de Manaus.

Gráfico 09 – Naturalidade (cidades) das vítimas em 2008

Fonte: SAPEM

Conforme já referendamos sobre a naturalidade das mulheres vítimas de violência, o gráfico 09 pontua com maior clareza as cidades de onde as mulheres são oriundas, do total de 3001 casos, apenas 1556 são nascidas em Manaus, às demais 1445 são oriundas de outros municípios do interior deste ou de outros Estados. Perfazendo um percentual de 48 % de mulheres migradas para a cidade de Manaus.

Quanto à naturalidade do agressor, nas fichas cadastros estas informações não estavam contempladas.

Outro item importante para compor o perfil diz respeito às idades das vítimas, que serão apresentados de ambos, vítimas e agressores:

3.6.2.2 Idade das vítimas e dos agressores

Gráfico 10 – Idade das vítimas em 2007

Fonte: SAPEM

A idade das vítimas varia entre 17 e 69 anos, ou seja, entre a adolescência e a melhor idade, mas a predominância dos casos está entre 20 e 40 anos, ou seja, mulheres em idade potencial de crescimento educacional e profissional.

Gráfico 11 – Idade das vítimas em 2007

Fonte: SAPEM

Em 2008, as idades variam entre treze e setenta e três anos, vai de fato da adolescência a terceira idade. Aqui a predominância começa bem mais cedo vai dos dezenove anos aos quarenta anos. No Amazonas, as mulheres começam sua vida com outros parceiros bem mais cedo, este é um fator cultural que infelizmente ainda faz parte da vida do povo amazonense.

Apresentaremos a seguir o perfil dos agressores nos dois anos consecutivos, 2007 e 2008:

Gráfico 12 – Idade dos agressores em 2007

Fonte: SAPEM

No gráfico, 12 referente à idade dos agressores, a configuração apresenta-se de forma diferenciada, verificamos que as informações não concentram numa faixa etária, há certa distribuição nas diversas faixas etárias, há ainda um dado interessante: concentração está no item de não informado; no geral, as vítimas dizem não saber a idade. Conforme salientamos anteriormente, as informações sobre os agressores serão incompletas considerando que as mulheres ao denunciarem ainda temem seus agressores e não conseguem dar muitas informações sobre eles. No momento das

denúncias elas dizem que não sabem muito a respeito do indivíduo, mesmo convivendo com esta pessoa há muito anos, mesmo assim não sabe quase nada a respeito dele.

Gráfico 13 – Idade dos agressores em 2008

Fonte: SAPEM

Quanto ao gráfico, 13 do ano de 2008, a configuração se apresenta um pouco diferenciada por concentrar uma faixa de idade, que vai dos 20 aos 50 nos, mas não diferente do gráfico, 12 do ano de 2007, no item não informado que apresenta também uma grande concentração.

3.6.2.3 Escolaridade das vítimas e dos agressores

Os gráficos a seguir apresentarão a escolaridade de vítimas e agressores, durante os anos de 2007 e 2008.

Gráfico 14 – Escolaridade da vítima em 2007

Fonte: SAPEM

Gráfico 15 – Escolaridade da vítima em 2008

Fonte: SAPEM

Quanto à escolaridade das vítimas, o gráfico 14 mostra um baixo nível de estudo, 38% não possuem o ensino fundamental completo, 34% possuem o ensino médio, 25 % estão distribuídos entre os outros níveis. É importante ressaltar que 2% são mulheres não alfabetizadas e 1% não informou sua escolarização.

O gráfico abaixo traz uma amostra do ano de 2008, a configuração apresenta-se de com pouca diferença do ano anterior, mas há, no entanto aumento na escolaridade, neste a concentração está em mulheres com ensino médio completo 35%, mas há ainda uma boa concentração em mulheres que não tem o ensino fundamental completo, 29% e ensino médio completo 16 %.

Em ambos os anos o índice de mulheres com nível superior ainda é baixo, variando entre 5% e 6%. Portanto, ainda temos algo a questionar, será que somente as mulheres com baixa escolaridade são vítimas de violência, ou será que as outras com maior nível de escolaridade não fazem denúncia? Algo que ainda poderá ser verificado.

Gráfico 16– Escolaridade do agressor em 2007

Fonte: SAPEM

Gráfico 17 – Escolaridade do agressor em 2008

Fonte: SAPEM

No que diz respeito à escolaridade do agressor, no ano de 2007 ainda permanece com maior percentual o item não informado, vindo seguido de 31%, agressores com ensino fundamental incompleto, e 18% de médio incompleto. Também neste ano, de acordo com os dados apontados, os agressores apresentam um baixo nível de escolaridade.

Referente a 2008, os dados apontados apresentam outra formatação, o item não informado cai para 4% e, os dados apresentam um aumento na escolarização, o ensino médio vem como formação de 30% dos agressores, e também aparecem 14% de agressores com nível superior. Existem ainda neste ano, 24% de agressores com ensino fundamental incompleto, este número ainda é bem significativo. Quanto ao item do campo não informado houve uma baixa por conta de uma maior exigência do SAPEM na busca de maiores informações sobre vítimas e agressores.

Ao apresentar a escolarização no perfil dos agressores, é importante ressaltar que o mercado de trabalho com o passar dos anos vem exigindo um nível maior de escolaridade, e esta exigência faz com que o homem, que se apresenta como chefe natural da família, busque uma maior escolarização para atender a demanda mercantil.

3.6.2.3 Tipo de união entre vítimas e agressores

Gráfico 18 – Estado civil das vítimas

Fonte: SAPEM

Referente ao estado civil das vítimas, 48%, quase metade, vive em situação de união estável. Quanto à condição de solteiras, neste caso, são mulheres que na sua grande maioria já se separaram do parceiro, mas este ainda as persegue e/ou tenta reassumir a relação, e muitas também, assumem sua condição civil como solteira, pois desconhecem ou não reconhecem a “união estável” com um direito adquirido.

O uso do termo união estável se dá por conta da legislação que ampara a união antiga conhecida como concubinato. A união estável é reconhecida pela Carta Magna de 1988⁷³. Em seu artigo 226, § 3º dispôs:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 3º. Para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

Mesmo com amparo legal, as mulheres ao fazerem a denúncia de seus agressores precisam abandonar suas casas, pois os mesmos em alguns casos não permitem, mas a entrada delas em seus próprios lares, mesmo que seja para retirar seus pertences pessoais, sendo necessária a intervenção da força policial.

⁷³ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

3.6.2.4 Profissão ou Ocupação de vítimas e agressores

Gráfico 19 – profissão/ ocupação das vítimas em 2007

Fonte: SAPEM

Gráfico 20 – profissão/ ocupação dos agressores em 2007

Fonte: SAPEM

No ano de 2007, as denúncias das mulheres vítimas de violência em sua maior parcela estão localizadas entrem as responsáveis pelos afazeres domésticos, às

conhecidas “Do Lar”, vindo seguido por uma pequena parcela de mulheres trabalhadoras do Pólo Industrial de Manaus, mas percebe-se que mesmo executando a “dupla jornada” a mulher ainda é penalizada pela violência de seus companheiros.

Quanto a ocupação dos agressores continua o item não informado como maior índice, vindo seguido de também agressores desempregados, trabalhadores do mercado informal, no ramo da construção civil e uma pequena parcela trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus.

Os gráficos abaixo apresentaram a ocupação das vítimas e dos agressores no ano de 2008, nestes gráficos priorizaram-se apenas as profissões e ocupações que estavam acima de dez agressores, as que tinham número abaixo não foram acrescentadas no gráfico, pois eram em quantidades muito diversas.

Gráfico 21 – profissão/ ocupação da vítima em 2008

Fonte: SAPEM

Gráfico 22 – profissão/ ocupação dos agressores em 2008

Fonte: SAPEM

Verificando os dados de 2008, estes pontuam uma nova configuração, apesar de permanecer ainda um alto índice de mulheres ainda “Do Lar”, que correspondem a 36%,mas já há mulheres mais presentes no mercado de trabalho, mesmo que seja na informalidade, este número corresponde 64% das mulheres vítimas de violência.De certa forma este número traduz uma diferenciação da saída das mulheres com maior frequência de seus lares, em busca de apoio financeiro para contribuir com o sustento de suas casas.

Analisando a profissão ou ocupação do agressor do ano de 2008 o item não informado ainda permanece em destaque, mas os dados apontam também outra direção, um alto índice de trabalhadores da informalidade, vindo seguido de trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus e, em seguida continua os desempregados, motoristas e trabalhadores da construção civil. De um modo geral estas profissões que encontram-se em destaque não exigem um alto nível de formação, logo justifica-se o índice maior de agressores com ensino médio.

3.6.2.5 Grau de parentesco dos agressores com as vítimas

Gráfico 23– Grau de parentesco do agressor em 2007

Fonte: SAPEM

Gráfico 24– Grau de parentesco do agressor em 2008

Fonte: SAPEM

Quanto ao grau de parentesco do agressor, a maior concentração nos dois anos, 2007 e 2008, está entre companheiro, ex-companheiro e marido. A divisão nos níveis de companheiro e marido se dá por que quem vive em união estável, seu parceiro é conhecido como companheiro, quem tem sua união regularizada tanto no estado civil ou religioso, o parceiro é conhecido como marido. Esta divisão foi feita de acordo com os registros da instituição onde se realizou a pesquisa.

Em ambos os casos de companheiro ou marido, esses tem suas companheiras ou esposas como propriedade sua, logo elas não tem direito a ter uma vida de liberdade, precisam estar sob júdice de seu esposo, caso o contrário, como serva ela merece castigo, tudo isto em nome do amor que ele preserva por sua parceira e pelo bem estar da mesma. O pai que corrige sua filha para que ela não possa mais cometer algo que o desaponte.

Quanto ao ex- companheiro trata-se daquele ao qual a mulher já vive separada, mas ainda se acha no direito de interferir na vida da sua ex-companheira, que ainda ter controle sobre sua vida e também aos pertences a ela deixados após a separação, como exemplo maior a casa onde viveram. Estas informações são dadas pelas vítimas no momento da denuncia e registrados pelos serviços nas fichas cadastros das mulheres.

3.6.3 Tipos de violências cometidas às mulheres

Para confrontar o antes e o depois da Lei Maria da Penha, apresentaremos dados dos tipos de violência direcionadas às mulheres do ano de 2004 e do ano 2008. Quanto aos dados de 2004 estes foram coletados dos B.Os do arquivo da DECCM, mas serão apresentados apenas 30% do valor total dos casos atendidos neste ano. Este percentual foi priorizado por conta do período em que a pesquisadora teve acesso as informações, muito próximo da redação final do trabalho, e, considerando que estas informações estão apenas registradas em formato manuscrito, a mesma demandaria de mais tempo para fazer suas análises.

Quanto a 2008 os dados serão apresentados em 100% mas são dados dos bancos registros do SAPEM, que foram analisados com tempo um maior, por esta pesquisa esta concentrada neste serviço de atenção a mulher.

Os gráficos a seguir traduzem as informações coletadas dos referidos anos e documentos acima mencionados:

Gráfico 25– Tipos de violência em 2004

Fonte: SAPEM

Gráfico 26– Tipos de violência em 2008

Fonte: SAPEM

Os dados referentes a 2004 apontam que o maior índice de tipos de violência se concentra na violência física e psicológica. Há uma pequena distribuição entre moral, patrimonial e sexual. Vale lembrar que estes dados são de ano anterior a Lei Maria da Penha, logo pouca propagação nos meios de comunicação sobre as tipologias de violência, inclusive nos serviços de atendimento que ainda não possuíam tanta clareza quanto a estas concepções.

Em 2008, dois anos após a Lei, os dados refletem uma maior diversidade nos tipos de violência, os dados apresentados mostram que ainda há uma concentração na violência psicológica, mas aponta também uma grande diversidade nos tipos, percebe-se uma mistura dos tipos de violência variando entre dois e três tipos e, na maioria dos casos há uma concentração de violência psicológica e física.

A violência psicológica aparece em grande concentração, pois ela se faz presente na maioria das formas de violência cometidas contra as mulheres, como bater e deixar só marcas físicas? Como agredir com palavrões e apagar da memória das pessoas as ofensas propagadas? Como cometer um estupro, sem não deixar marcas das violências antes do ato? De diversas maneiras a violência marca a vida das mulheres, e deixa marcas profundas que são refletidas no seu modo de vida.

3.6.4 Mapeamento da violência contra a mulher na cidade de Manaus, nos anos de 2004 e 2008, antes e depois da Lei Maria da Penha.

Para mapear a violência contra a mulher nos espaços urbanos de Manaus, utilizamos dados do ano de 2004, coletados no arquivo da DECCM, dados correspondentes a 10% (853 casos) do total de (9.422 casos) e também os dados coletados nos arquivos do SAPEM, do ano de 2008, estes correspondentes ao percentual de 100%, (3001) dos casos analisados durante a pesquisa. Os dados do SAPEM foram considerados na sua totalidade por ser este o banco principal de dados desta pesquisa.

Os mapas abaixo apresentarão os bairros e zonas onde moram as mulheres vítimas de violência, a partir destes dados poderemos verificar quais são os bairros com maior incidência de mulheres que vivem em situação de violência e consequentemente a zona geográfica, considerando as condições geográficas, econômicas e sociais da região apontada.

Mapa 14 - Bairros de origem das mulheres vítimas de violência no ano de 2004

Fonte: DECCM

Mapa 15 - Bairros de origem das mulheres vítimas de violência no ano de 2008

Fonte: SAPEM

Frente aos dados expressos nos mapas 14 e 15, da origem dos bairros das mulheres que procuram os serviços DECCM e SAPEM por viverem em situação de violência, nos dois anos apresentados, o bairro Cidade Nova, tem a maior expressividade, vindo seguido do bairro Jorge Teixeira e São José, o primeiro pertencente a zona norte e os dois últimos a zona leste, naturalmente as duas maiores zonas em termos populacionais e também territorial. Somente a zona oeste acompanha estas duas zonas, mas só em termo territorial.

A cidade Nova é um dos maiores bairros da zona Norte, tanto em termos populacionais como geográficos, neste sentido justifica nos dois anos um alto percentual de mulheres oriundas desta região, percebe-se que a diferença do primeiro bairro, Cidade Nova, para o segundo Jorge Teixeira, chega a 66%, um percentual bem expressivo. Em 2008 a diferença do primeiro, Cidade Nova, para o segundo São José chega à diferença percentual de 69%, portanto um percentual bastante expressivo no contexto das mulheres moradoras deste bairro que vivem em situação de violência.

Para melhor compreensão das informações acima referidas, apresentaremos a seguir o mapa da distribuição populacional de Manaus por bairro:

Mapa 16 - População de Manaus em 2010

Fonte: IBGE

O mapa acima da distribuição populacional dos bairros de Manaus visualiza o que representa o bairro Cidade Nova na zona Norte de Manaus, sendo este o maior de toda a cidade e não só da Zona Norte e também o segundo maior bairro em termos populacionais que é o Jorge Teixeira na Zona Leste. Os demais bairros possuem população abaixo de cem mil habitantes.

Mapa 17 - Zona com maior incidência de violência em 2004

Fonte: DECCM

Mapa 18 - Zona com maior incidência de violência em 2008

Fonte: SAPEM

Os mapas 17 e 18 representam dados por zonas onde ficam as moradias das mulheres vítimas de violência, seja antes ou depois da Lei Maria da Penha, a zona com maior incidência de moradoras vítimas de violência continua sendo a zona Norte. Diante do contexto já apresentado sobre a realidade populacional e geográfica da zona Norte está expresso alguns dos motivos que justificam tal fato.

Como podemos verificar nos dois momentos fortes da economia, cidade de Manaus, foi crescendo sem planejamento urbano, jogando a parcela da população pobre que habitava área central para estas regiões mais distantes, aonde havia ainda espaço para construção de moradias. Só que o crescimento de forma desordenada destes espaços não oferecia condições estruturais para abrigar pessoas, neste caso a zona Norte, a que mais se expandiu nos últimos anos, tanto em área geográfica como em

termos populacionais, foi crescendo por meio de ocupações em torno dos conjuntos habitacionais, pois em princípio esta Zona havia sido pensada e planejada pelo governo para abrigar os funcionários públicos do Estado.

Com o processo de revitalização da área central, a população de baixa renda foi praticamente expulsa daquela região e foi abrigada nos conjuntos denominados “Cidadãos”, mesmo que só no nome, pois os mesmos mais parecem campos de concentração, não possuem praças, áreas de lazer, arborização e estão distante do centro da economia.

Os dados apontam ainda que a Zona Leste é a segunda maior em termos percentuais a abrigar mulheres vítimas de violência, esta, diferente da zona Norte, quase na sua totalidade desenvolveu-se por meio de ocupações irregulares. Desde o início é conhecida como zona da pobreza, da miséria, da violência. Tudo que acontece de ruim e violento, infelizmente ainda é atribuído a esta zona, os moradores desta zona carregam consigo o preconceito por ser morador da zona Leste.

As zonas Norte e Leste, foram as que mais cresceram, se expandiram durante o período áureo da borracha e a implantação da Zona Franca, elas abrigaram os migrantes que vinham das regiões mais pobres do interior deste e de outros Estados. Considerando que o crescimento foi rápido e desordenado, é natural que estes foram formando-se sem estrutura e sem planejamento, vale salientar que o Estado não possui Políticas públicas de habitação.

O fato, da concentração de mulheres vítimas de violência serem na sua grande maioria das zonas, Norte e Leste, pode ser justificada pela concentração populacional, mas não podemos afirmar se estas tem relação com o fato de serem das famílias pobres, para isto seria necessário um estudo minucioso in loco, até porque se sabe que existem mulheres vítimas de violência na classe média, mas que por conta do status quo estes casos são abafados e silenciados no interior das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar, refletir sobre a violência contra a mulher no Amazonas, ainda é um enorme desafio. Existem fatores culturais que são entraves e impedem uma grande parcela da sociedade visualizar a violência como uma ação cruel e desumana. Percebe-se que a violência doméstica apesar de haver uma lei específica para tal, muitas vezes ainda é banalizada.

A banalização da violência no Brasil e, em particular no Amazonas, ajudou a tornar a violência contra a mulher algo tido como natural, “ele bate nela, por que ela é mulher dele, algo de errado ela fez” esse tipo de expressão é comum ouvir pelas ruas e becos de nossa cidade. O homem “proprietário” da mulher pode fazer o que achar conveniente, afinal ela é uma propriedade dele. Por isso os autores da violência não temem a punição prevista nas leis, pois a forma como este problema é tratado pelas autoridades competentes faz com que tenham convicção de que não serão punidos por esse crime, até mesmo de que tais atos possam ser considerados criminosos.

A violência doméstica ocorre dentro de casa, no espaço privado, no lar, o lugar do conforto, da proteção e do aconchego, mas permanece lá quieta, silenciada pelo medo ou pela vergonha. Em Manaus, os dados apontaram o quanto é alto o índice de mulheres que convivem com o problema da violência no seu espaço familiar, apenas das que fazem a denúncia.

Na aproximação para verificar se houve alguma influência da Lei Maria da Penha que contribuisse com o aumento das denúncias de mulheres vítimas de Mulheres, foi possível verificar que o aumento foi pouco significativo, mas que houve uma variação nos tipos de denúncia, considerando que a lei classifica e qualifica os tipos de violência, até para quem faz os registros ficou mais fácil identificar em que categoria se enquadra o tipo de violência denunciado pelas mulheres. Outro fator relevante da lei é que ao qualificar os tipos de violências, faz com que a mulher reconheça que sofre violência, a exemplo temos a violência moral e sexual, que nos dois após a Lei apareceram com maior frequência e antes eram poucas citadas, até pela falta de compreensão da dimensão por elas abrangidas.

Durante a pesquisa participei de uma oficina realizada pelo Serviço de Apoio Emergencial a Mulher – SAPEM, locus principal desta pesquisa juntamente com Centro Estadual de Referência e Apoio a Mulher – CREAM, nesta atividade as mulheres recebiam orientações sobre cidadania e beleza e, também tinham oportunidade de apresentar seus artesanatos realizados em oficinas anteriores como também fazer cortes

de cabelo. Mesmo com toda a tentativa de torná-las mulheres belas, era perceptível o quanto eram sofridas e amarguradas e mesmo já tendo feito a denúncias de seus parceiros agressores ainda viviam sob tensão e medo. Não esqueci a fala de uma das mulheres vítimas ali presentes que dizia: “- ninguém sabe o que a gente sente quando está só, diante do agressor entre quatro paredes, não existe psicólogo ou assistente social que conheça esta sensação que é o medo do parceiro, só a gente sabe”. Guardei esta fala, pois ela ao falar apontava para os técnicos ali presentes como que cobrando uma ação mais protetora, mais eficaz, pois ao sair dali ela retornaria para casa, novamente ia ter que conviver com o amor e o medo.

Neste Estado geograficamente grandioso em extensão, quantas mulheres de fato são vítimas de violência? Como não permanecer no silêncio, se não lhe é permitido uma segunda opção? E as mulheres ribeirinhas, sem qualquer tipo de assistência, será que reconhecem que sofrem algum tipo de violência? Por que os municípios do interior do Estado ainda são tão desassistidos em termos de políticas públicas para mulheres? Muitos ainda são os questionamentos que estão sem respostas, que precisarão um estudo mais aprofundado para tentarmos visualizar real situação das condições de violência que as mulheres amazonenses enfrentam e que por interferência da sua cultura ainda são silenciadas e desamparadas pelas falta de políticas públicas dentro do Estado. Vale ressaltar que pontuamos neste estudo somente a realidade da maior cidade do Estado, esta maior em todos os sentidos, políticos, econômicos e sociais, que é a menina dos olhos dos governantes, por tudo que sua economia oferece, mas, não podemos esquecer que este é um Estado grande e de um modo geral desassistido em termos de políticas públicas, principalmente para as mulheres, basta lembrar que temos uma única Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher em todo o Estado.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. A cidade de Manaus. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: 15: 18-45, 1953.

_____. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AGASSIZ, L. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

ANDRADE, M. **Manaus: ruas, fachadas e varandas**. Manaus: Humberto Calderado, 1985.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. RJ: Relume Dumará, 1994.

ARENDT, H. **A condição humana**, Chicago: The University of Chicago Press, 1958, apud Jovchelovitch.

BLAY, E. A. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Estudos Avançados, São Paulo, v17, n.49, Set/Dez.2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=50103-40142003000300006-65k-. Acesso em: 09 jul.2010.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de Agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 07 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 11 ago. 2010.

BURNS, E. B. **Manaus 1910: retrato de uma cidade em expansão**. Manaus: Edição do Governo do Estado, 1966.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. **Espaço – Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.(Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CAVALCANTI, Maria Laura V. C. e HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**⁴, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

CHAUÍ, M. **“Participando do Debate sobre Mulher e Violência”**. In: FRANCHETTO, B.

- CÔRREA, R. L. **O espaço urbano**. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1995. 94p.
- COSTA, S. V. **Eldorado das ilusões: cinema & sociedade: Manaus (1897-1935)**. Manaus: Editora da Universidade. 1996.
- DIAS, E. M. **A ilusão do Fausto: Manaus 1890 -1920**. Manaus: VALER, 1999.
- DAOU, A. M. **A belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. (Coleção Descobrindo o Brasil).
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- FILHO, V. R. **A configuração da área central de Manaus e sua dinâmica recente**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia, URJ. Rio de Janeiro, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Repertório Estatístico do Brasil. Quadros Retrospectivos, Nº 1. (Separata do Anuário Estatístico do Brasil – Ano V – 1979/1940), Rio de Janeiro (estimativas a partir dos Censos anteriores).
- LEITE, C. L. P. **Mulheres: Muito além do teto de vidro**. São Paulo: Atlas, 1994.
- LEBRUN, G. **O que é poder?** Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, nº. 24, SP, 1981.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Ática, 1980.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- MARCONDES F. C. **Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira**. São Paulo Perspectiva, ISSN 0102-8839 versão impressa. São Paulo, v.15 n.2, abr./jun. 2001. Disponível em www.scielo.br. Acesso em: 09 jul. 2010.
- MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: Arantes, O. et al. A cidade do pensamento único. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTINS, É. R. **Pensamento geográfico é geografia em pensamento**. Geografia e mídia impressa. Organização de Ângela Massumi Katuta, Londrina: Moriá, 2009.
- MELGAÇO, L. M. **Geografia do atrito: dialética espacial e a violência em Campinas – SP**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, FFLCH. USP, 2005.
- MESQUITA, O. M. **Manaus, História e Arquitetura**. 3ª ed. Manaus: VALER, 2006.
- NASCIMENTO, E. **Impactos Ambientais Na Cidade De Manaus: Uma Busca De Compreensão**. Publicado 29/03/2008. Acesso em 25/09/10.
- OLIVEIRA, J. A. **Cidades na Selva**. Manaus: EDUA; VALER, 2000.

_____. J. A. **Manaus de 1920 a 1967: cidade doce e dura em excesso**. Manaus: EDUA; VALER, 2003.

OLIVEIRA, J. A.; GUIDOTTI, H. **“A Igreja Arma sua Tenda na Amazônia”**. Manaus: EDUA, 2000.

OLIVEIRA, J. A.; ALECRIM, J. D. (Orgs.). **“Cidade de Manaus: visões interdisciplinares”**. Manaus: EDUA, 2003.

OLIVEIRA, J. A.; COSTA, D. P. **A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (30). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24530.htm>, [ISSN: 1138-9788]. Acesso em: 05/09/10.

ONU denuncia cinco mil crimes contra mulheres em nome da defesa da honra. http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/noticias/not_viol/afp040310.pdf. Acesso em agosto de 2010.

PRESSE, F. Em comunicado, ONU denuncia violência doméstica contra as mulheres. <http://g1.globo.com/noticias/mundo/0,,mul1515658-5602,00-em+comunicado+onu+denuncia+violencia+domestica+contra+as+mulheres.html>. 04 mar. 2010. Acessado em 10 ago. 2010

PINHEIRO, M. L. U. **“A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus”**, Manaus: EDUA, 2003.

SOUZA, C. B. G. **A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia**, *Confins* [online], 5 | 2009, posto online em 20 Março 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/5633>. Acesso em: 05/09/10.

SOUSA, I. S. **Produção e uso da terra urbana em Manaus: a sobrevalorização do espaço**. Os Urbanitas [online], in: OS URBANITAS – Revista de Antropologia Urbana 2008,5, n° 7. Disponível em: <http://aguaforte.com/osurbanitas7/Isaque.html>. Acesso em: 10/09/10.

SACHS, I. **“Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado”**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SOUSA, N. M. B. **“Manaus Realidade e contrastes sociais”**, Manaus: Ed. VALER, 2005.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo, Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____, M. **A natureza do espaço urbano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, P. M. J. **Pobreza e prostituição na Belle Époque manauara: 1890 – 1917** [online]. In: Revista de História Regional 10 (2):87-108. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path%5B%5D=247&path%5B%5D=203>. Acesso em 10 de agosto de 2010

RAMOS, J. G. B. **A representação social da mulher no contexto da relação conjugal violenta na cidade de Manaus**. Recife: Bagaço, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAMPAIO, Francisco Xavier de Sampaio (1825) **Diário da Viagem que em visitaçāo e correiçāo das povoaçōes da capitania de Sāo Josē do Rio Negro, fez o ouvidor e intendente – geral da mesma**. Lisboa: Typ. Da Academia.

SOUZA, M. **Breve História da Amazônia**. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1994.

SOUZA, M. J. L. O território sobre espaço e poder: Autonomia e desenvolvimento. In: TORRES, I. C. **“As novas Amazonidas”**. Manaus: Ed. EDUA, 2005.

VICENTINO, C. **História Geral** – ed. Atual e ampl. São Paulo: Scipione, 1997.

ISPER ABRAHIM LIMA
Secretário de Estado da Fazenda

Doravante denominado (a) voluntário (a), a realizar TRABALHO VOLUNTÁRIO em nossas dependências na área da Assistência Social, na função de Voluntário (a)/ Colaborador, tendo em vista as seguintes condições:

- 1- Ao orientador (a) da Entidade, caberá a fixação dos locais, dias e horários em que se realizarão as atividades de trabalhos componentes do voluntariado, ficando entendido que este horário de trabalho, não poderá estender ao máximo de 30(trinta) horas semanais.
- 2- O (a) Voluntário (a) se obriga a desempenhar as tarefas que lhe forem determinadas pelo setor onde se efetivará o voluntariado, de acordo com o plano de trabalho da Unidade de Assistência Social, e no campo específico de formação do (a) Voluntário (a).
- 3- Os horários previstos para os (as) voluntários (as) deverão permitir o atendimento às obrigações curriculares sendo justificado o seu não cumprimento desde que devidamente comprovado.
- 4- O (a) Voluntário (a) se obriga a observar rigorosamente as normas funcionais e as institucionais de ordem administrativas, estabelecidas para as funções que lhes forem atribuídas pela Entidade.
- 5- O voluntariado terá a duração de no máximo 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura deste instrumento, com início previsto para o dia 03/05/2011 e seu término 03/05/2012.
- 6- O voluntariado poderá ser renovado por igual período e condições, de conformidade com o interesse e necessidade, sempre em acordo com as partes.
- 7- Tanto a Entidade como o (a) Voluntário (a) poderão a qualquer momento dar por terminado este Contrato e Termo de Adesão, paralisando-o a qualquer época durante a sua vigência, necessitando para tanto uma comunicação oficial por escrito, esclarecendo e/ou justificando o motivo do ato.
- 8- O (a) Voluntário (a) se obriga a manter em dia a documentação inerente ao seu trabalho. Por sua vez, o Orientador se obriga a acompanhar e supervisionar o (a) voluntário (a), fornecendo mensalmente um Relatório de Desempenho.
- 9- O final do termo deste Contrato esta instituição se obrigará a fornecer um Atestado, Declaração de Voluntariado ou Certificado, contendo as atividades do voluntário (a) e o Conceito Final, assinado pelo (a) Diretor (a) da Unidade de Assistência Social.
- 10- Os termos da Lei nº 9.608 de 18/02/1998, Artigos de 1 a 5, o trabalho voluntário a ser desempenhado junto a esta instituição é de atividade não remunerada, com finalidades educacionais e não gera vínculo empregatício nem funcional, ou se quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias e afins.

O (a) Voluntário (a) DECLARA estar ciente da legislação específica sobre SERVIÇO VOLUNTÁRIO e que aceita atuar como Voluntário (a) nos termos do presente Termo de Adesão.

E por estarem de acordo às partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, para que surtam tais efeitos legais.

CIENTIFIQUE-SE, CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Gabinete da Secretaria Executiva do Estado de Assistência Social e Cidadania-SEAS, em 04 de Abril de 2011.

MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA
Secretária Executiva de Estado de Assistência Social e Cidadania-SEAS.

5670

ORGÃO: FUNDAÇÃO HEMOAM

DATA: 05/05/2011

PORTARIA n° 0035/2011-GHEMOAM

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Delegada nº 67/2007 e 109/2007 e:

CONSIDERANDO a necessidade de alterar a composição do Comitê de Reação Transfusional da Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - HEMOAM, instituído pela Portaria nº 0118/2007-GHEMOAM;

CONSIDERANDO a solicitação contida no Memorando nº 022/2011-DCS.

RESOLVE:

I - ALTERAR a constituição do Comitê de Reação Transfusional desta Fundação, que passa a ser composto pelas seguintes pessoas:

Presidente:

ANA KEDMA CHAVES PACHECO

Membros:

DAGMAR KIESSLICH

ELBA CLAY CORDEIRO DO COUTO

SOCORRO ALMEIDA DOS SANTOS

LIZETE SILVA BARBOSA

MARIA SOCORRO VIEIRA VURTSEVER
MARIA DO PRÉCIPITIO SOCORRO SAMPÃO CARVALHO
MARIA ZELIA MOREIRA DA FROTA
RAMATIN CAMURÇA FERREIRA
SERGIO ROBERTO LOPES ALBUQUERQUE
II - TORNAR-se-a Portaria nº 0157/2008-GHEMOAM.
CIENTIFIQUE-SE, CUMPRE-SE, ANOTE-SE E PUBLIQUE-SE.
GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO AMAZONAS HEMOAM

Manaus, 04 de maio de 2011.

NELSON FRATINI
Diretor Presidente

5647

CGL

Comissão Geral de Licitação

PORTARIA Nº 006/2011-GRICGL

A VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO PODER EXECUTIVO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, § 1º do Decreto nº 24.634, de 16/11/2004, que disciplina a descentralização de crédito mediante destaque e a outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade de rescertificação junto ao organismo certificador.

RESOLVE:

I - CONCEDER Destaque de Crédito Orçamentário, em favor da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico-SEPLAN, no valor de R\$ 10.980,00 (dez mil novecentos e oitenta reais), para ocorrer com despesa de contrato relativo à manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO PODER EXECUTIVO, em Manaus, 04 de maio de 2011.

MARTHA DE SOUZA CRUZ

Vice-Presidente da Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo

5652

ORGÃO: IDAM DATA: 05/05/2011

O Diretor Administrativo-Financeiro do IDAM.

Resolve: Autorizar a liberação de adiantamento com fúlcro no artigo 4º Inciso I e II do Decreto nº 16.396/94;

Portarias nº. 166/2011-GDAF/IDAM.

Nome: Mario Jorge Macedo Corrêa - Cargo/Função: Agente Administrativo - Matrícula: 001.383-8D- Valor: R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais), ND: 319033 - Passagens e Despesas com Locomoção: Central

APLICACÃO: 90 (noventa) dias

PRESTAÇÃO DE CONTAS (30) dias.

Manaus, 03 de Maio de 2011.

Orlival Leite Rubim Filho

Diretor Administrativo-Financeiro

Ordenador de Despesas

5655

O Diretor Administrativo-Financeiro do IDAM.

Resolve: Autorizar a liberação de adiantamento com fúlcro no artigo 4º Inciso I e II do Decreto nº 16.396/94;

Portarias nº. 167/2011-GDAF/IDAM.

Nome: Maria das Graças Barbosa da Silva - Cargo/Função: Chefe de Departamento - Matrícula: 052.140-0D- Valor: R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), ND: 319030 - Material de Consumo e R\$ 2.600,00 (Dois Mil e Seiscentos Reais), ND: 319039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Central

APLICACÃO: 30 (trinta) dias

PRESTAÇÃO DE CONTAS (30) dias.

Manaus, 04 de Maio de 2011.

Orlival Leite Rubim Filho

Diretor Administrativo-Financeiro

Ordenador de Despesas

5655

O Diretor Presidente do IDAM.

Resolve: Autorizar a liberação de adiantamento com fúlcro no artigo 4º Inciso I do Decreto nº 16.396/94;

Portarias nº. 75/2011-GDP/IDAM.

Nome: Sebastião Fonseca de Lima - Cargo/Função: Gerente - Matrícula: 050.130-4D- Valor: R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais), ND: 319016 - Material de Consumo: Central

APLICACÃO: 90 (noventa) dias

PRESTAÇÃO DE CONTAS (30) dias.

Manaus, 02 de Maio de 2011.

Edimar Vizelli

Diretor Presidente

5656

ORGÃO: IDAM

DATA: 02/05/2011

Resenha Nº 023/2011/GDP/IDAM

Resenha das autorizações de viagem e diárias de que trata o Decreto 26.337 de 12/12/2006.

Serão pagas 02 diárias aos servidores do item 01 a 09.

01-Nome e Cargo: Eda Maria Oliveira Souza, EngAgo Manaus

02-Nome e Cargo: Nadiele Pereira Pacheco, Gerente Manaus

03-Nome e Cargo: João Bosco Andre Gardiano, T.A. Manaus

04-Nome e Cargo: Mario Francisco C. Ono, T.A. Manaus

05-Nome e Cargo: Alfeu Ferraz Filho, EngAgo Manaus

06-Nome e Cargo: Alfredo da Silva Pinheiro, Ch.D. Manaus

07-Nome e Cargo: Antonio Claret M. Ferreira, Eng. Agro. Manaus

08-Nome e Cargo: Jose Ramonilson de Souza Gomes, Diretor

09-Nome e Cargo: Romualdo Figueiredo Ramos, T.A. Manaus

Período itens 01 a 09 a: 10/05/2011 a 13/05/2011.

10-Nome e Cargo: Pedro Castro da Silva, T.A. SSUatamã

11-Nome e Cargo: José Arimateia Simões, T.A. Uruará

12-Nome e Cargo: Manoel Pedro Braga Paes, Gerente Uruará

13-Nome e Cargo: Alexandre Lobo P. Vaz, Gerente BVRamos

14-Nome e Cargo: Arlido Rodrigues dos S. Filho, T.A. BVRamos

15-Nome e Cargo: Ademir Viana Bezais, T.A. Manaus

16-Nome e Cargo: Ivo Roberto P. dos Santos, T.A. Manaus

17-Nome e Cargo: Raimundo Oscar V. de Oliveira, TANhamundá

18-Nome e Cargo: Marizeiro Pessoa de Souza T.A. Nhamundá

19-Nome e Cargo: Luiz Euclides Pessoa Souza, T.A. Nhamundá

20-Nome e Cargo: Luiz Gonzaga Picanço Neto, T.A. Barreirinha

Período itens 10 a 20: 11/05/2011 a 13/05/2011 (03 diárias)

02 Diárias e passagem para os colaboradores Nível Médio

21-Nome e Cargo: Pedro Jorge Beneito Barros, Manaus

22-Nome e Cargo: Michael da Silva Santos, Manaus

23-Nome e Cargo: Carla Elizabeth Brito de Lima, Manaus

24-Nome e Cargo: Tarcício Fabiano da Silva, Carcio Varzea

Período itens 21 a 24: 10/05/2011 a 13/05/2011

03 Diárias e passagem para os colaboradores Nível Superior

25-Nome e Cargo: Genicia de Menezes Masulo, Uruará

26-Nome e Cargo: Lairo Costa de Góes Filho, Maués

27-Nome e Cargo: Allan Trindade da Silva, Barreirinha

Período itens 25 a 27: 11/05/2011 a 13/05/2011 (03 diárias)

Diárias e passagem para os colaboradores Nível Médio

28-Nome e Cargo: Marilise R. da Silva, Manicoré, 10 a 14/05/2011

29-Nome e Cargo: Frank Roberto de Souza Santos, BVRamos

30-Nome e Cargo: Laurellan Rodrigues da Silva, Barreirinha

31-Nome e Cargo: Anderson Barros Serrão, Barreirinha

32-Nome e Cargo: Celso Melo da Silva, SSUatamã

33-Nome e Cargo: Glauciney Menezes Soares, Nhamundá

34-Nome e Cargo: Ana Clécia Bernardes Mendes, SSUatamã

Período itens 29 a 34: 11/05/2011 a 13/05/2011 (03 diárias)

DESTINO: ORIGEMP/PAINTINS/ORIGEM

Objetivo: Itens 01 a 34: Participar como assessor/facilitador, do

Encontro de Planejamento de Parintins sobre Ações de ATER para

Agricultores Familiares do Território da Cidadania do Baixo

Amazonas, em atendimento a Chamada Pública nº 051/2010,

período de 11 a 13/05/2011. Serão pagas 3 diárias.

35-Nome e Cargo: Júlia Santos de Seixas, ASS.Tec.

36-Nome e Cargo: Maria das Graças Barbosa da Silva, Ch.D. Dep.

Destino e Período: MAO/Parintins/MAO, 08 a 13/05/2011

Objetivo: Dar apoio logístico na organização durante o Encontro

de Planejamento de Manicoré sobre Ações de ATER para

Agricultores Familiares do Território da Cidadania do Baixo

Amazonas, em atendimento a Chamada Pública nº 051/2010,

período de 11 a 13/05/2011.

37-Nome e Cargo: Abdon Batista Leite Neto, Motorista

38-Nome e Cargo: Bruno Herbert Ribeiro Soares, Colab.NM

Destino e Período: MAO / P. Figueiredo / R.P. da Eva / Novo

Remaia / Carcio / Autazes / Manicoré / MAO, 02 a 05/05/2011.

Objetivo: Proceder ao transporte e apoio na entrega de materiais do

Convenio de Assentamento do INCRA nos municípios mencionados.

39-Nome e Cargo: Helenio Araujo Figueiredo, Gerente

Destino e Período: MAO / Caupiranga/ Anamã/Anori/ MAO, 02 a

12/05/2011. Objetivo: Realizar os procedimentos de Supervisão e

ATER nas Unidades de Caupiranga e Anamã, com vistas a melhoria

da prestação dos serviços, assim como o monitoramento e

acompanhamento da implantação das UD de cultivo protegido em

Anori, atendendo a parceria SDS/IDAM/GASODUTO.

40-Nome e Cargo: Jaime Vitor dos Santos, Gerente- Destino e

Período: MAO/ Caupiranga/ Anamã/ Benuri/ MAO, 02 a 13/05/2011.

Objetivo: Realizar os procedimentos de Supervisão e ATER nas

Unidades de Caupiranga e Anamã, com também os procedimentos

de substituição do gerente de Benuri, com vistas a melhoria da

prestação dos serviços de ATER.

4. SÍNTESE DO CASO: (Para preenchimento do técnico social)

A senhora Vailda compareceu ao SAPEM, ainda encaminhada pela DECCM e informou que seu companheiro, o Sr. Oechaldo, lhe agrediu fisicamente e com palavras de baixo calão. Ele saiu de casa e foi para a da mãe, porém retornará hoje (15/09).

17.02.09. Segundo relato da Senhora Vailda, conviveram em união estável por 22 anos, depois do primeiro comparecimento ao SAPEM resolveu dar mais uma chance ao companheiro, possuem 3 filhos, residem em casa própria de alvenaria, adquirida no período que estão juntos.

Conforme B.O. nº 094016010315 de 16.11.09 às 12:25.

A Senhora Vailda informa que foi agredida verbalmente com palavras de baixo calão pelo seu companheiro, que vive dizendo que ela possui outros relacionamentos no seu local de trabalho.

Relatou que desta vez está decidida a se separar. — Senhora

5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

5.1 Data /Horas da audiência: 10.10.08 - 10hs. / 17.12.09 às 09:00 horas.

5.2 Outras Informações:

5.3 Tipos de Crimes contra a mulher:

1 - ABANDONO DE LAR		5 - CONSTRANGIMENTO ILEGAL	9 - LESÃO CORPORAL	<
2 - AMEAÇA	X	6 - DANO MATERIAL/ VIOLÊNCIA PATRIMONIAL	10 - MAUS-TRATOS	✓
3 - CALÚNIA/INJÚRIA/DIFAMAÇÃO	X	7 - ESTUPRO	11 - TENTATIVA DE HOMICÍDIO	
4 - CÁRCERE PRIVADO		8 - EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES/ VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	12 - VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO	

5.4 Acompanhamento (casos de abrigo):

1- RETORNO PARA CASA COM RECONCILIAÇÃO COM ESPOSO/ COMPANHEIRO:		4- RETORNO PARA CASA DE PARENTES/AMIGOS	
2- RETORNO PARA CASA SEM RECONCILIAÇÃO COM ESPOSO/ COMPANHEIRO		5- RETORNO PARA CIDADE NATAL	
3- ASSINOU TERMO DE RESPONSABILIDADE		6- ENCAMINHADA A CASA ABRIGO	
7- EVADIU-SE			

6- PARECER TÉCNICO:

A senhora Vailda é vítima de violência doméstica tipificada no Art. 7 da Lei 11.340 - Maria da Penha. Foi encaminhada para acompanhamento jurídico.

A senhora Vailda foi encaminhada ao CREAM para atendimento junto ao NAEM para tratar de assuntos referentes a petição de guarda dos filhos, petição de pensão de alimentos, dissolução da união estável e divisão de bens. Simone

Manaus, 15 de setembro de 2008

Simone
TÉCNICO SOCIAL

REGISTROS E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO (Serviço Social e Psicologia)

[illegible]